



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÁVIO MENDES DO CARMO

**DIOCESE DE CRATEÚS: ESCRITA POPULAR, LEITURA RADICAL E
RESISTÊNCIA – (1964-1989)**

FORTALEZA

2024

SÁVIO MENDES DO CARMO

DIOCESE DE CRATEÚS: ESCRITA POPULAR, LEITURA RADICAL E RESISTÊNCIA
– (1964-1989)

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História Social, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C285d Carmo, Sávio Mendes.
DIOCESE DE CRATEÚS: ESCRITA POPULAR, LEITURA RADICAL E RESISTÊNCIA – (1964-1989)
/ Sávio Mendes Carmo. – 2024.
142 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

1. Leitura. 2. Escrita. 3. Resistência. 4. Diocese de Crateús. I. Título.

CDD 900

SÁVIO MENDES DO CARMO

DIOCESE DE CRATEÚS: ESCRITA POPULAR, LEITURA RADICAL E RESISTÊNCIA
– (1964-1989)

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História Social, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Cultura e Poder.

Aprovada em: 24/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kenia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Prestos, Diana, Eric, Sheila, Bobby e Hank são personagens de uma saga muito famosa: Caverna do Dragão. Na série, o principal objetivo dos protagonistas é encontrar o caminho de volta para casa, depois de serem aprisionados na Caverna do Dragão. O ponto de angústia na história são as sucessivas tentativas para alcançar esse objetivo, sempre frustradas no momento final. Quando finalmente parecem ficar perto de conseguir, acontece algo que interrompe sua saída, permanecendo em um eterno looping dentro da série. Minha trajetória no mestrado muito se aproxima com o enredo anteriormente citado. O período pandêmico, iniciado no ano de 2020, fez com que esta dissertação tomasse contornos muito próximos da série de animação que assistia todos os dias pela manhã quando voltava da escola. Começou com uma seleção de mestrado a distância, sucedida por aulas igualmente distantes, pela tela do computador. Os primeiros passos foram difíceis, angustiantes até, dificultando a investigação acadêmica e a vida em geral. Pesquisar em um contexto pandêmico traz desafios enormes, os quais só foram vencidos graças à mão fraterna de professores, familiares e amigos.

Meus agradecimentos iniciais são destinados à professora Adelaide Gonçalves, uma das primeiras incentivadoras da pesquisa, desde a graduação, fornecendo fontes, abrindo o acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, tecendo comentários dos mais pertinentes para o enriquecimento do anteprojeto, hoje texto da dissertação.

Ao professor Frederico de Castros Neves, o qual, desde o início, acolheu meu convite para orientar esta pesquisa, e desse momento para cá contribuiu muito para os rumos da dissertação. Fred, como gosto de chamá-lo, influenciou este estudo antes mesmo de se tornar meu orientador. Na graduação, o livro *A Multidão e a História* lançou luz para novas possibilidades de estudo e perspectivas de abordagens, influenciando a perspectiva teórico-metodológica durante toda construção do projeto e texto final da dissertação. Além de um exímio pesquisador e professor, mostrou-se muito humano. Esses anos poderiam ter sido ainda mais complicados, mas a sensibilidade de Fred aliviou o peso.

À banca de qualificação, composta por Kênia Rios e Eurípedes Funes, que com seus apontamentos generosos e especializados enriqueceram ainda mais o texto.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição a qual pertencem desde a graduação, lugar que oportunizou o contato com os melhores professores e funcionários e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), financiando e dando viabilidade a esta pesquisa. Em tempos de sucateamento da Universidade

Pública, é sempre importante lutar em sua defesa, pois, graças a ela, um estudante de escola pública, de baixa renda e cotista, conseguiu se graduar e desenvolver uma pesquisa de mestrado.

Aos meus amigos da graduação, estágio em que este projeto começou, representado por Lucas, Teógenes, Maurício, Thiago e Hugo. Lucas Leão, em especial, foi meu grande parceiro da graduação, desde o primeiro semestre esteve comigo, acreditando no meu potencial e na viabilidade deste projeto. De forma muito generosa, sempre dividia tudo comigo, desde a vida até o pão que trazia para seu lanche; com ele, aprendi a partilhar, e muito graças ao seu incentivo, hoje posso partilhar esta pesquisa.

A toda a turma de 2021 do mestrado, muitos que infelizmente só conheci pela tela do computador; com outros, o laço foi mais profundo, como no caso de Leonardo Noberto e Francisco Hugo, pois juntos compartilhamos bibliografias, fontes, ideias, minicursos, angústias e esperanças. Quis o destino que juntos partilhássemos o sonho do concurso público no ano de 2023; já nesse ano, vamos coroar essa parceria com a conclusão do mestrado. Como a pesquisa não é incentivada somente no perímetro acadêmico, quero fazer menção aos meus amigos da vida, que são muitos; em especial meu melhor amigo, Antonio Barbosa (Toim), parceiro pra vida toda.

Aos professores e alunos da escola na qual trabalho ou trabalhei nesse período. Desejo reverter tudo que aprendi nesses anos com a escola pública.

À minha família, sobretudo minha mãe Genir, meu pai Irtonio, meu irmão Santhiago e meus cachorros Billy e Nina. Esses estiveram comigo desde o começo, enfrentando as dificuldades da vida. Felizmente, onde faltava dinheiro, sobrava fé e amor. Graças a eles, hoje sou historiador, concursado e, agora, mestre. Minha mãe é minha referência de força, meu pai de paciência, meu irmão de equilíbrio e meus cachorros de alegria. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao Cristo da Libertação, que despertou a consciência de muitos ao longo da história. Nos sertões de Crateús e Inhamuns, a manifestação dessa espiritualidade moldou o que mais se aproxima do Reino de Deus, porque, como bem menciona o Sermão do Monte, “bem-aventurados são os pobres de espírito, por deles é o reino dos céus”¹. Visitar a vida desses sujeitos e toda sua manifestação de fé e mobilização de luta mostra que os ensinamentos de Cristo, caso sejam encarnados verdadeiramente nos corações, podem gerar transformações profundas na sociedade.

¹ Mateus 5:3. Bíblia Almeida Corrida Fiel.

A Caverna do Dragão teve um final nos quadrinhos, realizando o desejo dos personagens em voltar para casa; contudo, este estudo não tem o objetivo de colocar um ponto final, nem de ser conclusivo nas problemáticas levantadas. Meu desejo, desde o começo, quando assisti ao filme *Batismo de Sangue* (2006), de Helvécio Ratton, baseado no livro *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Marighella*, de Frei Betto, despertando assim minha curiosidade em investigar a atuação religiosa no Ceará, foi de apresentar um texto que fornecesse caminhos e possibilidades, nunca um ponto final. Espero ter conseguido.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo pensar a cultura camponesa na Diocese de Crateús, compreendendo o lugar da leitura e da escrita popular na formação de uma cultura de resistência. O estudo aborda a criação da Diocese, no ano de 1964, pelo bispo Dom Antônio Batista Fragoso e a proposta de levantar uma Igreja em que os setores de base fossem os principais agentes na construção de um projeto de pastoral popular. Investigamos a influência dessa iniciativa não só na formação de um movimento eclesial, como na contribuição para o surgimento de organizações e movimentos sociais. Vimos como um projeto arrojado como esse despertou a sanha de muitos segmentos sociais, econômicos e políticos da região. Contudo, ressaltamos a capacidade de resistência que foi sendo criada por esses sujeitos, construindo diversificadas estratégias de luta. A conquista da palavra tem lugar fundamental nesses conflitos, por isso ressaltamos, além da força cultural contida na leitura e na escrita, o poder gerador e organizador causado nas mobilizações de resistência. Focamos no método de radicalização dessa leitura, por meio de cartilhas, livretos, cadernos e subsídios pastorais, expresso, posteriormente, em poesias, cordéis e cartas feitas pelos trabalhadores. Nossa proposta foi analisar a cultura da resistência como prática construída no cotidiano, na conversa, na fé, na leitura, na escrita, na reflexão dos sujeitos dos sertões de Crateús e Inhamuns.

Palavras-chave: Leitura; Escrita; Resistência; Diocese de Crateús.

ABSTRACT

This research aims to explore the peasant culture in the Diocese of Crateús, focusing on the role of popular reading and writing in shaping a culture of resistance. The study discusses the establishment of the Diocese in 1964 by Bishop Dom Antônio Batista Fragoso and his vision to build a Church where grassroots sectors were the main agents in creating a popular pastoral project. We examine how this initiative influenced the formation of an ecclesial movement and contributed to the emergence of social organizations and movements. We also analyze how such an ambitious project provoked strong reactions from various social, economic, and political groups in the region. However, we emphasize the capacity for resistance developed by these individuals, who created diverse strategies for their struggles. The acquisition of literacy plays a crucial role in these conflicts, highlighting not only the cultural power of reading and writing but also their generative and organizing influence in resistance mobilizations. We focus on the method of radicalizing this literacy through pamphlets, booklets, notebooks, and pastoral aids, later expressed in poetry, cordel literature, and letters written by the workers. Our objective was to analyze the culture of resistance as a practice built in everyday life, conversation, faith, reading, writing, and reflection among the people of the sertões of Crateús and Inhamuns.

Keywords: Reading; Writing; Resistance; Diocese of Crateús.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO	Ação Católica Operária
AGEN	Agência Ecumênica de Notícias
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNM	Brasil Nunca Mais
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDOC	Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CGLA	Conferência-Geral do Episcopado Latino- Americano
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CFTC	Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOPS	Delegacia de Polícia e Ordem Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IOCS	Instituto de Obras Contra a Seca
IPM	Inquérito Policial Militar
IPND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
ISER	Assessoria do Instituto de Estudos da Religião
ISSO	Irmandade do Servo Sofredor
ITERCE	Instituto de Terras do Ceará
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
JAC	Juventude Agrária Católica
JOC	Juventude Operária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
PAAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PIN	Plano de Irrigação Nacional
PJ	Pastoral da Juventude
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRONAN	Programa de Distribuição de Alimentos à População de Baixa Renda
PT	Partido dos Trabalhadores
SRNI	Secretariado Regional Nordeste I
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	DIOCESE DE CRATEÚS: UMA IGREJA DE RESISTÊNCIA POPULAR.....	22
2.1	Um projeto de Igreja Popular.....	22
2.2	No princípio (da resistência) era o Verbo.....	38
3	LEITURA E ESCRITA CAMPONESA NA DIOCESE DE CRATEÚS – A VIDA (RADICAL) POR ESCRITO (POPULAR).....	55
3.1	Leitura Radical: cartilhas, livretos, cadernos e subsídios pastorais.....	55
3.2	Escrita popular: poesias, cordéis e cartas.....	71
4	CONFLITOS NO CAMPO NA DIOCESE DE CRATEÚS: UMA TERRA DE RESISTÊNCIA.....	87
4.1	O caso de Várzea do Boi.....	87
4.2	Uma cultura de resistência.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	126
	APÊNDICE A – FONTES PARA ANÁLISES.....	129
	ANEXO A – DOCUMENTOS PARA ANÁLISE.....	135

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é construída a partir de uma conjuntura política de fortalecimento do movimento religioso no Brasil, momento em que as pautas conservadoras e, por que não dizer reacionárias, tomam conta do debate político partidário e do dia a dia das pessoas. A fome, a educação, a saúde e o pleno emprego, eixos centrais da cena pública, perdem espaço para assuntos de apelo à moral e aos costumes. Os quatro anos de governo Bolsonaro potencializaram a participação das igrejas evangélicas e comunidades carismáticas católicas na política brasileira, oferecendo cargos e recursos públicos para financiar seus projetos. Na contramão do que sugere Jesus em seus evangelhos – alimentar famintos, acolher marginalizados, assistir refugiados, visitar presos, agasalhar moradores de ruas – pastores e lideranças outras avolumam suas preocupações no combate a um esquizofrênico risco comunista e imposição dos dogmas fundamentalistas. Esse cenário não inicia com a chegada de Bolsonaro ao poder, basta ver os precedentes históricos, nem se encerra com sua derrota democrática nas urnas, a exemplo dos ataques terroristas e antidemocráticos em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023.

Em 1964, o Brasil iniciou um dos períodos mais desafiadores de sua história. O golpe civil-militar que depôs o governo de João Goulart, com o apoio de militares e setores da sociedade civil, tendo a participação, inclusive, de parte da igreja católica e segmentos da igreja evangélica. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida anteriormente ao golpe, ajudou a impulsionar a interrupção da democracia brasileira e mostrou como a fé pode ser usada para direcionar a agenda do Estado, ainda que desde 1891 a constituição republicana confirme a laicidade no País. Como aponta Michel Lowy, o golpe civil-militar teve aprovação satisfatória de segmentos da hierarquia da Igreja, proclamada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Lowy, 2007).

Contudo, o segmento católico tem por característica a diversidade, polarizando entre setores conservadores e progressistas. Este segundo setor, com nomes fortes na hierarquia eclesial, teve protagonismo na contraposição ao projeto autoritário instalado no País. Segundo Scott Mainwaring, em seu livro *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, a Igreja foi uma das principais instituições com suficiente autonomia política para criticar o regime e defender os direitos humanos (Mainwaring, 1989). O crescimento do segmento progressista ganhou envergadura com a chegada de João XXIII, em 1958, substituindo o conservador Pio XII, falecido nesse mesmo ano. As encíclicas de João XXIII, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), exemplificam esse novo estágio, modificando o pensamento

católico na sua mais alta cúpula. Ambas as encíclicas resgatam uma velha forma de *ser Igreja*, em sintonia com as causas terrenas da fé, com o contexto de cada lugar e com a promoção da justiça social. Essas atitudes contribuíram para modificar a igreja católica, em especial, a igreja no Brasil, passando a enfatizar a missão social da igreja e uma maior atenção aos trabalhos na base.

Essas mudanças caminharam juntas com a fertilização de um outro olhar sobre a compreensão da Bíblia. O texto deveria, agora, considerar o seu devido contexto, no caso brasileiro, a leitura do livro sagrado precisaria ter como pano de fundo a realidade latino-americana; caso contrário, estaria legitimando as raízes colonizadoras e patriarcais que sustentaram a igreja católica durante séculos. O Concílio Ecumênico Vaticano II (1963 a 1965) e as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) são frutos dessas transformações. O Concílio Vaticano II deu um importante passo para discussão de temáticas antes marginalizadas, abrindo-se para o mundo e a modernidade, num movimento denominado de *aggiornamento*, que significa abertura ou atualização. Reformas litúrgicas começaram a ser incentivadas, atribuindo um maior protagonismo ao laicado e a setores de base, associado a uma hermenêutica progressista das escrituras, na intenção de formatar um diálogo ecumênico.

Terminado o Vaticano II, em 1965, foi convocada a II Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano – CGELA, em Medellín, Colômbia, em 1968. O II CGELA buscava ser uma tradução do Vaticano II para a América Latina. O próprio título do encontro reflete essa preocupação: “*A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*”. O evento expressaria a grande força dos teólogos progressistas, cunhando uma teologia mais condizente com a realidade do continente. Lucelmo Lacerda Brito, no artigo que trabalha os confrontos entre conservadores e progressistas nas duas conferências, expõe que a ideia central em Medellín era que:

a condição de pobreza do continente não respondia a uma fase de seu desenvolvimento que se superaria com o avanço do capitalismo, mas a uma condição estrutural do capitalismo em sua configuração imperialista em que o subdesenvolvimento de parte do planeta cumpria um papel importante (Brito, 2010, p. 83).

A temática da libertação começava a ganhar centralidade, optando pelo método da Ação Católica Operária (ACO), o *Ver-Julgar-Agir*, que partia da realidade para interpretar a fé. Odja Barros Santos, em seu valioso estudo sobre a Leitura Popular da Bíblia, relata que os anos posteriores a Medellín foram fundamentais na gestação da hermenêutica bíblica de libertação latino-americana. A apropriação dos evangelhos e dos profetas pelos movimentos de base formaria um tipo de leitura popular fruto dos encontros que irão surgir a partir das Comunidades

Eclesiais de Base (CEBs) (Santos, 2019).

As conclusões de Medellín definiriam duas linhas básicas de ação pastoral. Primeiramente, a consolidação das CEBs como fator basilar da igreja de Cristo, descentralizando a forma de se fazer igreja. Segundamente, a decisão pela “opção preferencial pelos pobres”, reforçada na III Conferência, realizada em Puebla, em 1979. O termo “pobre” passou a designar não “apenas o indivíduo, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido”. Analisando os documentos de Puebla, Wellington da Silva Medeiros expõe que esses pobres da América Latina são os indígenas e afro-americanos, são os camponeses sem terra, os operários, os desempregados, grupos dos quais as dioceses deveriam orientar suas ações pastorais (Medeiros, 2018).

As decisões do episcopado latino-americano desembocariam na formação de grupos teológicos. Elaborando um novo programa teológico, esses grupos passariam a focalizar a realidade sociopolítica e econômica da América Latina, surgindo, assim, a Teologia da Libertação. Para Michel Lowy, a Teologia da Libertação não é apenas um movimento teológico, mas uma expressão social surgida no começo da década de 1960, envolvendo setores significativos da Igreja, movimentos religiosos laicos, bem como várias organizações populares criadas por ativistas da CEBs (Lowy, 2016). A “opção preferencial pelos pobres” é o resumo dessa maneira de fazer teologia; entretanto, a escolha feita aqui não é de um olhar caridoso e assistencialista; a ótica empregada é a que coloca esses sujeitos como executores do curso de sua própria história.

Em meio a esse contexto de mudanças, com o Concílio Vaticano II e as conferências latino-americanas, surge a Diocese de Crateús, liderada pelo bispo Dom Antônio Batista Fragoso. Dom Fragoso, como passou a ser conhecido, vinha de São Luís do Maranhão, lugar em que auxiliava o então Arcebispo Dom José de Medeiros Delgado, ficando até agosto de 1964, data em que marca a sua chegada a Crateús.

Estruturada em mais três capítulos, a atual pesquisa começa embrenhando por esse projeto de igreja implantado em Crateús. O segundo capítulo, *Diocese de Crateús – uma igreja de resistência popular*, busca contextualizar a criação da Diocese. Nesse sentido, o foco principal são as medidas adotadas por Dom Fragoso após sua posse e os conflitos gerados com o surgimento dessa nova visão de *ser igreja*.

O capítulo está dividido em dois tópicos. O tópico 2.1: “Um projeto de Igreja Popular – uma Igreja de resistência popular”, tem a iniciativa de expor os primeiros passos da Diocese e as medidas que passaram a ser adotadas, tendo em vista anos do modelo tradicional. O bispo antecessor foi Dom José Tupinambá da Frota, responsável por pastorear boa parte das

igrejas que seriam herdadas por Dom Fragoso. De visão tradicional, Dom José Tupinambá deixará um modelo de igreja, sintetizado por Dom Fragoso como “construtor de civilização”. Esse jeito de *ser igreja* compreendia uma visão assistencial, desde logo rejeitado pelo novo bispo, gerando descontentamentos em setores econômicos importantes da região, que tinham no assistencialismo a sua grande forma de professar a fé e barganhar prestígio na população crateuense.

A linha de trabalho incentivada tinha na ação das bases populares o seu principal alicerce. O método do *Ver, Julgar e Agir*, trazido da experiência de Fragoso na época de sua militância na JOC (Juventude Operária Católica), será o grande norteador desse processo. O cotidiano camponês, o trabalho com a enxada, a luta pela terra, a experiência comunitária, tudo isso passará a ter centralidade na fundação da Igreja em Crateús, um verdadeiro projeto de Igreja Popular. Neste estudo, vemos como essa metodologia forjará um prisma direcionado ao comunitário. Todas as atividades de base que passariam a ser desenvolvidas teriam como foco a coletividade, começando pela interpretação da bíblia. Sua leitura deveria ser feita em “mutirão”, considerando os apelos da comunidade em prejuízo aos anseios individuais.

Para adentrar a implantação desse projeto de Igreja Popular, utilizamos dos cadernos editados pela Diocese de Crateús, em 1989, sob o título *Fazendo a Nossa História*. Os cadernos nascem em razão do aniversário de 25 anos da Igreja de Crateús, trazendo uma série de testemunhos de pessoas que de alguma forma contribuíram para essa construção. Escrita a muitas mãos e em páginas datilografadas, os cadernos oferecem uma rica descrição dos principais acontecimentos. Os relatos são feitos em formato de crônica ou de relatório, por variados tipos de pessoas, desde aquelas que viveram a transição da pastoral de Dom José Tupinambá ou que nasceram e cresceram *peri passum* ao novo projeto, ou mesmo de amigos de caminhada.

No caderno 4, “*Partilhando a experiência*”, Ageu Siqueira, trabalhador rural da comunidade de Monte Sião, assim como muitos outros trabalhadores, narra suas impressões do tempo de criança e das desconfianças que seus familiares tinham com Dom Fragoso. Já nos cadernos 2 e 3, em “*Testemunho de amigos I e II*”, temos um outro tipo de escrita, agora de amigos que em alguma ocasião visitaram a Diocese de Crateús e deixaram nos cadernos as suas contribuições e pontos de vistas sobre a história da pastoral, exemplo dos relatos de Carlos Mesters, José Comblin e Clodovis Boff. Os relatos contam ainda com a visão de padres que viveram os desafios da mudança do modelo tradicional para uma proposta de protagonismo das bases, como é o caso de Paco, Eliésio e Maurício e irmãs como Siebra ou mesmo do testemunho de alegria de Antonio Carvalheiro por ser valorizado enquanto “leigo” e poder participar como

animador nas Semanas Catequéticas.

Um projeto arrojado como esse não escaparia de conflitos. Por essa razão, esse primeiro tópico encerra apontando as perseguições que a Diocese de Crateús sofreu por gestar um protagonismo popular. Prisões como a do vigário Geraldo de Oliveira e deportações como a do padre José Pedândola são alguns dos exemplos mencionados para aprofundar essa temática, situando a diocese nesse ambiente de recrudescimento de setores civis e militares pós-golpe. Neste estudo, fazemos uma digressão na prisão de Geraldo, acompanhando todo o processo de sua prisão pela Polícia Federal na cidade de Natal, quando voltava de um evento em Recife, até os desdobramentos de todo julgamento e as justificativas de enquadramento do vigário como “subversivo”. A narrativa no detalhe desse caso só foi possível graças a grande documentação disponibilizada pelo banco de dados do *Brasil Nunca Mais (BNM)*, contendo os autos dos inquéritos da prisão do vigário, além de muitos outros casos acompanhados pelo acervo digital do projeto².

No tópico 2.2: “No princípio (da resistência) era o verbo”, analisamos como a leitura e a escrita, animada nas reuniões das CEBs, nos seminários, cursos bíblicos e encontros comunitários, foram essenciais para o fortalecimento das resistências em defesa do projeto popular de espiritualidade. A partir do jornal *O Roceiro*, veículo popular de informação criado pela equipe diocesana da Diocese de Crateús, em 1984, mostraremos como a circulação de *Cartas Abertas* acabou por fortalecer as práticas de resistência. O jornal *O Roceiro* foi um instrumento vital de comunicação entre as comunidades. Por meio das inúmeras cartas que eram remetidas, homens e mulheres do campo conseguiam amplificar seus gritos contra os desmandos praticados no campo, das ameaças dos grandes proprietários de terra, das injustiças dos programas agrários e da repressão militar.

Com o lema “por terra, trabalho e justiça! Para que o Nordeste tenha vida”, o primeiro número do periódico abre com a seguinte apresentação, segundo padre Maurizio Cremaschi:

O meu nome é O Roceiro. Há muito tempo que eu estava sendo gerado pelos lavradores da Diocese de Crateús. Nasci e fui batizado na assembleia da CPT diocesana, no dia 25 de março de 1984. A missão que me confiaram foi de ser porta-voz das lutas e vitórias do povo trabalhador, das comunidades da diocese toda e até de outros lugares. Algumas vezes vou ter que gritar forte o sofrimento e a opressão

² O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo; obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política; fazer com que a divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira. Acesso: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

sobre a terra e o povo que nela vive e trabalha. Também tenho que anunciar a esperança nova, a poesia, os cantos e as palavras e orações de fé e de vida que nascem da Bíblia sagrada e da caminhada corajosa da gente do campo. Como todo menino, eu só vou viver se você, companheiro, me sustentar com notícias de seu lugar e me alimentar com algumas contribuições em dinheiro para que eu possa pagar o correio que me leva até você (Cremaschi, 2020, p. 49).

O incentivo à conquista da palavra fomentou o desenvolvimento da cultura da carta, despertando modernas práticas de reivindicação e mobilizando diferentes comunidades em direção a propósitos consonantes. As *Cartas Abertas*, escritas pelos próprios camponeses, e as *Cartas Paroquiais*, divulgadas pelas paróquias pela participação de animadores, irmãs e vigários, tiveram força motriz nessa defesa, estimulando lutas coletivas em busca de direitos. Os projetos das Frentes de Emergência, desenvolvidos em decorrência da seca de 1979 a 1984, trouxeram indícios relevantes para analisarmos a escrita coletiva, cunhada posteriormente aos longos debates das comunidades. Antes de escrever qualquer *carta aberta*, a comunidade discutia sobre o conflito, ponderava as estratégias e reivindicações, e somente depois da leitura comunitária é que os componentes assinavam o documento.

Enquanto crítica construída comunitariamente, essas cartas serviam na diversificação das formas de resistências e no engajamento de novas pessoas à causa. Muitos leitores escreviam ao *Roceiro*, prestando solidariedade aos movimentos que o periódico divulgava e oferecendo ajuda aos companheiros envolvidos nas lutas. Dessa forma, um conflito que, em alguns momentos, poderia mobilizar somente os interessados locais, acabava sendo repercutido em outros lugares, ultrapassando inclusive as fronteiras dos sertões de Crateús e Inhamuns e os limites regionais, repercutindo em todo o País. Um dos casos de maior repercussão foi o ocorrido em *Várzea do Boi*, no município de Tauá. O conflito ganhou impacto nacional, quando os colonos do perímetro irrigado resolveram denunciar os desmandos praticados na colônia por meio das *Cartas Abertas*. O movimento produziu a adesão de muitas frentes, gerando uma grande denúncia coletiva.

Além do componente mobilizador da escrita, facilitado pelos meios de comunicações populares, as ações desses sujeitos não ocorriam de forma aleatória. Os estudos promovidos nas comunidades orientavam a busca por um maior esclarecimento em relação aos impactos das intervenções no campo. As cartilhas selecionadas para o estudo estavam direcionadas a abordar temáticas que tocassem em assuntos relacionados aos direitos dos camponeses. Os seminários organizados pela Regional Nordeste I, as reuniões da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ou mesmo os encontros diários das CEBs, promoviam espaços de leitura direcionada a abordar temáticas relacionadas aos direitos dos camponeses.

Quando da implantação do *Projeto Nordeste*, no começo da década de 1980, as

comunidades passaram a agregar a suas reuniões materiais voltados a entender os pormenores do projeto. Dessa forma, os trabalhadores rurais adquiriam conhecimento sobre os impactos dessa intervenção agrária e, conseqüentemente, decidiam o usufruto ou rejeição do programa. Essas estratégias eram motivadas, inclusive, pela literatura religiosa. O conflito em *Barra do Vento*, município de Tauá, ilustra como a reflexão da perspectiva da *não violência ou firmeza permanente* transformou o método para solucionar a invasão corriqueira de gados, de um poderoso fazendeiro da região, na roça comunitária pertencente a algumas famílias.

No terceiro capítulo, “*Leitura e Escrita Camponesa – A vida (radical) por escrito (popular)*”, abordamos como se deu o processo de radicalização da leitura camponesa, influenciando a compreensão da vida, a confissão da fé e a luta por direitos, culminando na expressão dessa leitura radical em escrita popular de poesias, cordéis e cartas. O capítulo está dividido igualmente em dois tópicos, nomeando o tópico primeiro de “Leitura Radical: cartilhas, livretos, cadernos e subsídios pastorais”. Percutamos os modos de leitura camponesa, examinando os materiais trabalhados nas comunidades – entre os que podemos mencionar: os cadernos e subsídios pastorais, as poesias, os cordéis, as cartas, os livretos do Estatuto da Terra e Contratos de Trabalho e a cartilha de Educação Política. Em conjunto, nossa intenção é observar como os temas foram elaborados, a recorrência nessas abordagens e as articulações das dimensões agrária, social, política, econômica e cultural.

A metodologia para o entendimento da pluralidade das leituras apoiou-se nos escritos de Christopher Hill e Edward P. Thompson, ambos expoentes da História Social Inglesa. Thompson – aqui utilizado nos procedimentos analíticos para entender a complexidade do fazer-se da classe – pensa, entre outras questões, o radicalismo popular de trabalhadores autodidatas, cujo método de aprendizado se dava de maneira individual ou em grupo, em que analfabetos participavam da leitura em voz alta. Assim, como que desenvolvendo uma “consciência articulada”, os trabalhadores aprendiam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos, amadurecendo uma “consciência de classe” (Thompson, 1987, p. 303-4). Desse modo, apreender essa análise nos possibilitou perceber as práticas das comunidades e pastorais populares da Diocese de Crateús, em sua metodologia simples, pelo estreitamento dos laços de convivência educativa e aprendizado dos indivíduos e grupos em seu notável esforço de “fazer-se a si mesmo”.

Nessa esteira, Hill também nos oportuniza a pensar a articulação radical da Bíblia, quando problematiza a influência que exerceu sobre a sociedade do século XVII e sua utilização com propósitos políticos ou de outra natureza e seus efeitos sobre a literatura, as relações sociais, a questão da terra e a colonização, entre outras tantas áreas (Hill, 2003).

Compreendemos o termo “radical” à maneira de Hill, investigando o processo de radicalização interpretativa da bíblia pelos camponeses.

Na Diocese de Crateús, a leitura passou a fazer parte do cotidiano desses sujeitos. Em casa, no trabalho, nas missas, nos encontros comunitários ou mesmo nos momentos de lazer, a leitura poderia facilmente compor esses espaços. Os conteúdos variavam conforme a necessidade e interesse, mas as histórias bíblicas sempre estavam presentes entre os assuntos mais lidos, integradas em muitas temáticas. Nesse tópico, nossa atenção estará empenhada em discernir o valor interpretativo do texto bíblico, como se radicalizou, de que forma os ensinamentos de Jesus e dos profetas deixaram de expressar apenas uma promessa futura, do *porvir*, para demonstrar uma realização na sociedade presente e na vida de cada camponês.

As CEBs da Diocese de Crateús recebiam os materiais via Secretariado Regional Nordeste I (SRNI), equipe da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), abordando e selecionando temáticas que dialogassem com a realidade daquelas comunidades. Dessa forma, os assuntos que envolviam Reforma Agrária eram sempre constantes, levantando questões urgentes para aquela realidade. Esses assuntos eram tratados em convergência com a perspectiva teológica católica, relacionando Reforma Agrária com Reino de Deus, facilitando não só a compreensão como o engajamento com a causa defendida nas cartilhas.

A Diocese de Crateús não só utilizava os cadernos e subsídios pastorais vindos da SRNI, como também produzia cartilhas independentes, trabalhando pautas pela perspectiva dos que ali estavam vivendo. A cartilha *História do Povo de Deus* é um exemplo disso. Contava ainda com ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), elaborando livretos como a Lei da Renda, presente no Estatuto da Terra, ou o Contrato de Trabalho, com linguagem simples e específica para leitura daquele público.

Os estudos de Roger Chartier – historiador capaz de unir reflexão metodológica e teórica no campo da história da leitura – orientaram nosso olhar para a variabilidade nos modos de interpretação das leituras. Examinando a “autonomia do ato de ler”, percebemos esses camponeses como leitores ativos na construção crítica da realidade. Acreditamos que fazer seguir por esse percurso tornou “possível avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção” (Chartier, 1992, p. 232). A significação intrínseca do camponês aos textos lidos, independentemente de qualquer decifração, foi descartada na análise proposta.

No tópico seguinte, “Escrita Popular: poesias, cordéis e cartas”, investigamos as produções escritas feitas pelos trabalhadores do campo, convertendo em palavras, versos e rimas a visão que tinham do mundo. Aqui, discorreremos sobre os eventos promovidos nas

comunidades, fundamentais na formação dos poetas e poetisas populares. Os espaços de recreação e promoção artística serviram para reunir diferentes pessoas, encorajando escritores a exprimir suas aventuras exitosas, assim como suas desventuras tão comuns. Nosso eixo aportará a relação dessa escrita com a vida, pois, como mencionou Michelet, ao se debruçar sobre as cartas populares nos arquivos da Revolução Francesa, “*visivelmente, o coração fala*” (Bollème, 1989, p. 209).

Por isso, o teor dessa escrita deve acompanhar a adjetivação do popular, como entende Geneviève Bollème, em seu livro *O povo por escrito*, ou seja, a escrita como uma “reivindicação existencial”; uma anunciação do dia a dia, com suas agruras, sua acidez, mas ao mesmo tempo, suas alegrias, sua fé e sua comunhão. Na Diocese de Crateús, os cordéis representavam muito bem essa forma de expressão da escrita popular. Muitos poetas revelavam suas opiniões, seus aprendizados e sua forma de enxergar a vida pela literatura em verso, revelando as dimensões simbólicas, artísticas, sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais de sua escrita. É o testemunho do habitual, dos ensinamentos adquiridos nas reuniões sindicais, nas discussões acaloradas das CEBs e pastorais sociais. Entre os poetas do campo, mencionamos Zé Vicente, que de forma sensível transforma em poesia o curso “*Terra na Bíblia*”, ministrado pelo monge beneditino da CPT D. Marcelo de Barros. Compôs, juntamente a outros cordelistas, como Francisco Marrero e Raimunda Ferreira, o livrinho *Os Poetas do Ceará e a Seca*, organizado e publicado pela CPT Regional Nordeste I. Dessa maneira, disseminava a literatura de cordel para novos leitores, ao mesmo tempo em que expunha o conhecimento adquirido pelo olhar de quem viveu profundamente aquela realidade.

Não obstante, além da mensagem poética, a conquista da palavra contribuiu para a prática de formas de panfleto, como os abaixo-assinados e as cartas abertas. Pelas cartas remetidas ao jornal *O Roceiro*, podemos investigar outros gêneros além do cordel, percebendo as nuances da linguagem. A diferença na forma de escrever uma carta aberta, indo desde o modelo coletivo, como exibido no capítulo anterior, até a escrita individual, que é desenvolvido neste tópico, demonstra o leque de possibilidades que a escrita popular alcançou.

Por último, o capítulo quarto, *Conflitos no Campo na Diocese de Crateús: uma terra de resistência*, situa o contexto de tensões que rodeiam a igreja, atentando para a estrutura agrária dos sertões dos Inhamuns e Crateús e a resistência enquanto capacidade não só reativa, como cultural. O primeiro tópico do capítulo, intitulado “O caso de Várzea do Boi”, ocupa-se em refletir a conjuntura agrária dos municípios que formam a Diocese. A região sofreu sucessivas intervenções de programas agrários, adicionadas por um cenário de exploração e expropriação do pequeno camponês, fazendo desse lugar um terreno fértil para adentrar essas

problematizações. Segundo os estudos de Danielle da Silva, em sua tese sobre os 40 anos da CPT no Ceará, entre as nove dioceses no Ceará, todas enfrentaram conflitos em seus espaços, sendo Crateús uma das principais. As razões materializadas estavam em torno da terra e território, água e direitos, apresentando demandas diferentes, ainda que carregadas da marca da exploração e usurpação dos direitos dos trabalhadores (Silva, 2016):

Na Diocese de Limoeiro do Norte foram treze municípios atingidos seguidos da Diocese de Crateús, com dez municípios. As dioceses de Itapipoca, Sobral, Tianguá, Quixadá e Crato tiveram, respectivamente, nove, nove, sete, sete e sete municípios afetados (Silva, 2016, p. 91).

O conflito em *Várzea do Boi* é bastante ilustrativo na compreensão dessa conjuntura. Um conflito que atravessou o final da década de 1970 até os anos de 1980, gerando enormes prejuízos aos colonos instalados no local, mostrando como algumas políticas agrárias serviram para beneficiar os grandes proprietários de terra, enquanto camponeses eram atingidos com falsas promessas e repressão civil, política e militar.

Esses conflitos estiveram associados a mobilizações, dos mais variados graus e formas, resistências que consideraram a estratégia específica para cada ocasião. O tópico 4.2, “Uma Cultura de Resistência”, investiga como os camponeses da Diocese de Crateús formaram resistências de perfil plural. Nos modelos adotados, temos: o conflito direto, nas ocasiões de maior tensão; o diálogo na mediação dos confrontos; a utilização de aparatos de justiça quando o momento sugerir; greves; boicotes; organização coletiva.

Os camponeses compuseram uma cultura de resistência, lançando mão das mais variadas táticas e técnicas. A própria espacialidade da Diocese ajudou a formatar essas lutas. Neste tópico, versamos ao redor da espacialidade da Diocese de Crateús, entendendo como a ligação entre diocese, paróquias, capelas e comunidades contribuiu na comunicação entre os envolvidos nos conflitos, formando redes de resistências a partir dessa disposição espacial.

O sentimento comunitário germinado pela Diocese de Crateús tem apoio na sua profissão de fé. As lutas precisavam ser compartilhadas por todos, não só pelo fator estratégico, mas pela irmandade criada por meio do Evangelho. A condição de irmãos na fé, acrescido pela identificação social de classe, construiu uma *camaradagem horizontal* determinante para unir pessoas que não se conheciam, nem sequer ouviram falar de sua vida e seus parentescos, contudo se sentiam parte de uma imagem viva de comunhão entre eles, uma espécie de *comunidade imaginada* da qual fala Benedict Anderson (Anderson, 2008, p. 32). Anderson ainda sugere que a escrita pode criar campos unificados de intercâmbio e comunicação, em diferentes segmentos sociais, encurtando, entre outras coisas, distâncias culturais e geográficas.

Esses companheiros de leitura e escrita formatam, “na sua invisibilidade visível, secular e particular”, o embrião de uma comunidade imaginada.

2 DIOCESE DE CRATEÚS: UMA IGREJA DE RESISTÊNCIA POPULAR

2.1 Um projeto de Igreja Popular

Localizada nos sertões de Crateús e Inhamuns, a Diocese de Crateús foi inaugurada em 8 de agosto de 1964, sendo nomeado Dom Antônio Batista Fragoso como seu primeiro bispo, ficando à sua frente por 34 anos (1964 – 1998). Tendo responsabilidade eclesial em 12 municípios³, sua construção faz parte do contexto de transformações ocorridas na década de 1960, no âmbito da Igreja Católica na América Latina. O Concílio Vaticano II (1963 a 1965) é a marca dessas mudanças, enfatizando a missão social e a importância do laicado na noção da Igreja como povo de Deus (Mainwaring, 1989, p.62). Além do Vaticano II, o Pacto das Catacumbas (1965), ocorrido há três semanas do encerramento do concílio, reuniu padres conciliares na periferia de Roma para reafirmar o enfoque no pobre, seus sofrimentos, suas necessidades, suas lutas e esperanças, assumindo o propósito de uma *Igreja servidora e pobre* (Beozzo, 2015). Dom Fragoso esteve presente nesses dois eventos, influenciando, posteriormente, nos rumos pastorais da diocese.

As primeiras ações adotadas pela pastoral estiveram direcionadas aos trabalhos na base, estimulando a autonomia nas atividades eclesial e sociais dos leigos. Para isso, entre os anos de 1965 e 1967, Dom Fragoso promoveu as Semanas Catequéticas, momento em que pôde conhecer a gente local, o chão, a terra, a realidade de cada comunidade, a estrutura familiar, a doutrina de fé e a dimensão social dos projetos. Em cada paróquia, “mobilizando pais, catequistas, professores de religião nas escolas e párocos”, a pastoral buscou descentralizar os serviços ministeriais das matrizes, motivando uma participação mais efetiva na formação da Igreja por parte das comunidades rurais espalhadas pelo interior das paróquias (Fragoso, 2005, p. 41). “Elas aconteceram a nível diocesano, a nível paroquial e em diversos lugares do interior da diocese. Foi a forma encontrada para despertar o jeito novo de ser igreja que mais tarde vai ser chamado CEBs – Comunidades Eclesiais de Base”. (Caderno 01, s. d., p. 2)

Essas iniciativas trouxeram tensões com a estrutura já estabelecida antes da chegada do bispo, marcada pela hierarquia clerical muito bem estabelecida. A Igreja de Crateús nasce da fragmentação de oito paróquias da Diocese de Sobral (Crateús, Independência, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipueiras, Poranga e Novo Oriente), pastoreadas por Dom José Tupinambá, denominado por Dom Fragoso como “construtor de civilização”, pelo seu

³ Os seguintes municípios formam a Diocese de Crateús: Tauá, Crateús, Parambu, Queterianópolis, Independência, Novo Oriente, Poranga, Nova Russas, Ipueiras, Tamboril, Monsenhor Tabosa e Ipaporanga.

trabalho na construção de colégios, hospitais, museus, orfanatos e asilos. Dom José Tupinambá alicerçou seu ministério na fidelidade ao direito canônico, às normas litúrgicas e pelo respeito às tradições eclesiais. Inevitavelmente, o estranhamento com o novo modelo afetou os membros da igreja, desconfiados com a proposta nada tradicional de ministério.

O relato de Ageu Siqueira Tenório, camponês da comunidade de monte Sião, da paróquia de Parambu, expõe essas pressões. Ageu testemunha, no Caderno de número 4, que a religião era vista como parte da tradição, “os pais tinham a obrigação de levar seus filhos para o mesmo seguimento religioso”, uma herança que deveria ser passada de “pai para filho”. Assistir à missa, fazer novenas, participar das festas tradicionais, rosários, terços, confissões individuais, eis a cartilha que teria de ser seguida por todos. O que fugisse disso era alvo de questionamentos, “pais brigavam com os filhos, muitas mulheres não aceitavam a religião se não fosse a tradicional”.

Eu era um de descendência muito tradicional, meu pai um religioso tradicional que também não aceitava muito o novo modelo de igreja, e quando meu irmão Geraldo e eu, recebemos o convite para participar de um encontro da paróquia, das comunidades, as recomendações é que nós teríamos que ter muito cuidado, que aquele sistema era muito perigoso. (Caderno 04, s. d., p. 8)

O “perigo com o sistema” era, na verdade, o receio com as mudanças, que de fato acabou ocorrendo. O sacramento, antes encarado como obrigatório, passou a ter função complementar no ritual religioso, uma promessa a ser assumida. Os leigos passaram a tomar a liderança na preparação dos sacramentos, causando grande desconforto em boa parte das pessoas. Desgostosos com as novidades, muitos optaram por recebê-los em outras paróquias, de dioceses vizinhas.

Assim como Ageu e seu irmão, outros jovens foram alvos dessas primeiras reuniões, gerando entusiasmo em muitos deles, antes ofuscados pela centralização no clero e nos mais velhos. É o caso de Antonio Carvalheiro, mais conhecido como Lins, casado, pai de quatro filhos, pequeno comerciante e animador, juntamente a sua esposa Socorro, na Pastoral Paroquial de Parambu. Antonio relembra a felicidade e a valorização em ser integrado às semanas catequéticas. As Semanas Catequéticas aproximaram esse público, desenvolvendo atividades de lazer a partir de grupos de animação, o que futuramente seria fundamental na integração a outros trabalhos, como cursos de educação política, formação de sindicatos e atividades comunitárias.

Eu me senti mais valorizado, me lembro que nas semanas catequéticas, eram convidados os jovens, as crianças, por acaso aqui em Parambu chegou alguém de Crateús, e tentou reunir os jovens, dizendo que os jovens tinham que se organizar num

grupo de animação, alguma coisa sobre lazer, eu comecei a participar dessas reuniões. (Caderno 04, s. d., p. 43)

Todavia, mesmo com o esforço para romper com o conservadorismo funcional, a intimidação externa perdurou por muito tempo, dificultando o crescimento e o fortalecimento das Comunidades. Maria Deusilina, então jovem animadora da comunidade de Ipuzinho, paróquia de Ipueiras, relembra que para enfrentar o modelo conservador, muitos jovens ousaram em transpor as dificuldades aparentes e a falta de experiência:

mas a gente não sabia como, porque era difícil, diferente, achavam que a comunidade não era o certo que a igreja devia ser de outra forma, digamos de um modo mais conservador antigo então a gente começou difícil, não tinha muita instrução mas a comunidade precisava de alguém que levasse em frente, aí então a gente começou foi gostado. (Caderno 04, s. d., p. 16)

A impulsão das bases como espinha dorsal desse novo jeito de ser igreja atingiu projetos importantes, como o Movimento de Educação de Base (MEB)⁴. A instalação em 1968 do MEB, programa educacional de alfabetização de jovens e adultos da zona rural, obteve pouco sucesso em Crateús, justamente, por conta da falta de participação das bases na liderança do programa. Segundo o bispo, o MEB deveria ser um serviço prestado a toda comunidade, totalmente autônomo, sem vinculação confessional. Como possuía uma participação clerical na direção nacional e na presidência local, o projeto não teve longevidade. Seu encerramento se deu quando Maria Teresa, responsável pela entidade na Diocese, foi demitida pela direção nacional⁵. Para o bispo, construir uma Igreja a partir das pessoas comuns era não só fundamental, como imprescindível.

Nesse sentido, Crateús buscava mudar o dinamismo de sua ação pastoral. O vetor hierárquico “do centro para as bases”, historicamente consolidado na administração católica, precisaria ser invertido. A fonte nutritiva do movimento pastoral deveria começar na comunidade, na base, no verdadeiro espaço de vivência, moradia e luta. Nessa virada, segundo o testemunho conjunto de Irmã Siebra, Padre Paco e Padre Maurício: “muita coisa mudou” (Caderno 05, s. d., p. 9). O planejamento passaria primeiro pelas Comunidades, depois região, paróquia e, por fim, desembocaria na Diocese, que, por sua vez, sucederia ao Regional e ao Nacional. Nisso, foi importante a perspectiva latino-americana da Conferência Episcopal de Medellín (1968), fomentando temas como: “fé e política, opção preferencial pelos pobres,

⁴ O Movimento de Educação de Base foi uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), em parceria com o Governo Federal, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos com dificuldades de acesso à escolarização, por meio de escolas radiofônicas. In: BEZERRA, Viviane Prado. *Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nun mundo: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960- 1980)*, 2014.

⁵ Caderno 05: Refletindo a caminhada. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada.

práticas pastorais horizontalizadas e pedagogia com as classes populares” (Mainwaring, 1989, p. 149). O método de Paulo Freire também contribuiu nessa gestação. Como fala Dom Fragoso (1982, p. 35): “A pedagogia do método Paulo Freire, que tentamos aplicar, em Crateús, nos anos de 1967 e 1968, em 40 círculos de cultura, nos ajudava a partir do povo e de sua realidade de base”.

As CEBs representaram o cerne desse projeto de Igreja Popular, reunindo o povo em *comunidades*, pela perspectiva *eclesial* dos leigos. Frei Betto define as CEBs como “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural)”. Para ele, são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, vivendo uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia e de lutas por melhores condições de vida. São eclesiais, porque congregam na Igreja núcleos básicos de comunidades de fé. São de base, porque integram pessoas que trabalham com as próprias mãos (Betto, 1981). Dom Fragoso as entendia como “a Igreja na base, o espaço de participação popular, no qual o povo do campo, os pequenos, os pobres, os fracos, os oprimidos se tornassem sujeitos do seu próprio progresso, protagonistas de sua própria história” (Fragoso, 1982, p. 35).

Segundo o diácono e sociólogo Alder Júlio F. Calado, um dos escritores do livro *Igreja de Crateús (1964 – 1998): uma experiência popular e libertadora*, as periódicas reuniões das CEBs se inspiravam no método do *ver, julgar e agir*⁶ (Calado, 2005). Na Diocese de Crateús, esse método orientava os trabalhadores rurais na leitura do Evangelho, interpretando-o a partir das suas realidades. Antes da chegada a Crateús, Antônio Fragoso auxiliava, em São Luiz do Maranhã, o Arcebispo Dom Delgado, possuindo forte ligação com a classe trabalhadora junto à Juventude Operária Católica (JOC), adquirindo experiência com a pedagogia popular da classe operária urbana.

A pedagogia citada nasce da necessidade de construir uma metodologia que adotasse as experiências como ponto de compreensão da conjuntura social, econômica, política e eclesial. Assim, o subsídio do IV Curso Interregional, ocorrido na cidade de Recife⁷, explica essa metodologia do trabalho popular, considerando três pontos: partir da prática (VER); teorizar a partir da prática (JULGAR); transformar a prática (AGIR).

A dinâmica ensinada precisa contar com a participação ativa dos componentes, trazendo experiências locais para pensar aspectos gerais, seja regional ou nacional. No ponto

⁶ Prática pedagógica desenvolvida pelo padre belga José Combin, instituída nos movimentos leigos. O método ver-julgar-agir trouxe uma nova maneira de interpretar a ação reveladora de Deus na história.

⁷ O Curso Metodologia do Trabalho Popular foi uma iniciativa da Pastoral da Juventude do Meio Popular do Nordeste, ocorrido entre os dias 9 e 12 de fevereiro de 1989, com o objetivo de partilhar experiências da metodologia popular com jovens do Nordeste. In: Metodologia do Trabalho Popular: VER, JULGAR E AGIR. Subsídio do IV Curso Interegional. Bloco Nordeste (PJMP), 1989.

VER, é necessário saber “com que população se trabalha”, “de qual prática se parte”, considerando questões objetivas e subjetivas de cada comunidade, exemplo das “necessidades imediatas, dos problemas”; “o que as pessoas pensam, ou sentem, ou gostam”. O aspecto JULGAR é o momento em que as experiências são teorizadas. Aqui, questiona-se a ligação da vivência local com outras experiências; refletem aspectos conjunturais e estruturais; busca-se uma visão global da realidade. Por último, o AGIR é a fase propositiva do método, momento em que os problemas levantados serão “solucionados”, saindo do campo teórico para a transformação social. Assim, pormenores do cotidiano deveriam ser contemplados, como o pessoal e o familiar, o escolar, o sexual, o sindical, o político partidário, o eclesial e outros.

O método perpassa toda a formação da diocese, sendo usado, inclusive, no processo avaliativo da pastoral. Em setembro de 1985, momento em que a diocese completava 21 anos, foi organizada a Assembleia Regional de Pastoral, com a finalidade de observar a história, a estrutura de funcionamento, os projetos, os objetivos, a metodologia e os desafios enfrentados até aquele momento. O evento contou com a participação das Equipes Paroquiais de todas as comunidades e representantes de movimentos e organizações sociais, destes, mencionam-se: as CEBs, a CPT, a Pastoral da Juventude (PJ), a Pastoral do NINHO e a Pastoral Urbana. Reunindo cerca de 70 pessoas, no Centro de Treinamento de Crateús, foram enviados questionários a todas as Comunidades e a todos os Setores pastorais, com o objetivo de colher material para ser debatido durante os três dias de assembleia. As coordenações se reuniram e prepararam a memória de cada setor, tentando juntar as respostas apuradas ao questionário (Cadernos Pastorais nº 60, 1986).

Orientados pelo escopo do VER, os participantes eram confrontados com a memória da caminhada das comunidades. Analisaram as expectativas suscitadas com a chegada do bispo, em 1964, como se deu a instalação da Diocese, quais os objetivos traçados, além da forma como as comunidades participaram da construção do novo rosto de igreja. Em Crateús, a história e a memória foram sempre estimuladas, fazendo com que a experiência de vida fosse integrada à concepção daquela diocese. Por meio desse exercício, os camponeses partiam do entendimento de que não seriam apenas participantes isolados, e sim partes integrantes daquele projeto, solidificando o sentimento comunitário.

Instigar a argumentação foi outro exercício presente nesses encontros. Os participantes foram incentivados a questionar o funcionamento da igreja de base, os pormenores que a circundava, a distância entre a teoria e a sua realização. Foi o estágio do julgamento (Julgar). Nesse instante, os integrantes indagaram a falta de clareza e a centralidade que o corpo eclesial assumia em detrimento do povo. Separados em grupos, interpelaram que “a Igreja

já não é mais o único espaço de atuação do povo”, inferindo a importância da autonomia popular. (Cadernos Pastorais, nº 60, 1986, p. 39).

O protagonismo das bases é o ponto mais tocado dentro das discussões, reafirmando o compromisso de pensar as particularidades de cada comunidade. Buscavam arquitetar sua própria organização, objetivos e metodologia, sem o guarda-chuva da igreja e suas demandas.

Chegada a hora do AGIR, chama atenção a pluralidade de propostas levantadas. Os membros que residiam na parte mais ao sul da diocese, direcionavam suas ideias para formação de “movimentos populares e organizações comunitárias, tais como: horta, artesanato etc.” Diferentemente, a parte mais ao centro buscava focar na comunicação e na preparação de lideranças, buscando reintegrar as bases nas tomadas de decisão.

Dessa forma, percebemos como a diversidade de demandas de cada região torna a construção de uma igreja de base uma atividade complexa e cheia de nuances. Contudo, mesmo com essa dificuldade, assumir o *Ver, Julgar e Agir*, como norteadores, realça o lugar da Diocese de Crateús como um espaço onde o povo é envolvido no curso das decisões. Esse modelo contrasta com a perspectiva centralizadora predominante no interior das igrejas cristãs, concebido essencialmente como instrumento de propagação doutrinária e espaço assistencialista (Porto, 2007, p.19). Em Crateús, a intenção primeira era a formação de uma Igreja “popular e libertadora”; por isso, sua fundamentação pastoral, orientada pelo *Cristianismo da Libertação*, para usar um termo articulado por Michael Lowy⁸, percebia no pobre um sujeito histórico, ator de sua própria libertação, capaz de mobilizar pessoas ao redor de objetivos comuns (Lowy, 2016).

A CEB foi o ambiente cunhado para materializar esse desejo, tendo em conta sua proximidade com as carências das comunidades, formadas em pequenos grupos e dirigidas por lideranças locais. Para sua realização de fato, a metodologia que iria reger esses encontros deveria estar aliada ao comunitário. Atenta a esse movimento, os cursos e os seminários direcionavam seu ensino obedecendo a esse método. O seminário *Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus*, criado no intuito de “conhecer as propostas e as práticas de Reforma Agrária existentes à luz da fé”, vistas “a partir dos interesses dos pequenos agricultores empobrecidos”. Os Cadernos Pastorais nº 24 (1984, p. 3) demonstram como temáticas candentes aos camponeses poderiam ser trabalhadas de maneira coletiva, articulando à conjuntura.

⁸ Michel Lowy amplia o termo Teologia da Libertação para Cristianismo da Libertação, por entender que Cristianismo é um conceito mais largo que “teologia” e inclui tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática.

O seminário contou com a assessoria de Dom Aloísio Lorscheider, técnicos cearenses, o pastor Milton Schwantes, José de Sousa Martins, Ivo Poletto, representantes da CPT Nacional e Herbert José de Sousa (Betinho) do IBASE⁹. Coube a Milton Schwantes a reflexão a respeito da Reforma Agrária na perspectiva bíblica. Para ele, a estruturação coletiva começa desde a hermenêutica bíblica, quando o pastor dialoga com o engajamento social e coletivo, contextualizando a presença da Reforma Agrária já no tempo da Bíblia. Não obstante, a clarividência da mensagem só ocorre devido a uma leitura em mutirão:

Só se entende a Bíblia quando lida em MUTIRÃO. Por ser leitura comunitária, ela é muito radical. É uma leitura leiga, popular, profundamente ESPIRITUAL, porque não é leitura feita ao pé da letra, fundamentalista. Lê-se a Bíblia e procura-se interpretá-la. (Cadernos Pastorais nº 24, 1984, p.10)

Schwantes entende que a leitura individual, em especial, a dos especialistas, teólogos, padres, bispos e pastores, deve ser conferida pela comunidade. A cartilha de número 35 aprofunda esse debate, mostrando que a radicalização da leitura ocorre quando feita em mutirão, momento em que a comunidade leiga se aproxima do texto bíblico, transformando-o em leitura popular. Esse tipo de leitura assume o papel de uma “tribuna popular, num espaço da voz do povo”, propenso a discordância e contextualização, integrado aos fatos elementares da vida camponesa, pois “ao falar dos personagens, das figuras e das coisas bíblicas, o povo também vai falando de si”. As comunidades devem forjar um “pequeno comício” para não pender a uma análise “dogmática e controladora”, abstraindo questões do cotidiano.

Nessa prática, vincular a leitura bíblica com a vida está longe de ser tarefa fácil, especialmente porque a palavra “vida”, colocada de forma isolada, e por ser muito geral, pode suportar vários tipos de traduções. Olhando para o habitual, a interpretação da “vida” alcança um modo específico de representação. Nos sertões de Crateús e dos Inhamuns, a “vida” significa: trabalho, sobrevivência, resistência, terra. Numa leitura abstrata, os signos seriam outros. No entanto, é impossível pensar o termo “libertação” sem a associação à “teologia da terra”, especialmente em um contexto no qual os principais interessados na mensagem convivem diariamente com a desigualdade, a opressão, a injustiça e a expropriação.

A “interpretação comunitária” podia ser vista também no uso da dramatização. Muito presente nos espaços de estudo e convivência, recorriam às encenações como ferramenta de integração e ensino, compondo a abertura dos cursos e seminários, das dinâmicas de grupo e dos momentos de lazer.

⁹ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Nestas dramatizações a Bíblia era interpretada em comunidade, em mutirão e, simultaneamente, relacionada a problemas bem concretos. Mostraram como o texto bíblico ajuda a soltar, a “desamarrar” pessoas para mudanças. Contudo, as encenações não só transmitiram certas ideias. Mostraram a Bíblia encarnada em pessoas e suas lutas. (Cadernos Pastorais nº35, 1984, p. 5)

A realidade das pessoas era sempre o lugar comum para o engajamento dos camponeses, enxergando nela as contradições sociais. O discurso de autoridade da Bíblia guiava as reflexões, mas o grande roteiro eram os dramas diários. As histórias encenadas requeriam um problema coletivo que deveria ser comungado pela comunidade, devendo gerar em quem acompanhava uma identificação com os personagens. Na já citada Assembleia de avaliação em Crateús, quando o tema da questão agrária apareceu, a dramatização foi o mecanismo usado para explicar o assunto. Retratando uma reunião, os atores formavam grupos em que se discutia a responsabilidade da luta pela terra como um dever de todos, em prejuízo de uma luta localizada. A intenção da apresentação era suscitar questionamentos sobre “quantas comunidades estão realmente nas lutas, quantas pessoas estão participando das comunidades”. (Cadernos Pastorais nº 60, 1986, p.39)

A caminhada só teria sentido quando feita em conjunto, aglutinando a maior quantidade de Comunidades em função de um objetivo em comum: “Ser uma Igreja Popular e Liberadora”. Nessa direção, em 1989, em ocasião das comemorações do Jubileu de Prata (1964-1989), a Igreja de Crateús decidiu fazer uma séria avaliação da caminhada. Para desenvolver essa Avaliação, a Diocese contou com a Assessoria do Instituto de Estudos da Religião (ISER), promovendo pesquisa e entrevistas pessoais, a fim de escutar as Comunidades e seus Animadores, Equipes Pastorais, pessoas que não participavam diretamente do trabalho pastoral, tudo por meio de questionários. A pesquisa foi feita em 593 comunidades, atentando para aspectos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de provocar a Diocese a buscar as implicações práticas da caminhada feita até aquele momento e “as lutas necessárias para uma ação pastoral mais consequente”.

Por meio dos dados colhidos na pesquisa, novamente chama atenção o valor comunitário das reuniões. Os encontros ocorriam, em grande parte, nas casas das famílias, ou seja, em pequenos grupos, agregando vizinhos e amigos. Somente 17% das CEBs se reuniam em capelas, quando muito em salões comunitários. Na Diocese de Crateús, o interior era o local de maior número de CEBs, alcançando quase 80% do montante total, ficando 7% em vilas e sedes de distrito e 13% em cidades. “As nossas Comunidades do interior, reúnem famílias que moram perto uma da outra. Nessas comunidades, crianças, jovens, adultos e velhos, mais pobres e menos pobres, encontram um jeito de se relacionar entre si” (Caderno 07, s. d., p. 43).

Já as vilas aglutinavam outro grupo, composto por vereadores, donos de armazéns, empregados do município e pequenos proprietários. O público que compunha as CEBs dava o termômetro dos assuntos e da forma de organização. No interior, dependendo da escala do evento, existia a cooperação entre várias pessoas. Normalmente liderado por uma mulher – de cada quatro animadores, três eram mulheres –, o evento contava com a ajuda de todos: um varria, outro oferecia comida na casa das “irmãs, cunhadas e primas”, realidade essa que não se repetia nas vilas e menos ainda nas cidades. O desenvolvimento de uma “CEB nasce da organização e decisão de muitas pessoas. É popular e participativa, descentralizada e responde às necessidades concretas”. Esse modelo entra em choque com o anteriormente existente, concentrado nas capelas, geralmente comandada por uma família dona de terra.

A implantação desse tipo de filosofia pastoral, despojando de poder grupos consolidados, seguido pelo fortalecimento das pessoas simples do campo, fez com que a Diocese de Crateús entrasse no radar repressivo. Na produção do documento do Jubileu, os anos da década de 1970 são intitulados como os anos de “confronto e dificuldades causadas pelas opções pastorais”. “É o período de repressão: 1971 – prisão do Pe. Geraldo Oliveira e expulsão do Pe. José Pedândola; prisão de lideranças sindicais, em Tauá; 1973 – inquérito policial militar contra a Diocese: 6 processos e dois deles, em Fortaleza, por 52 dias”. (Caderno 07, s. d., p. 43).

A prisão de Geraldo Oliveira Lima, vigário da paróquia de Novo Oriente, acusado de transportar conteúdo subversivo para o Ceará, é um desses muitos casos. Ao voltar de um evento da cidade do Recife, em 28 de junho de 1971, denominado “*Encontro de Responsáveis pela Evangelização do Nordeste*”, o padre Geraldo Oliveira foi surpreendido, na cidade de Natal, lugar onde faria uma escala para voltar a Fortaleza, com uma vistoria de um Agente da Polícia Federal. Ao fazer a vistoria, o Agente encontrou na mala do padre uma apostila, entendida por ele como “de cunho doutrinário e subversivo”. Diante do ocorrido, o padre foi imediatamente apreendido, dando início a um processo criminal, sob a alegação de que a apostila, isto é, o boletim “O Círculo”, apresentava conteúdo que colocava “em risco a Segurança Nacional” (Ministério Público Federal, s. d., p. 8). Esse episódio culminou com sua custódia e o encaminhamento para o Esquadrão de Cavalaria “DIAS CARDOSO”, da polícia militar de Pernambuco.

A apostila versava sobre temas relacionados à igreja e à ditadura militar no Brasil, problematizando a função legitimadora da religião. Segundo o testemunho de Geraldo Oliveira, anexado aos autos do inquérito, o boletim foi entregue por um suposto frade chamado Mota, na

cidade do Recife, para ser entregue ao padre Daniel, do Instituto de Ciências Religiosas de Fortaleza. O pároco de Novo Oriente dizia desconhecer o material, recebido por ele totalmente embrulhado, sendo apenas o intermediário da entrega. O boletim tinha o propósito de ser um “material de reflexão e orientação da prática”, tendo, na edição de número 10, a intenção de analisar a realidade brasileira por meio do papel da igreja, apontada como “um potencial rico de acesso ao povo e de trabalho político junto às classes exploradas”. Apresentava ainda críticas pesadas à ditadura brasileira, por “não tolerar uma evangelização do oprimido que vá além das formulações genéricas de um vago personalismo”. Nessa esteira, sugere uma leitura contextualizada do Evangelho a partir de uma igreja histórica, articulada aos “problemas da fome, da violência, da marginalização social e cultural e a significação do cristianismo”, sendo impossível anunciar a paz e a justiça a uma pessoa sem criticar a realidade social, política e econômica. Diante disso, propõe uma renovação da vida sacramental dos temas da pregação, gerando o dinamismo da palavra libertadora e de novas formas de vida comunitária, pretendendo:

- 1 – propiciar condições para os setores mais avançados do clero de realizarem o seu engajamento revolucionário, integrando-os em práticas de organização do povo na sua luta de resistência contra a ditadura, na sua luta revolucionária.
- 2 – orientar a ação nas comunidades de base no sentido de combater eficientemente as tendências conservadoras e, até, reacionárias, cujo objetivo é afastar o povo de seus interesses reais. (Ministério Público Federal, s. d., p. 6).

O exemplar de “O Círculo” nº 10 foi considerado como reprodutor de “artigos virulentos contra o Governo Federal e Regime Democrático”, ferindo, segundo o inquérito, o decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, colocando, assim, “em risco a Segurança Nacional”. O padre Geraldo Oliveira foi primeiramente indiciado à prisão especial, ficando incomunicável pelo prazo de 10 dias. Doravante, no dia 5 de julho de 1971, seis dias depois da abordagem, foi decretada a prisão preventiva do padre como “fundamento a garantia da ordem pública” (Ministério Público Federal, s. d., p. 76).

No Relatório do inquérito, numerado 18/71, na parte onde são feitos os registros da acusação, o presidente do Inquérito, Franklin Ferreira de Carvalho, descreveu seu ponto de vista sobre o ocorrido e o motivo pelo enquadramento. Por seu turno, relatou a razão que devia ser considerada na condenação. O relator alegou que o evento era “somente a capa, o escudo e guarida” para tratarem sobre outros assuntos “completamente alheios à missão sacerdotal” e “altamente pernicioso à Segurança Nacional”. Coloca que o ex-frade Mota tinha uma “missão predeterminada a cumprir, difundindo aquele veículo de subversão”. Pontuou o padre Daniel

como “figura importante na rede subversiva do clero católico”, o qual conta com a ajuda de “padres e leigos, maus brasileiros, com a colaboração eficiente de estrangeiros aqui radicados”.

É forçoso reconhecer que a Nação Brasileira está em guerra, das mais difíceis e perniciosas. Os poderes constituídos enfrentam no momento a guerra revolucionária psicológica adversa em plena atividade. O inimigo não está ao alcance de nossos olhos, não é corporificado nem possui trincheira física de combate, age com sutilezas. (Ministério Público Federal, s. d., p. 81).

Para o relator, a prisão de Geraldo não é um caso esporádico e isolado, mas um movimento articulado que conta com a conivência de muitas pessoas. Uma verdadeira “rede subversiva” montada de dentro do clero católico, com a cumplicidade de agentes externos, fazendo desse grupo “o maior inimigo do momento da Nação Brasileira, solapando e roendo furtivamente as bases de Segurança Nacional”. A crítica a essas bases de segurança é, na verdade, denúncias feitas ao aparelho repressor militar, aos casos de tortura e afins. O presidente do Inquérito as via como uma apologia a presos políticos. Para ele, deveria estar se falando do tombamento de policiais, militares, civis, chefes de família e inocentes, perseguidos ao cumprir seu papel zelador da “paz, tranquilidade e segurança nacional”, e não dos presos. O relatório, inclusive, tece juízo contra os conceitos marxistas contidos no texto, exemplo da “luta de classe”, abordado de maneira “dialética, com inspiração na filosofia de Lenin”. Essa visão é sinalizada como uma clara demonstração de “porta voz da mais alta e sofisticada modalidade subversiva”.

A participação do clero católico é colocada como fundamental nessa “trama”, não só porque o suspeito é um padre e o conteúdo é sobre a igreja, como também pela capacidade doutrinadora dos “púlpitos” e o contato “diretamente vinculado à massa popular”, destinado a “doutrinar outros doutrinadores”. Por conta disso, esse caso é denotado como de “guerra psicológica revolucionária”, intuindo a tomada do “Poder Central” e a captura das “liberdades”, transformando o “homem” em “objeto e propriedade estatal”. Assim, pelos indícios, Franklin Ferreira aponta o padre como propagador de conteúdo subversivo, submetendo o inquérito ao interesse da Justiça.

Em sua defesa, o vigário recebeu apoio por meio de um abaixo-assinado feito por professores, comerciantes, camponeses, domésticas, entre outros moradores do município de Novo Oriente. O documento, endereçado aos representantes da Auditoria de Justiça da 7ª Região Militar, em 08 de agosto de 1971, alega a inocência do padre Geraldo Oliveira, considerado como um “padre simples, humilde, bem aceito pelo nosso povo”, incapaz de cometer qualquer atividade subversiva e, por isso, deveria ser libertado para “voltar logo ao serviço religioso”. (Ministério Público Federal, s. d., p. 196). A prefeitura municipal de Novo

Oriente também manifestou solidariedade, enviando uma declaração à mesma Auditoria, relatando que o padre “tem se portado como exemplar de conduta, dedicando-se, o que me consta, exclusivamente ao seu ministério” (Ministério Público Federal, s. d., p. 194). O delegado da polícia de Ipueiras, do mesmo modo, emitiu uma declaração, em 09 de agosto do mesmo ano, reiterando o “comportamento exemplar”, “disponibilizando o testemunho como defesa do processo”. (Ministério Público Federal, s. d., p. 192). As declarações foram solicitadas pelo advogado de defesa, Antonio de Paula Montenegro, para serem anexadas aos autos do processo como material para a inocência (Ministério Público Federal, s. d., p. 191).

O caso se desenrolou até 17 de setembro, dia em que o Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica deu o veredito final. O inquérito teve alguns desdobramentos favoráveis a Geraldo Oliveira. As alegações escritas pelo representante do Ministério Público Militar colocavam em “dúvida a responsabilidade do acusado nos fatos descritos na denúncia”, deixando o caso a critério do Conselho. Igual posicionamento teve o Dr. Procurador, “após tecer várias considerações sobre a prova produzida, afirmou deixar o caso a inteiro critério do Conselho, uma vez que não encontrava meios para solicitar a condenação do acusado” (Ministério Público Federal, s. d., p. 241). Além do exposto, pesava em favor da absolvição o fato do Supremo Tribunal Federal ter decidido que não configura crime a simples posse de publicações subversivas, “sem haver distribuição”.

Todavia, mesmo com as alegações favoráveis a defesa, o Conselho optou por sustentar que, mesmo o acusado não podendo ser enquadrado no inciso I, do artigo 45, do decreto-lei de 898/69, “porque não foi o mesmo encontrado distribuindo os panfletos, não havendo portanto aplicação ao presente caso da jurisprudência”, a infração do inciso IV, do citado artigo, continua valendo, pois “a publicação apreendida se enquadra naqueles meios de comunicação social”, servindo de “propaganda à guerra revolucionária e psicológica adversa”. Nisso, Geraldo Oliveira é apontado como “pombo correio”, solidarizando-se com a propagação do “panfleto ‘O Círculo’, sendo ele, por certo, um dos muitos que conduziram estes panfletos do Recife para outras cidades”. Portanto, por todas essas razões, e mais o que consta nos autos:

resolve o CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA, da AERONÁUTICA, por unanimidade de votos, julgar PROCEDENTE a denúncia, de fls. 2, para CONDENAR o acusado GERALDO OLIVEIRA LIMA à pena de um (1) ano de reclusão, como incurso nas penas do artigo 45, inciso VI, do decreto-lei 898/69. (Ministério Público Federal, s. d., p. 275).

Após a condenação, a defesa buscou reverter a situação a partir de uma apelação, porém, somente aceita em 05 de maio de 1972. Alegando confusão nas informações que culminou com o veredito do processo, principalmente no que concerne ao conhecimento de

qual “crime que o acusado deu solidariedade para infringir o item VI”, contestando, assim, a aplicação de um ano de reclusão. A defesa reivindicaria a absolvição do caso, haja vista o procedimento do agente não corresponder, precisamente, a “definição penal”. Diante da argumentação e das contradições que levaram à aplicação da culpa a Geraldo Oliveira Lima:

O eminente e doutor Procurador-Geral, após ouvir a palavra do apelante, por ocasião do julgamento, neste Tribunal, não apoiou o parecer da Procuradoria-Geral, para colocar-se ao lado do M.P. em primeira instância, reconhecendo, como este, que não há tipicidade a justificar a manutenção da sentença condenatória. (Ministério Público Federal, s. d., p. 278).

A absolvição do padre ocorreu quase um ano após sua prisão na rodoviária de Natal, sustentada nos argumentos já antes apresentados pela defesa, isto é, que o simples ato de transportar folhetos e antes de serem distribuídos, “não constitui crime de dar solidariedade”.

A perseguição ao vigário de Novo Oriente não foi uma exceção. Nas comunidades, outros casos tiveram grande repercussão, exemplo do padre José Pedândola, missionário italiano, que trabalhava na equipe paroquial de Tauá, sendo responsável também pela paróquia de Parambu. O padre apoiava as lutas dos camponeses pela terra, participando de várias reivindicações, como o da colônia de *Várzea do Boi*, em Tauá. O conflito em *Várzea do Boi* gerou enorme repercussão pelas arbitrariedades cometidas, denunciando várias autoridades que iam desde o governador do estado até técnicos responsáveis pela administração da colônia. As consequências dessa assistência foram investigações, interrogatórios, prisões, culminando até com a deportação do padre Pedândola, “retirado de sua residência, detido na Polícia Federal de Fortaleza e expulso do país”.¹⁰ Pelos relatos dos Cadernos da Diocese de Crateús, além de Pedândola, foram feitos ataques sistemáticos aos trabalhos das comunidades, instalando um clima de terror:

Vivemos momentos de muita perseguição, principalmente nos anos de 68 a 73. Padres e Leigos (Pe. Geraldo, Eliésio, Luizinha, Raimundo Freire...) foram presos. E um padre (Zé Pedândola) foi expulso de Tauá em 1972 pelo seu compromisso com a classe trabalhadora. Todas as Equipes Paroquiais, interrogadas, arrogantemente, pela SNI. (Caderno nº 05, 1988, p. 8-9)

O padre Eliésio aponta o ano de 1971 como o momento do recrudescimento dessa caçada à Diocese, mesmo já sendo esboçadas “escaramuças como infiltração e espionagem em vários pontos, campanhas de difamação na rádio local e nos jornais”, em anos anteriores. Esses veículos de comunicação eram utilizados para exercer pressão na pastoral popular, “até novelas radiofônicas foram elaboradas para denegrir a Missão” de Dom Frágoso. O bispo que chegou a

¹⁰ Boletim Informativo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e Confederação Regional do Brasil Norte II. Belém-PA, 30/10/1977. p.12

Crateús aclamado por políticos, fazendeiros e populares, logo teve sua imagem contestada por suas ações e posicionamentos. Em Parambu, o presidente do sindicato, Cícero Roma, foi preso e transferido para Tauá, criando “alvoroço nas comunidades ainda verdes e sem costume a tais enfrentamentos”.

Com a exacerbação dos ataques, Dom Fragoso decide fechar a igreja em Tauá como medida necessária para reflexão da “gravidade de tudo o que estava acontecendo”. O bispo entendia que os casos não estavam tendo o apoio devido das pessoas, levando-as a total indiferença com os últimos acontecimentos. Em alguns episódios, os ataques recebiam até a conivência de “irmãos na fé e no compromisso eclesial”. Padre Eliésio descreve esses eventos como um duro golpe na Igreja de Crateús. Apresenta ainda ações sucessivas de intimidação do bispo por meio de denúncias e medidas de sufocamento das resistências:

Tentou conseguir das dioceses vizinhas padres para celebrar em Tauá. Finalmente, recorreu ao IV BEC que obteve do Comandante da 10ª Região, General Jansen Barroso, a “ordem” de o Capelão Monsenhor Joaquim Dourado vir celebrar em Tauá, nos dias 31 de dezembro e 1º de janeiro. Ele veio. O IV BEC mandou para lá sua Banda de Música! (Caderno nº 01, 1989, p.9)

A Igreja só será novamente reaberta em 26 de março de 1972, cinco meses após o seu fechamento. Essa postura de enfrentamento leva a novas empreitadas dos militares, que decidem submeter a Diocese a um Inquérito Policial Militar (IPM), interrogando mais de trinta pessoas, incluindo o bispo. Na oportunidade, resolvem prender seis pessoas que participavam de um Encontro de Catequese em Poranga. Entre os presos estavam Luizinha Camurça e Eliésio dos Santos, membros da Equipe Central do Conselho Diocese e Pastoral; Helena Almeida, secretária paroquial de Poranga; e os animadores Raimundo Freire, José Aldo e Laureano. Luizinha e Eliésio ficaram presos por 52 dias, de 11 de agosto a 2 de outubro de 1973.

Até sua libertação, as comunidades estiveram mobilizadas para arrecadar recursos, constituindo um Fundo de Libertação dos Presos, que seria revertido na defesa dos companheiros. Viabilizada sua soltura, é organizada uma grande festa, denominada “Celebração Eucarística em tempo de Perseguição”. Em todo o período de encarceramento, várias paróquias promoveram vigílias de oração pelos “irmãos”. As comunidades viveram intensamente todo o processo, mobilizando contribuições até todos os envolvidos serem libertos. Depois de meses presos, passando por todos os exames do IPM, há o arquivamento do caso por falta de elementos que incriminasse a Diocese; “não merecemos sequer a delicadeza de um telegrama pedindo desculpas por tamanha injustiça”, desabafa Eliésio.

Definitivamente Dom Fragoso e a Diocese de Crateús passaram a entrar no radar dos militares, em nível local e nacional. Em 1972, o padre belga José Comblin, importante

pensador da Teologia da Libertação, foi interceptado no aeroporto do Recife, ficando proibido de ingressar no País. Ao entregar seu passaporte, o empregado da polícia o confrontou com um telegrama vindo de Brasília, alegando um decreto que proibia seu desembarque em território nacional. Diante do ocorrido, decidiram encaminhá-lo até o Rio de Janeiro para novos desdobramentos. Em carta enviada à Diocese de Crateús, designada como “Carta aos amigos”, datada de setembro de 1972, o padre conta os motivos da abordagem:

No Rio, a polícia federal me esperava. Comunicaram-me que eu devia voltar no mesmo avião da TAP para a Europa. Começaram a examinar atentamente a minha bagagem... Depois, um inspetor veio interrogar-me, perguntando antes de tudo se eu sabia o motivo do decreto de expulsão. Eu disse que não sabia. Mostrou-me, então, triunfalmente a fotocópia de uma carta que eu enviara a Dom Fragoso em dezembro de 1971, a qual se referia a uma Reunião do Conselho de Pastoral da Diocese de Crateús de novembro do mesmo ano, Reunião de que participei. (Caderno nº 03, 1972, p. 3)

O inspetor alegava que a carta era a prova que Comblin possuía “relações íntimas” com Dom Fragoso, sendo esse o motivo da expulsão. Esteve ainda em pauta “palavras marxistas” usadas na carta, como na utilização da palavra “conscientizar”, apontada como de cunho subversivo. Em sua defesa, Comblin mencionou que o conteúdo citado pertencia “à linguagem habitual ou à sociológica comum”, que as palavras eram usadas “em todas as línguas do mundo, especialmente no inglês e no francês, independentemente de qualquer contexto comunista”. Sem sucesso, o padre foi obrigado a regressar à Europa.

Desde que chegou a Crateús, Dom Fragoso teve seu nome associado a práticas de teor subversivo. Em 1969, a Câmara Municipal de Crateús requereu que o bispo fosse considerado “*Persona Non Grata*” em função dos seus pronunciamentos públicos. O vereador Raimundo Nonato M. Bonfim, autor do requerimento que julgava o bispo como “incompatível com as ideias e sentimentos sócio-religiosos”, apontava declarações feitas em veículos de comunicação e conferências como de caráter “subversivo, atentatório ao regime e às instituições democráticas brasileiras”. A ata da sessão da Câmara Municipal traz a acusação feita pelo vereador:

afirmou que “Cuba deve ser um exemplo para a América Latina”; [...] Convidou o povo de Crateús a “transformar sua Diocese numa pequena Ilha de Cuba”; [...] afirmou em uma conferência na cidade de Sobral que “quisera ter a coragem de “Che” Guevara para lutar pelos oprimidos”; [...] considerou a Revolução de Março de “revoluçãozinha aspeada”, procurando desmoralizar o Movimento que salvou o Brasil das garras do comunismo.¹¹

¹¹ Cópia autêntica da ata da sessão da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de maio de 1969, copiada do Livro de Atas nº 06, fls. 06 a 10, p. 4.

Somado a essas, Dom Fragoso era denunciado por utilizar um programa de televisão e jornais para afirmar que o “marxismo é aceitável como método político”. O vereador se mostrava claramente apoiador do golpe de 1964 e do Ato Institucional Nº 5, da Delegacia de Polícia e Ordem Social (DOPS) e de todo aparato repressivo que norteava o regime então vigente. Para o requerente, as atitudes do bispo eram incompatíveis com sua posição enquanto líder maior da Diocese, trocando o “Evangelho pela subversão”, tentando “comunizar” e “cubanizar” Crateús. Era mencionado, inclusive, a negativa na celebração de uma missa em razão do “aniversário da Revolução”, atitude divergente quando da ocasião da morte de um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara, que, segundo as falas, recebeu a devida homenagem do bispo.

De início, alguns vereadores presentes mostraram-se contrários aos crimes imputados. Usou a palavra o vereador José Bezerra Filho, manifestando-se “frontalmente contrário ao requerimento”, não achando justo, “e sob a alegativa de que o assunto não era da alçada do Legislativo, sendo seguido e apoiado pelo seu colega de baseada Luiz Torres de Melo”. Mais dois vereadores, Manuel Alves de Almeida e Gonçalo Braz de Pinho, “declararam que não votariam pró nem contra a proposição aludida”. Depois das discussões, entrou em votação a proposição aludida, da seguinte forma: “os que estiveram de acordo com o requerimento se conservem sentados, como estão, e os que votarem contra se levantem”. Somente o vereador Francisco Soares de Sousa, pondo-se em pé, proferiu voto contrário, os demais se mantiveram sentados, inclusive Manuel Alves de Almeida e Gonçalo Braz de Pinho, apesar de haverem se manifestado neutros, culminando com a aprovação do texto:

contrariando, assim, o sentimento cívico-religioso de nosso Povo, REQUER, a V.Excia. consultado o Plenário, seja considerado PERSONA NON GRATA ao Povo e ao Município de Crateús, o Bispo Diocesano D. ANTÔNIO BATISTA FRAGOSO. REQUER, outrossim, que, aprovado este requerimento, seja levado ao conhecimento das seguintes pessoas: Santo Padre Paulo VI, Sr. Núncio Apostólico do Brasil e demais autoridades que a Casa achar conveniente.¹²

A intenção estava direcionada não só a condenar o bispo à opinião pública e eclesial, como em desmoralizar seu projeto de “Igreja Popular e Libertadora”, preocupada com as implicações da falta de liberdade que assolava o País, com a falta de terra, com a fome que vitimava milhares de pessoas, com a falta de esclarecimento em relação aos direitos sociais e as possibilidades de articulações na luta por esses direitos. Para Dom Fragoso, a incompatibilidade entre o social e o religioso fazia sentido somente para os que gostavam da

¹² Cópia autêntica da ata da sessão da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de maio de 1969, copiada do Livro de Atas nº 06, fls. 06 a 10, p. 4.

manutenção dessa realidade. O que existia realmente era o medo da elite local com a proposta que começava a ser gestada entre as pessoas simples, com a mudança de visão em torno da fé, com os frutos de uma nova leitura do Evangelho.

2.2 No princípio (da resistência) era o Verbo

“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (Bíblia Almeida Corrigida Fiel).

O Evangelho escrito pelo apóstolo João, em seu primeiro versículo, traz a força do Verbo na constituição de tudo: No princípio era o verbo. João escolheu o “Verbo”, em outras traduções, a “palavra”, para ser o precedente da criação. Antes da ação, vem o verbo. Em Crateús, a conquista da palavra ganhou também o seu lugar, servindo como diferencial no ato de resistir às investidas contra o projeto de pastoral popular. Graças ao uso da leitura e da escrita, as movimentações sociais passaram a ter uma comunicação mais interligada, transformando conflitos, antes localizados e distantes, em reivindicações mais fortes e organizadas.

A criação em 1984 do Jornal *O Roceiro*, descrito por padre Maurizio Cremaschi “como uma experiência de acolhida e difusão da escrita das Comunidades”, mostra como a conquista da palavra modificou a maneira como os sujeitos passaram a resistir às violências ocorridas no campo. *O Roceiro* é o resultado da junção de dois jornais que existiam na diocese: o *Retrato das Paróquias*, das comunidades da área sul, e *O Roceiro*, do boletim da CPT diocesana. O objetivo da fusão estava em “somar as forças, para ser um melhor instrumento de comunicação”. A equipe diocesana da CPT de Crateús compôs o primeiro grupo à frente do jornal. Contou com a colaboração de padres, irmãs e membros de grupos de base, como os padres Paco e Machado, irmãs Cleide e Alice, Zé Vicente, Lucinha, Ivo Sousa e outros. Toda a equipe esteve responsável por organizar as cartas e os versos, colher informações importantes sobre a diocese e as comunidades, além de oferecer páginas de estudos da Bíblia e realidade social, “abrindo horizontes para o que acontecia no Brasil, na América Latina, no resto do mundo”. Sustentado pelo voluntarismo e o baixo custo nas despesas, o jornal usava as dependências das paróquias para divulgação e distribuição dos exemplares. “Essa mesma equipe digitava na “Olivetti” da CPT, preparava os estênceis e passava no mimeógrafo as cópias do jornal que, enviadas para as secretarias das paróquias, eram distribuídas entre os assinantes de cada município” (Cremaschi, 2020, p. 49).

Procurando manter o preço da assinatura acessível a um número satisfatório de pessoas, *O Roceiro* começou com dez páginas mimeografadas, com capa, “impressa na cor da terra”, estampando “um menino com uma enxada nas costas”. O periódico fez tanto sucesso que, nos primeiros três meses, já contava com mais de quatrocentas assinaturas. No ano seguinte à sua fundação, a direção encomendou uma pesquisa entre os leitores, tornando pública no boletim do ano seguinte, mostrando os resultados e interpretações. O título do número de janeiro-fevereiro é “O Roceiro tem dez mil leitores”.

Recebemos quase cem respostas à cartinha d’O Roceiro. Obrigado a todo mundo pela atenção. As respostas vão nos ajudar a fazer um boletim sempre mais bonito. O que aprendemos das respostas recebidas?

1) O Roceiro é muito lido: uma média de nove pessoas leem uma cópia do jornal. No total está sendo lido por dez mil leitores! (Cremaschi, 2020, p. 63)

A sua escrita se dava a muitas mãos. O conteúdo vinha essencialmente das notícias enviadas por meio das cartas, o que a tornava a “parte central do jornalzinho”. Objetivando ser um “porta-voz das lutas e vitórias do povo trabalhador”, viabilizou um tipo de comunicação comunitária de grande alcance. Esse fator desembocará em estratégias de resistências, amplificando as pressões pela socialização das experiências.

Como citado nesta pesquisa, o Jornal *O Roceiro* nasceu da fusão do jornal *Retrato das Paróquias* com *O Roceiro* da CPT. O primeiro tinha o encargo de reunir histórias de vida das comunidades, concatenada com os ensinamentos bíblicos para uma leitura do tempo presente. Ele compunha as celebrações de domingo, sendo a primeira leitura o pontapé inicial que “ajudava a descobrir os apelos de Deus para as outras comunidades que estavam celebrando”. Da mesma forma que nas novenas os santos da igreja eram rememorados, nesses encontros, a vida dessas pessoas é que tinham a centralidade na reflexão, dando uma maior sensação de identificação. Já *O Roceiro* contava a peleja de todos os dias, trilhando para a conquista da terra, mostrando a organização e luta dos trabalhadores.

Nosso *Roceiro* de hoje nasce do casamento desses dois jornais, que naquele tempo eram impressos no mimeógrafo com muita simplicidade e eram lidos em voz alta para a comunidade reunida, à luz da lamparina, pelas poucas pessoas que tinham o dom da leitura. Hoje, assim 59 como naquele tempo mais antigo, *O Roceiro* quer dar a voz aos protagonistas ou atores principais da história das comunidades e da luta dos trabalhadores (Cremaschi, 2020, p. 49).

Quem lê o *Roceiro* o faz porque quer conhecer a vida e a fé de seus pares, gosta de se inteirar das notícias e compartilhá-las aos outros. A leitura das cartas era o momento mais esperado, as páginas principais do jornal, lidas em todos os lugares: “nas calçadas, nas celebrações, nas reuniões, no caminho da roça, indo buscar água”. A partilha da leitura

integrava a programação na visita aos parentes, nos momentos de lazer, “tomando banho nos açudes”. O jornal tornou-se um lugar de socialização, de conhecimento, de ajuda, indo desde as notícias sobre a Reforma Agrária, até descrições de receitas de remédio.

A cultura da carta como método reivindicatório fomentou um novo poder de mobilização entre as pessoas, articulando diferentes comunidades em razão de pautas de interesse comum. Em adição às cartas pessoais remetidas ao periódico popular, as *Cartas Abertas e Paroquiais* trouxeram uma função associativa muito forte. Nesse modelo, a escrita tomava feição coletiva e cooperativa, forjada depois de longas conversas entre os interessados. Normalmente, os debates que antecederiam a escrita eram feitos nas casas das famílias, nas dependências das paróquias locais, ou na sede da CPT; dependendo do grau do problema, convocava assembleias maiores, com a participação de mais pessoas, que se somavam para pensar melhores estratégias.

A grande seca que assolou os sertões de Crateús e Inhamuns nos anos de 1979 a 1984 demonstra, claramente, como esse tipo de escrita ocorreu na prática. No período em questão, diversas cartas foram produzidas para denunciar os efeitos da seca: dificuldade na plantação e colheita; diminuição das reservas de água; maximização das pragas; inviabilização no custeio da produção agrícola. Um verdadeiro cenário apocalíptico, ornamentado pela fome, sede, doenças e desemprego.

Nos primeiros anos, para minimizar esses efeitos, o Governo Federal adotou as chamadas frentes de serviço, caracterizadas pela ocupação do trabalhador na execução de obras e serviços em propriedades rurais. A iniciativa durou pouco tempo, já que, assim como outras políticas agrárias, nasceu viciada. Por ser situada no semiárido do Ceará, com uma população predominantemente rural e estritamente dependente do campo, a região recebia recursos de vários programas. Acontece que os principais beneficiados eram as grandes propriedades agropecuárias e, na melhor das hipóteses, a média propriedade. Segundo o estudo de Paulo Cerqueira sobre a seca no contexto social do Nordeste, os momentos de maior estiagem serviam para crescer os investimentos em projetos de intervenção no semiárido. A seca de 1915 impulsionou a reestruturação do Instituto de Obras Contra a Seca, IOCS, conhecido hoje como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); a de 1952 provocou a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); a de 1958 provocou o estabelecimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na década de 1970, cria-se o Proterra, o Polonordeste e o Projeto Sertanejo, com o objetivo de aumentar a produtividade e fortalecer a economia do semiárido.

Datado de 1970, O Proterra foi concebido e sustentado no discurso de promoção de uma reforma agrária pacífica no Nordeste, por meio da compra e venda de terra de fazendeiros por preço de mercado. Segundo Francisco de Oliveira, no Nordeste, a intervenção dessas políticas oficiais, normalmente, esteve a beneficiar fazendeiros e propriedades particulares (Oliveira, 1977). Na prática, foi exatamente isso que aconteceu com o Proterra, transformando-o em excelente negócio para os fazendeiros, “que assim podiam se desfazer de suas terras inférteis por bom preço, além de ver valorizadas suas propriedades conservadas” (Cerqueira, 1988, p. 58). De 1971 a 1977, foi a principal fonte de crédito rural subsidiado para os latifundiários.

Rumo parecido tomou o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), de 1974. Criado pelo Banco Mundial, propôs conjugar esforços de vários órgãos estatais para promover (com crédito, obra de infraestrutura, assistência técnica etc.) a modernização da agropecuária. Assim como o Proterra terminou por “servir de instrumento para a concentração e a valorização das terras dos grandes produtores”, a SUDENE esteve alinhada para programar essa modernização, incorporando insumos, sobretudo os mais ligados ao mercado (cana, cacau, café, hortigranjeiros, entre outros). Essas medidas esgotaram o modelo extensivo de crescimento da agricultura de subsistência, debilitando a pequena propriedade.

A última tentativa foi o projeto Sertanejo (1976). Atuando nas áreas do semiárido, esteve em plena vigência durante a seca dos cinco anos (1979-84). Reforçou o suporte produtivo dos estabelecimentos para o enfrentamento dos problemas da estiagem, associando cultura irrigada e agricultura seca. O Sertanejo continuou sofrendo dos mesmos problemas dos outros, servindo para garantir somente a estabilidade mútua entre fazendeiros e governo. As frentes de serviço surgem igualmente imersas nesse vício, formando núcleos de trabalho, que nem de longe solucionaram os problemas sociais. Ao contrário disso, os cadastrados nessas frentes de emergência registraram vários episódios envolvendo falta ou insuficiência no pagamento, assédio psicológico e físico, descarte da força de trabalho, entre outras barbaridades cometidas pelos responsáveis pelo programa.

A Emergência, que foi concedida pelo Governo, só atingiu uma minoria (10%) dos trabalhadores do campo, e não atendeu, realmente, a quem tinha maior necessidade; e, ainda os que têm bolsa, passam a mesma precisão, porque o salário de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por dia, não sustenta uma família.¹³

¹³ Documento Frente Social Cristã, Crateús 19/03/1981.

Em muitos municípios existiam os Bolsões da Seca, construindo obras emergenciais em determinadas localidades. As cartas dos participantes do programa trazem, com riqueza de detalhes, os desvios de finalidade dos recursos, atingindo um número insuficiente de pessoas desde a sua concepção. Pelo documento produzido por moradores das comunidades e representantes sindicais, em 1981, o contingente beneficiado “não atendeu, realmente, a quem tinha maior necessidade”. Esses documentos eram devidamente assinados por todos, dando um caráter comunitário às reivindicações. Vez ou outra, ao final do documento, existia a assinatura do bispo diocesano Dom Frágoso, reiterando o pleno apoio aos apelos.

O alvo desses documentos, posteriormente intitulado de *Cartas Abertas*, era que fosse endereçada às autoridades políticas do estado e do País, além dos diretores dos programas. Doravante, os destinatários passaram a contemplar também os municípios e dioceses vizinhas, em uma clara sinalização estratégica de articulação das forças locais para o enfrentamento daqueles conflitos. A carta começava mencionando os endereçados, seguida pela descrição de quem e dos motivos que levariam à escrita. “Nós agricultores, representantes de comunidades rurais e dos bairros de Crateús, em conjunto, tomamos a iniciativa de novamente voltar a colocar a nossa situação neste ano de 1982, denunciar abusos que vem ocorrendo e fazer nossas reivindicações”¹⁴.

Os pontos que seriam abordados passavam pelo crivo da comunidade, autorizando o conteúdo veiculado por meio da assinatura dos representantes legais dos bairros e comunidades: “autorizado pela assembleia reunida”; “assinam os membros das CEBs e grupos da Pastoral Paroquial de Crateús”; “assina a comissão escolhida pelos trabalhadores”; “com autorização de todo o povo reunido, que participou da elaboração deste documento”. A assinatura e a autorização traziam o sentido comunitário à carta, desconstruindo qualquer inferência alienante sobre o conteúdo ali colocado ou mesmo os interesses e motivações de quem a escreveu.

Outra característica dessa construção estava nas muitas discussões que antecederiam a escrita. Os camponeses organizavam momentos para debater a situação do momento, convidando a comunidade a comparecer a assembleias, encontros diocesanos, simpósios, reuniões em CEBs e paróquias. Nos dias 19 e 20 de março, do ano de 1983, trabalhadores e membros das comunidades promoveram os Encontros Diocesanos da CPT. O encontro gerou uma *Carta Aberta*, “com a finalidade de divulgar a nossa situação de sofrimento”, passado mais

¹⁴ Crateús, 05 de maio de 1982.

um ano de seca sem nada de realmente concreto ter sido feito. Sempre era reservado um lugar especial para apresentar as denúncias:

Em muitos lugares existem os bolsões da seca, mas no geral não empregam todos os que precisam. Em quase todos não chega a atingir nem a metade dos que foram empregados em 1981. Exemplo em Independência em 81 havia 11 mil empregados, agora não chega a 5 mil. Em Crateús, eram mais de 9 mil empregados em 81, agora são apenas 6 mil etc.¹⁵

O alistamento ocorria de forma vagarosa, “de conta-gotas”, cansando o já muito sofrido povo daquela região. As mulheres e os jovens eram os que menos conseguiam serviço, convivendo constantemente com humilhações. Desde o começo, as mulheres eram recebidas com “expressões indecorosas”; “palavrões imorais”; “desrespeito”. Em Tauá, um soldado do exército reprimiu as mulheres que lutavam por emprego, agredindo com frases de baixo calão: “se vocês querem ganhar dinheiro, vão abrir as pernas”. Crescia o número de abortos ocorridos nos “bolsões”. Em Tauá, uma mulher chegou a ter sua gravidez interrompida, fato que se repetiria em Crateús. Acabava sendo comum a existência de grávidas nesses locais, participando de trabalhos pesados, em condições totalmente insalubres para o desenvolvimento do feto. O risco alto fazia com que muitas crianças não chegassem nem a nascer, interrompidas ainda na gestação.

Nascer também não era garantia de viver. Com o prolongamento da carestia, a mortalidade infantil cresceu consideravelmente, pela fome ou acometidas por doenças como a tuberculose. Alguns recebiam assistência, mas não resistiam ao tratamento; outros, nem isso. No bairro de Nova Russas, e em outros lugares: “muita gente escapando com raízes de mato mucunã, tripa de galinha (aonde tem granja)”. Nos “bolsões” que ofereciam “cestão ou feira”, a quantidade era insuficiente e com poucos produtos. Famílias com mais de cinco filhos tinham a prioridade, contudo, não existia nenhuma garantia para a realização dessas doações. Muitos fornecimentos particulares eram cortados por causa de dívidas, aumentando o drama de famílias inteiras “sem lugar prá comprar o alimento dos filhos”. Na assembleia de planejamento das CEBs, junto à Pastoral Paroquial de Crateús, os membros apontavam a inconsistência desses arranjos: “Os cestões distribuídos pelo Batalhão veriam muito a quantidade de alimentos e o desconto é sempre mais de Cr\$ 12.000,00. Esse cestão nunca chega para uma família se alimentar mais de uma semana. Só o feijão, que é de péssima qualidade rende mais”.¹⁶

Os descontos prejudicavam toda uma cadeia de sustentação nos bairros, atingindo inclusive “bodegueiros”, que passavam a não receber o pagamento de dívidas contraídas

¹⁵ Carta Aberta ao Povo e às Autoridades, 23/03/1983.

¹⁶ Assembleia de Planejamento, 03/03/1984.

anteriormente pelos alistados. A promessa era que o débito seria sanado com o salário. Com os descontos, o cumprimento da promessa ficava inviabilizada. Junto com essa insegurança alimentar, os trabalhadores conviviam com a incerteza contratual; hoje estavam empregados, amanhã poderiam acordar fora da lista; “por qualquer motivo cortam o ponto do trabalhador”. Ninguém estava salvo dos cortes. As “mulheres grávidas” precisavam “estar no ponto para o trabalho”. Os doentes seguiam o mesmo critério. Os “bolsões” transmitiam muitas doenças, maiormente, pelo consumo de “água suja e quente”, que contaminavam muita gente. A licença médica não era aceita, mesmo que fosse para grávidas. No “bolsão de Santa Fé”, uma mulher abortou no local por não poder se ausentar do trabalho. A mulher ficou sem filho e sem dinheiro, pois até os 21 dias de atestado para recuperação pós-aborto foram descontados.¹⁷

O tempo de recuperação não existia, fazendo muitos desfalecerem pelo caminho. Nos “bolsões” de Independência e Tauá, os administradores obrigavam “o povo a trabalhar aos domingos, dizendo que vão dar férias em dezembro”. Muitos morriam na própria obra, como nos casos registrados no “bolsão de Açudinho” (1983) e “Quirino” (1984), quando Sebastião Nobre e João Brito, respectivamente, faleceram em decorrência da insalubridade do trabalho. Na localidade de Quirino, a fome era tão grande, que 9 pessoas ficaram cegas. “Quando essas pessoas recebem alimento, a vista se recupera um pouco”.¹⁸

Outro complicador assentava-se nos longos percursos até a chegada às obras, que distavam muito longe das casas dos alistados, marcando registros de cerca de “duas léguas”, ou seja, já chegavam cansados ao local dos serviços. Portanto, a má alimentação, as doenças e o cansaço transformavam as frentes de emergência em verdadeiros “cativeiros”, castigando ainda mais uma população já muito sofrida.

Contudo, os sujeitos agredidos não assistiam passivamente a sua exploração. As cartas apareciam exatamente como plano para frear esses desmandos. O suporte dado pela Diocese de Crateús seria fundamental, facilitando o compartilhamento das acusações. A primeira carta, nominada como “Carta Aberta ao Povo e às Autoridades”, foi distribuída pelas dioceses do Ceará. As dioceses que dispunham de meios de compartilhamento, ajudavam na distribuição. Esse foi o caso da Diocese de Iguatu que, ao receber a carta, logo fez circular por meio do seu boletim “*Construção*”, alargando as fronteiras municipais. Diferentes comunidades, nos mais variados municípios, passaram a tomar consciência dos inconvenientes nas frentes de emergência, potencializando o valor da mensagem na busca por soluções.

¹⁷ Denúncia da gestão do Ten. Cel. Borges nos Bolsões da Seca de Crateús – CE. 22/11/1983

¹⁸ Idem.

Por esse apoio vindo de todos os cantos, a Diocese de Crateús teve marcação cerrada, nunca saindo da mira das autoridades.

Está havendo uma repressão clara e direta ao trabalho pastoral da Igreja junto ao Povo. Um exemplo é o processo contra a Irmã Cleide, Sebastião Barbosa Amorim, Francisco José da Silva, e Sebastião Mano, de Novas Russas, baseado em mentiras e falsos testemunhos. Já houve também proibições para celebração de Missa nas áreas dos Bolsões, até mesmo contra o nosso bispo, D. Antônio Fragoso.¹⁹

Passados alguns meses desde a divulgação da primeira carta, membros das comunidades e da Pastoral da Terra resolveram convocar mais uma reunião para refletirem a caminhada. Desse encontro desabrochará a segunda carta ao povo e às autoridades, regada de diagnósticos, mencionando as perdas e os ganhos das mobilizações. A escrita vinha a reboque das partilhas de conversas, palavras de incentivo, troca de conhecimentos e experiências. Representantes de dez municípios marcaram presença, contabilizando um total de sessenta trabalhadores, número superior ao do primeiro encontro. A carta marcava a reafirmação e renovação dos votos de luta, estabelecendo prognósticos, queixas, metas e objetivos.

Chamam atenção as denúncias em torno do processo de militarização dos “bolsões”, convertidos em espaços de controle social e exploração do trabalho. Em Crateús, o chefe do Batalhão do Exército, tenente-coronel Borges, visitava regularmente as obras, exigindo produção independente do estado de saúde, condições de trabalho ou variação do clima. As ameaças tornavam-se frequentes, seja amedrontando com possíveis cortes ou mesmo disparando tiros. No “bolsão do Besouro”, o tenente Pereira, responsável pelo pagamento, lançava mão de toda sorte de impropérios, “com palavrões e destratos”. No “bolsão da Galileia”, os militares se sentiram no direito de cortar o pagamento dos trabalhadores, sem nenhum critério aparente, somente pelo uso da autoridade.

Em carrapateira, um grupo de trabalhadores, concluíram uma empreitada com o feitor e pararam para descansar na barraca. Devido a esse descanso, depois da conclusão da empreitada, o Ten. Pereira cortou 18 trabalhadores, pais de família, sem nenhuma justificativa.²⁰

Qualquer crítica que tocasse na condução das frentes de emergência era duramente reprimida pelo Ten. Cel. Borges, ainda que fosse a imprensa. Perseguiu jornalistas europeus em razão da produção de um documentário sobre a seca; interrompeu as transmissões da Rádio Educadora de Crateús. A orientação para as Frentes de Serviço era que elas fossem espaços de militarização dos trabalhadores, estabelecendo ordens rigorosas, horários rígidos e humilhações constantes. A administração militar chegou ao ponto de fechar as estradas para impedir a

¹⁹ Carta aberta ao povo e às autoridades (II), 27/11/1983.

²⁰ Denúncia da gestão do Ten. Cel. Borges nos Bolsões da Seca de Crateús – CE. 22/11/1983.

circulação de pessoas, sufocando possíveis reivindicações. Os transportes passavam por constantes revistas, culminando inclusive com detenções. Em uma dessas abordagens, o “agricultor José Eudes” teve sua prisão decretada por portar um canivete.

No entanto, as reivindicações não se resumiam aos “bolsões”, visto que a vida desses sujeitos, sobretudo antes da seca, esteve alinhada ao sustento tirado da terra. Os camponeses exigiam a otimização do horário de serviço, caso contrário não sobraria tempo para cuidarem “do plantio e da limpa das roças”; que houvesse a diminuição dos deslocamentos, poupando novamente o tempo e o cansaço; distribuição de sementes para plantar, independente de “estar alistado ou não nas bolsas ou Frente de Serviço”.

Um dos pontos mais levantados nas reuniões fiava-se no saldo de todo aquele investimento do Governo nas “frentes”: afinal, o trabalho empreendido nas obras beneficiaria quais grupos?! Os camponeses não queriam uma reprodução das falhas dos outros programas, mas uma “utilização pública das obras construídas pelos Trabalhadores nos Bolsões”:

Toda esta forma como estão querendo acabar com a Seca no Nordeste: com Campanhas assistenciais, cheias de propagandas e interesses politiqueiros. E as obras que ficam para sustentar o Poder dos Ricos e Patrões, sem uma mudança na política que sustenta o poder daqueles que sempre ganharam com a Seca e sem haver uma Reforma Agrária verdadeira para que a Terra sirva para quem quer trabalhar e produzir, mesmo que haja o Estatuto da Terra completando seus 19 anos!²¹

Na carta enviada ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis/Grupo, Ação, Justiça e Paz²², verifica-se a preocupação dos camponeses em repetir os mesmos erros do passado, beneficiando apenas políticos e ricos proprietários. Por isso, pediam a “liberação de terras molhadas nos açudes construídos pelo Bolsão para o uso dos trabalhadores na produção de alimentos”; “garantias no uso da terra nos açudes públicos”; “financiamento para hortas comunitárias”²³; entre outras exigências.

Escrever para o “Roceiro” significava oportunizar outras pessoas a conhecerem os desdobramentos dos conflitos. O periódico popular recebia diversas cartas de leitores prestando solidariedade, buscando novas informações sobre os conflitos e oferecendo ajuda. Em 1988, o jornal popular recebeu uma carta de uma das assinantes, intitulada “Onde está nossa justiça?”. Assinada com o nome de Ana, endereçada do Paço da Pátria, do município de Monsenhor

²¹ Carta aberta ao povo e às autoridades (II), 27/11/1983.

²² O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis foi criado em 1979, com a finalidade de realizar, apoiar, assessorar e orientar iniciativas que contribuam para a concretização dos Direitos Humanos nas sociedades. A organização atua como multiplicadora de denúncias dos casos de violação de direitos nas sociedades.

²³ Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Grupo Ação, Justiça e Paz, 06/07/1984.

Tabosa, a leitora agradecia ao “jornalzinho” pelas informações veiculadas, ao mesmo tempo em que lamentava o conteúdo da notícia:

Realmente o jornalzinho O ROCEIRO está cheio de novidades. É uma pena que ande acontecendo tantas calamidades.

A covardia que fizeram incendiando o Sindicato de Tauá, parece coisa de marginal dos mais covardes. E o caso daquele patrão sádico o tal Henes Mourão? É um absurdo! Onde está nossa justiça? O mundo está ficando cheio de loucos, canalhas. Quem eles pensam que são? Vamos proteger esses canalhas? Ficar em silêncio? NÃO, vamos botar a boca no trombone. (Jornal O Roceiro, 1988, s. p.)

A violência em Tauá passou a ter grande repercussão no Ceará e no Brasil, graças à divulgação de uma *Carta Aberta* assinada por várias entidades ligadas aos trabalhadores rurais de Tauá, seja sindicatos, CEBs, Cáritas, pastorais, CPT, centros de estudo e pesquisa, associações, movimentos sociais etc. O objetivo era denunciar o aumento da onda de violência no município, exigindo providências das autoridades competentes. A carta elenca pelo menos 10 episódios, ocorridos entre os anos de 1987 a 1988, de investidas pesadas contra membros do sindicato, trabalhadores rurais e colonos de Tauá.

Alguns periódicos católicos e agências ecumênicas, de São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a exibir matérias em seus periódicos, tomando como fonte o documento divulgado pelas entidades de Tauá, intitulado “CARTA ABERTA À POPULAÇÃO CEARENSE”. A mensagem inicialmente direcionada à população do estado passa a ganhar força nacional, muito pela gravidade da situação, mas também pela capacidade de publicização e disseminação da comunicação. O jornal *O São Paulo*, da arquidiocese de São Paulo, repercutia o conflito com o título “Violência contra os rurais no Ceará”, mencionando as ameaças de morte dos trabalhadores Antonio Amorim, presidente do Sindicato, e Maria da Serra. Os trabalhadores denunciavam o fazendeiro Loureço Guará de ser flagrado em um telefonema, dando ordens para “cortar o pescoço” dos dois.²⁴

A Agência Ecumênica de Notícias (AGEN) divulgou em seu periódico o “Espiral de Violência”, trazendo uma série de investidas contra os trabalhadores de Tauá. Uma das citações relatava as ameaças de morte sofridas pelo presidente do STR de Tauá, recebendo ligações anônimas intimidatórias. Na mesma matéria, veicula a tentativa de invasão do Fórum da Comarca de Tauá, instituição em que tramitavam “vários processos de trabalhadores rurais, denunciando as violências de que são vítimas por parte de fazendeiros”²⁵. O furto só não foi consumado pela ação do vigilante que estava de plantão, reprimindo o invasor que foi obrigado

²⁴ *Violência contra os Rurais no Ceará*. Jornal *O São Paulo*. Fev/Mar, 1988. São Paulo-SP.

²⁵ *Aumenta Violência Contra Trabalhadores Rurais no Ceará*. Agência Ecumênica de Notícias. fev. 1988. Rio de Janeiro-RJ.

a se evadir do local. No dia seguinte ao ocorrido, quando os trabalhadores estavam fazendo uma vigília no sindicato, foram surpreendidos com uma pessoa estranha, que “escalava o muro da entidade”, mas ao ser descoberto, o desconhecido acabou fugindo.

A vigilância era constante entre os trabalhadores, pois, quando menos se esperava, algo estranho acontecia. A *carta aberta* vai mencionar ainda mais casos de perseguição.

no dia 12 de dezembro de 1987, duas pessoas desconhecidas chegaram ao comércio do senhor Valdomiro Alves da Silva e ao verem passar um cidadão na rua, confundiram com o presidente do Sindicato dos Trab. Rurais, afirmando: “lá vai o Amorim”. O comerciante afirmou que se tratava de outra pessoa, e assim, os estranhos passaram a insistir para que este lhe fornecesse o endereço do presidente do sindicato.²⁶

O presidente do sindicato era o principal alvo dessas investidas. Poucos dias depois da ida de duas pessoas ao comércio do senhor Valdomiro Alves, outras duas chegaram na cidade se passando por jornalistas das rádios Jornal e Cidade de Iguatu, atendendo pelos nomes de Joana e Jáder. Os supostos jornalistas perguntavam nas casas o endereço de Amorim, sob a justificativa de fazerem a cobertura do incêndio ocorrido no mês anterior no sindicato. Nesse momento, começou a busca por investigar quem eram esses jornalistas, até que descobriram que eles “jamais trabalharam nessas rádios e tampouco a direção dessas rádios autorizou a entrevista”.

O que começou com a ameaça e vigilância, terminou em grave tragédia. Nos dias 9 e 10 de janeiro de 1988, dois trabalhadores foram brutalmente assassinados em Tauá. O caso passou a ser investigado pela polícia, constatando que ambos foram mortos pela ação de “pistoleiros profissionais”. Concomitante à segunda morte, foi preso José Balduino, acusado de ter assassinado um ex-colono do perímetro *Várzea do Boi*. Após prestar testemunho na delegacia, “confessou que o fazendeiro José Afonso foi o mandante do crime”.

Diante desse clima de terror, a estratégia de defesa era fazer a maior divulgação possível dos atentados, fortalecendo a capacidade de resistência. Nessas divulgações, o *O Roceiro* foi muito acionado, principalmente pelo valor agregador das informações para os municípios vizinhos, alcançando mais e mais pessoas. Em uma dessas mensagens enviadas, o texto atualizava os últimos acontecimentos em Tauá, pedindo ajuda financeira dos companheiros diante da escalada de violência no município.

Precisamos reconstruir nosso prédio que foi queimado e os arquivos a máquinas destruídos pela força do incêndio. A direção do Sindicato realizará no dia 16 de dezembro, um dia de luta pela Política Agrícola e em protestos pelo ato criminoso.

²⁶ Carta Aberta à População Cearense. 15/01/1988.

Se você quer mandar alguma contribuição, a conta é: 02222-5. Banco do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá”. (Jornal O Roceiro, 1989, s. p.)

Ana foi uma das pessoas alcançadas pela mensagem, o que levou a escrever ao “Roceiro” para juntar sua voz aos companheiros perseguidos, pedindo justiça e prisão aos “canalhas”. Na *carta aberta*, os companheiros entendem que o que levou à sistematização dessas perseguições foi justamente a capacidade de organização:

Esta escalada de violência vem se dando principalmente naquelas localidades, onde os trabalhadores demonstram mais combatividade e organização nos sindicatos. Expressa também a forma mais articulada que os latifundiários vêm encontrando com a consolidação da UDR no Ceará (ex-APRUCE)²⁷.

Os dois trabalhadores mortos em 1988 estão longe de serem casos isolados. Desde o começo da década de 1980, momento que os sindicatos nos sertões de Crateús e Inhamuns começaram a exercer uma atividade mais combativa, que as ameaças e homicídios começaram a crescer, exemplo das mortes dos dirigentes sindicais Neném e Manoel Gordo. Esses crimes não tinham a devida investigação e resolução, isso se dava muito pelo fortalecimento da influência política dos mandantes.

A criação da União Democrática Nacional (UDR), em 1985, tendo como principal líder Ronaldo Caiado, potencializou a força política dos latifundiários, principais algozes dos trabalhadores rurais. Por isso, entre as últimas reivindicações da *carta aberta* estava o protesto contra a vinda de Caiado ao Ceará e a consolidação da UDR no Estado, que vinha a Fortaleza para inaugurar a sede regional da entidade, em meio à onda de toda sorte de violência:

Haja vista as prisões de dez trabalhadores rurais em Canindé, condenados a três meses de reclusão, por “desobediência ao juiz”; prisões de vários trabalhadores no município de Itapipoca; dois trabalhadores baleados no município de Amontada; ameaça de morte ao secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá.²⁸

O medo com a organização dos trabalhadores intensificava a represália vinda de todos os lados, haja vista o que aconteceu com os colonos em *Várzea do Boi*, localizada também em Tauá. O projeto de irrigação, implantado pelo DNOCS, gerou bastante repercussão quando os “varzanteiros”, como eram conhecidos, passaram a denunciar os abusos que vinham sendo cometidos na colônia. Os técnicos e administradores do DNOCS foram os alvos centrais das incriminações dos colonos.

Uma vez mais os trabalhadores prejudicados tiraram proveito da circulação de cartas para dar publicidade ao conflito. A equipe paroquial de Tauá somou forças à petição,

²⁷ Carta Aberta à População Cearense. 15/01/1988.

²⁸ Idem.

dando não só apoio moral, como se servindo da comunicação com as paróquias situadas na redondeza, resolvendo “comunicar esses fatos a todos os cristãos da Paróquia e da Diocese”: Mais uma vez os colonos suspensos da Várzea do Boi escreveram a todos os companheiros e amigos que desde o começo tem se interessado e apoiado a sua luta para conseguir uma solução justa para aquela questão.²⁹

Dispondo dessa cobertura, as mensagens chegavam de forma mais rápida e a mais grupos, os quais imediatamente passavam a se sentir parte daquele conflito, oferecendo solidariedade ou algum tipo de ajuda:

E a coragem dos colonos que, ajudados por muitas comunidades da região, tiveram condição de resistir e procurar a justiça é um exemplo para todos que sofrem injustiça. A luta deles continua. A vitória deles é uma vitória e uma esperança para todos. Por isso vamos continuar unidos, ajudando, apoiando, e mandando nossa colaboração para que eles possam lutar até o fim.³⁰

O engajamento aumentava na medida que outros grupos formalizavam algum tipo de cooperação. Por conseguinte, os Trabalhadores Rurais de Tauá fizeram enorme pressão no prefeito municipal. O pedido era que incluísse os “varzanteiros” no Plano de Emergência traçado para 1980, oferecendo “Bolsas Familiares” aos colonos.³¹ Entretanto, o caso em *Várzea do Boi* durou muito anos, cheio de altos e baixos, ficando a cargo das *Cartas Abertas* o espaço de animação e detalhamento dos acontecimentos.

Quando no ano de 1979 pouco se falava da situação, Antonio Totó Ferreira, Francisco Correia de Oliveira e Luiz Gonçalves de Lima, que pertenciam às famílias prejudicadas, escreveram aos “companheiros e amigos” para inteirá-los dos recentes desdobramentos. Descreviam o encaminhamento do processo na Justiça Federal, o acompanhamento do advogado, “fornecido pela Ordem dos Advogados”³²; relatavam as dificuldades na resolução das querelas e as falsas promessas por parte do DNOCS. Ainda assim, mantinham a esperança em um parecer favorável, principalmente pela fundamentação legal das suas queixas. Mostravam conhecimento do “Estatuto da Terra” e das suas garantias, o que fortalecia a esperança de um desfecho positivo.

A boa orientação dos “varzanteiros”, no que tange às garantias do Estatuto da Terra, não foi um fator excepcional entre os camponeses desses sertões. Nos estudos promovidos pelas CEBs, era comum o incentivo a leituras que abordassem essas temáticas. A cartilha de número

²⁹ Casa Paroquial, Tauá 16/08/1979.

³⁰ Carta Paroquial de Tauá. 25/08/1978.

³¹ Documento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Tauá, Ceará, Joaquim de Sousa Bastos. 05/06/1980.

³² Carta dos colonos suspensos do Projeto de Irrigação “Várzea do Boi”. 16/08/1979.

43, dos Cadernos Pastorais, ao abordar a chegada de mais um projeto agrário, o “*Projeto Nordeste*”, também conhecido como “*Nordestão*”, ilustra bem isso.

O *Projeto Nordeste (1980)*, citado anteriormente, nasce da mesma parceria com o Banco Mundial, implantado para substituir os projetos anteriores, considerados falidos. A novidade ficou pela destinação de recursos para os pequenos produtores, de forma a integrar os diversos problemas (terra, crédito, financiamento, recursos hídricos etc.) num todo. Para isso, uma das linhas de atuação do projeto era o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, o PAPP (Cerqueira, 1988).

Em razão da divulgação do projeto, a produção da cartilha “*Reforma Agrária e o Projeto Nordeste*” veio com a missão de elucidar a sua implicação na vida do camponês. Escrita de maneira ilustrativa, reproduzindo os encontros nas comunidades, narra a história de trabalhadores desejosos por conhecer o *Projeto Nordeste*. A leitura do material buscava antecipar as intenções do programa, surtindo os camponeses de subsídios para lidar de modo mais consciente:

Compadre Pedro, eu ouvi, ontem, o rádio falar de um tal PROJETO NORDESTE, também chamado NORDESTÃO. O Governo tem muito dinheiro para isto.
 - Como será este PROJETO?
 - Será que vai chegar prá nós dessa vez ou, vai ser como os outros projetos dos governos passados? (CNBB, 1985, p. 3).

A conversa entre Pedro e seu compadre aproxima a história do público leitor, ilustrando homens do campo com suas dúvidas, em um contexto agrário em que são costumeiramente preteridos pelas medidas governamentais. A sugestão na história é que o assunto fosse levado às reuniões da comunidade, ambientando o enredo em um espaço particular e intimista, fomentador de debates que versam sobre o cotidiano desses sujeitos. Em um desses encontros, Inácio, mediador das discussões, tenta esclarecer as diferenças dessa nova proposta em relação às anteriores. O momento é recheado de perguntas, desconfiança e descrença sobre o motivo de criar mais um projeto, quem serão os técnicos e órgãos responsáveis, quais e quantas famílias seriam beneficiadas: “Inácio, você falou que ouviu os doutores dizerem que, nos primeiros cinco anos, o Nordestão só vai atender noventa e quatro mil famílias, no Ceará. Achei que são muito poucas, vendo este mundão de gente pobre que tem no interior” (CNBB, 1985, p. 19).

A intervenção no campo é vista de forma mais crítica, ponderando a falta de participação das pessoas que seriam beneficiadas, em uma proposta formulada por doutores, técnicos do Banco Mundial e ministérios governamentais. Nas palavras de Zeca, outro personagem, “O BANCO MUNDIAL decidiu que o PROJETO é bom para nós e nós nem vimos

este PROJETO” (CNBB, 1985, p. 46). O enredo é dividido em sete encontros, cada um destrinchando os pontos mais fulcrais, entre eles: os objetivos, o público afetado, a metodologia e o financiamento. Ao final de cada ato, são feitas perguntas para serem discutidas pelos leitores, ou seja, um exercício de aplicação na vida real dos ensinamentos contidas na urdidura.

Com esse tipo de leitura, os participantes dessas reuniões estariam preparados ou pelo menos mais lúcidos sobre as implicações que esse tipo de ingerência rural poderia acarretar. Destarte, abordar assuntos alusivos à Reforma Agrária, ao Estatuto da Terra, a Lei da Renda, aos Programas Agrários, entre outros temas, foi um diferencial na organização das resistências. À vista disso, saber como e quando agir, quais os métodos mais eficazes, a quem recorrer, teve realmente um peso em alguns conflitos. A resistência foi animada, inclusive, pela literatura religiosa, impulsionada pelo viés da “*não violência ou firmeza permanente*”.

Pensamento desenvolvido pelo clero católico-progressista – Dom Frago, Dom Helder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e outros – entendia que as formas de organização poderiam ser praticadas a partir da “*não-violência-ativa*”, isto é, buscar a justiça social sem o uso imediato da força. O Secretariado Justiça e Não-Violência, criado para receber e transmitir notícias sobre ações e experiências de vários pontos do Brasil e do exterior, define, no Livro *Firmeza-Permanente*, algumas armas para o combate político “não violento”, entre elas o contato (o diálogo):

As ações de contato são variadas: visitas pessoais, cartas, relatórios escritos e pessoais; as visitas coletivas, de caráter amigável, de delegações, por exemplo: abaixo-assinados, pesquisas, tratados, anúncios, cartazes, informações à imprensa; reuniões, manifestações, encontros etc... Na maioria das vezes, o contato, ou diálogo, resolve, por si só, muitos problemas.³³

Longe de ser uma submissão covarde, a *Firmeza-Permanente* possui suas estratégias. Nos seus princípios, a luta não pode ser isolada, devendo “ser coletiva e organizada”. Existe também o momento da não cooperação, da desobediência civil, da greve, do boicote, fazendo com que ela não se restringisse à legalidade. O uso da violência não é descartado, pois excetuadas todas as condições, sua utilização é lícita. O que é terminantemente proibida é a omissão.

Pela proximidade de Dom Frago com o pensamento, esse tipo de leitura era incentivado nas CEBs. Articulado com o método do *Ver, Julgar e Agir*, toda apreciação nos

³³ *O que é a não-violência*. In: *Firmeza Permanente: A Força da não-violência*. São Paulo: Edições Loyola/Vega, 1977, p.27.

estudos deveria ser alusiva à realidade. Em *Barra do Vento*, a invasão de cabeças de gado, na roça de famílias no município de Tauá, mostra como esse tipo de leitura sucedia na prática.

Em dias do mês de junho de 1976, na roça do senhor Juvenal Amarante Cavalcante começou entrar 12 cabeças de gado, não prejudicando só ele, como também seis companheiros. Os prejudicados falaram diretamente com o encarregado e dizia que tivesse paciência que breve tomava providência.³⁴

Contudo, o tempo passou e o problema da invasão do gado não foi solucionado. Então, Juvenal Amarante e os seis companheiros prejudicados, todos associados ao sindicato dos Trabalhadores Rurais, reuniram-se no sindicato e resolveram mandar uma carta ao encarregado do fazendeiro, dono do gado, Sr. Manoel Sabiá, solicitando a tomada das providências cabíveis, caso contrário, seria solicitada uma indenização pelos prejuízos gerados. Sem resposta, e esgotadas as medidas legais e de diálogo, os companheiros se prontificaram a fazer plantão na roça – entre eles, Dom Fragoso –, a fim de impedir a entrada do gado e pressionar seu dono. Os plantonistas prenderam os animais na roça, mas soltaram 24 horas depois para não os maltratar. Diante dos impasses, o dono procurou o sindicato “dizendo que o gado já havia sido retirado daquelas pastagens e já comprara arame para reformar todas as cercas”: Este episódio foi considerado como um sinal concreto de que para a não-violência ou firmeza permanente não há bloqueios e que Deus diz que é preciso prosseguir no bom combate da libertação dos oprimidos e opressores.³⁵ (grifo nosso).

Esse não é um movimento improvisado, e sim influenciado por ideias que potencializam um procedimento de defesa. Em muitos casos, numa linha “não violenta”, os resultados são mais eficientes. No exemplo citado, em face da inoperância do sindicato na mediação e da omissão do delegado na resolução, os companheiros prejudicados em *Barra do Vento* resolveram ir além da primeira investida, que é o contato (diálogo) e as vias legais, para uma nova fase. A ação “não violenta” exige “um treinamento tanto espiritual como prático, tanto místico como tático”, para cada caso existe um modo de enfrentamento, suas dificuldades e consequências.

Em *Formas Cotidianas de Resistência*, James Scott afirma que “há uma história por escrever da resistência camponesa”. Ao estudar a aldeia de malaia, Sedaka, percebe grande diversidade nas formas de resistências, seja pela confrontação direta, mais organizada, sistemática e cooperativa, assim como pelas formas cotidianas de resistência, de pouca coordenação, com lutas prosaicas, mas constantes, algumas delas no anonimato, voltadas para

³⁴ A preocupação de um agricultor, 30/06/1976.

³⁵ Encontro com as comunidades, Tauá-CE, 30/08/1976.

a esfera local (Scott, 2002). A leitura atenta e articulada da *Firmeza-Permanente* transformou um embate visivelmente desnivelado, o qual possivelmente terminaria sem solução, como normalmente acontece, em um desfecho favorável. Uma intervenção mais cirúrgica pela reflexão da “força da Não Violência” mostra como a conquista da palavra contribuiu para modificar a lógica da resistência.

3 LEITURA E ESCRITA CAMPONESA NA DIOCESE DE CRATEÚS – A VIDA (RADICAL) POR ESCRITO (POPULAR)

3.1 Leitura Radical: cartilhas, livretos, cadernos e subsídios pastorais

Agindo contra o sistema judeu, o objetivo de Jesus não é, simplesmente, inverter a situação sem mudar o tipo de relacionamento entre as pessoas e as classes sociais. Ele quer é libertar a vida reprimida e oprimida, vida criada por Deus à sua imagem e semelhança. Por isso, Jesus lutou contra [...] a ignorância (instruiu o povo e o ajudou a criar consciência crítica) [...] contra a opressão e a exploração (denunciou os ricos e os poderosos - cf. Lc 22, 25), contra as leis opressoras (o sábado é para o homem). (CNBB, Subsídios Pastorais, N°2, p. 6)

O trecho da epígrafe citada faz parte do material produzido pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB)³⁶, comumente presente nas reuniões das comunidades. Essas cartilhas serviam como fonte de estudo e debate entre os participantes, norteando as discussões. Abordando os mais variados temas, serviam para documentar os eventos promovidos pelas dioceses, exemplo das conferências, simpósios, reuniões, entre outros momentos coletivos. Essas cartilhas contribuíram para a mudança no modo de leitura e compreensão de textos historicamente consolidados na literatura religiosa. Passou a enfocar perspectivas textuais antes negligenciadas, dando um novo significado a mensagens transmitidas pelo livro sagrado. O foco no ângulo do *porvir*, circunscrito nas promessas futuras, viciava a hermenêutica bíblica, adotando uma interpretação tradicional e abstrata dos conceitos; assim sendo, fazia-se necessário propor diferentes articulações, apresentando uma realidade de aproximações com o tempo presente.

Isso fica mais claro quando partimos do conceito para o seu sentido prático. A ideia de Reino de Deus, por exemplo, tinha seu ponto de análise nas bênçãos conquistadas posteriormente à morte; os sofrimentos presentes, por outro lado, serviriam para purgar o ser humano, acarretados pelas consequências da queda de Adão e Eva. Assim, a realidade sofrida do povo justificava-se no pecado original, trazendo sofrimento e dor. O Reino de Deus surgiria como uma notícia alvissareira, limpando toda lágrima. Essa realidade seria consolidada na volta de Jesus, sem data ou horário definido.

O teólogo Leonardo Boff, um dos expoentes da Teologia da Libertação na América Latina, sugere, em seu livro *Igreja, Carisma e Poder*, a concatenação entre os conceitos Igreja, Reino e Mundo. Para Boff, a Igreja não pode ser vista como uma instituição autocentrada,

³⁶ Produzidas pela Equipe Regional Nordeste I da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), as cartilhas eram materiais de estudo das comunidades. Neste período, a Igreja Católica no Brasil estava organizada em Regiões, chamadas de Regionais.

devendo estar a serviço de realidades que a transcendem, isto é, o Reino e o Mundo. O mundo seria “o lugar da realização histórica do Reino”, sendo a Igreja o sinal do Reino no mundo. Ainda que grandezas diferentes, “a sanidade teológica reside na correta relação entre Reino-mundo-Igreja” (Boff, 1994, p. 21), pois associar Igreja e Reino, separada do mundo, faz surgir uma “imagem eclesial abstrata, idealista, espiritualizante e indiferente à trama da história” (Boff, 1994, p.20).

Fiando-se em uma leitura histórica, as cartilhas acompanham essa orientação, trazendo para discussão os ensinamentos do livro judaico-cristão, em diálogo profundo com os dramas do tempo presente. Desse modo, pensar o Reino de Deus na história desmontaria as amarras da passividade, estabelecendo uma forma de viver no mundo, por meio da ressignificação de textos bíblicos, como no trecho da cartilha: “esgotou-se o prazo, o Reino de Deus está aí! Mudem de vida e acreditem nesta Boa notícia” (Mc 1, 15)³⁷.

Trabalhar em torno da ideia de um reino materializado no presente implica mudar o método na reflexão escatológica³⁸. A fé cristã caminha em direção a uma realidade diferente, buscando o fim de um tempo para o começo de outro. Assim, a escatologia foca seu olhar no futuro, na consolidação do Reino de Deus, momento em que não haverá mais fome, sede, injustiça e morte. Contudo, como esperar por realizações vindouras em um presente cheio de fome, sede, injustiça e morte? Esse é o ponto de partida para a leitura radical da bíblia na Diocese de Crateús. Nas comunidades, a leitura incentivada deveria abordar a superação dessas contradições na vida terrena, enfrentando, desde logo, as formas de opressão, pois “se esgotou o prazo, o reino de Deus está aí”.

O seminário *Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus* buscou sensibilizar agentes de pastoral, religiosos, sacerdotes e leigos sobre a necessidade de transformação da sociedade brasileiro a partir da pregação do Reino na terra. Para a equipe responsável pelo projeto, compreender o tema “reforma agrária” era uma exigência do Reino de Deus. Os temas deveriam ser entendidos de forma conjunta, conhecendo as propostas e as práticas da Reforma Agrária, avaliando-as à luz da fé. Para aprofundar, o contexto histórico do País e do Nordeste esteve entre os assuntos estudados, além da análise da pedagogia diante das lutas populares, a partir dos interesses dos “pequenos agricultores e dos empobrecidos”, sem esquecer, é claro, da dimensão pastoral na realização da reforma.

³⁷ Bíblia Almeida Corrida Fiel.

³⁸ Escatologia é o estudo da doutrina das últimas coisas (do grego *eschatos* – último; *logos* – estudo). Assim, estuda assuntos relacionados à Segunda vinda de Cristo, Grande Tribulação, Juízo Final etc.

Um grupo de camponeses apresentaram um painel, “focalizando suas principais experiências, lutas, apoios recebidos e empecilhos graves enfrentados no trabalho”. Para os camponeses, estão entre os principais empecilhos: a política partidária; os padres que não estão ao lado dos pobres; a falta de união entre os companheiros de luta; e o medo dos trabalhadores. Posteriormente, mostraram um segundo painel para falar sobre os projetos oficiais de irrigação e colonização administrados pelo INCRA³⁹ e DNOCS, citando, inclusive, dois programas da Diocese de Crateús: *Várzea do Boi*, em Tauá, e *Cococi*, em Parambu. José de Sousa Martins ficou responsável por trazer a razão histórica da Reforma Agrária no Brasil, utilizou a lei de terras, de 1850, para explicar as estruturas de poder que cercam a problemática, exigindo uma “mudança radical de estruturas”, e não simplesmente distribuindo terras. Herbert José de Sousa (Betinho) colocou dados da realidade brasileira, destacando aqueles que se relacionam com a atual crise, os efeitos políticos da crise e os desafios, como no trecho de sua apresentação no seminário, evidenciado na cartilha:

Estamos vivendo, em 1984, um dos momentos mais importantes da crise, que teve seu começo básico em 1964. O regime instalado após 1964 representou um ponto fundamental na História brasileira, ao subordinar a economia do nosso País ao sistema econômico mundial de forma mais acentuada do que vinha sendo feito antes. (Cadernos Pastorais nº 24, 1984, p. 5-6)

Ao trazer esse panorama, coube a Milton Schwants trazer ligações da Reforma Agrária com a perspectiva bíblica. Para ele, na América Latina, os ensinamentos religiosos precisam ser interpretados à luz da vida, enfocando o “processo libertador”. A leitura dos textos do Antigo e Novo Testamento deveriam dialogar com a história latino-americana, por isso a importância em fazer um preâmbulo pela história. Ao investigar a questão da terra pelos escritos sagrados, percebe-se a presença recorrente do agrário, animando ainda mais a necessidade de uma distribuição entre os que são dela por direito; nos tempos antigos, usando a justificativa bíblica, “os camponeses tiveram acesso à terra”. Desse modo, seria necessário que os participantes pensassem a partir dessa fundamentação.

A pergunta de partida para o início do estudo foi: “que tem a ver a bíblia com tudo isso?” A indagação surge tomando como pano de fundo o próprio depoimento dos camponeses. Um dos participantes menciona que “a bíblia dá força para enfrentar”; um outro aponta que “a bíblia manda rezar e agir; por isso a gente está nessa luta; ela é que nos anima”. O livro mais presente na vida dessas pessoas era a Bíblia; ela continha as respostas para quase tudo, desde a educação dos filhos, casamento, vida em comunidade, até o enfrentamento pela terra. Sendo a

³⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

principal fonte animadora, compreender qual leitura estavam fazendo dos textos ajuda a entender as motivações que levaram à composição dos movimentos sociais criados por essas comunidades.

A interpretação sugerida é que fosse enxergada não como um conjunto de histórias heroicas, milagrosas e do passado, mas como parte da realidade de cada um, “acontecimento de hoje”. A distância temporal seria um detalhe que não inviabilizaria as comparações, já que é a história dos pobres, dos marginalizados, dos oprimidos pelo sistema de concentração de terra e injustiça social. Grupos foram formados para reflexão do assunto, partindo das interrogações: “Como a bíblia está sendo usada? Como estamos lendo a Bíblia?”

O primeiro grupo lançou mão da poesia para mostrar ao plenário seu modo de leitura, dando forma, pelo cancionário popular, à reverberação de sua cultura. Assim, conseguiram, por meio dos versos, transmitir suas apreciações:

Foi bastante discutida
Em nossa reflexão
Vimos que a Bíblia é
Diante da situação
A força que dá coragem
Ao nosso povo cristão.
Ela é que ilumina a fé
Aumenta a nossa alegria
Tira o medo da gente
Na luta do dia a dia
Vimos que a Bíblia é
Nossa maior companhia
Ela é uma força
Dentro da comunidade
É a luz que ilumina
É o fogo da verdade
Aonde o povo reflete
A sua realidade. (Cadernos Pastorais nº 35, 1984, p. 4-5)

Diante da realidade excludente e opressora, a fé surge como válvula motivadora para o enfrentamento das batalhas diárias. Ler nos textos histórias que aproximam a experiência dos antigos com os dramas atuais constrói o sentimento de esperança pelos precedentes do passado. A leitura da Bíblia, pela ótica da vida, faz com que passagens, antes negligenciadas, passassem a tomar espaço importante nos debates. A intenção é formar uma leitura libertadora, ampla, explorando os mais diversos versículos e o significado de cada palavra, emancipando “o conjunto da escritura de eventuais amarras impostas por uma leitura opressora”. Quando tratada dessa maneira, é necessário pensar de que “vida” estamos falando. Schwantes, ao discorrer sobre o contexto latino-americano, expõe como o exame das escrituras foi sendo modificado quando visto pelo processo de libertação dos povos. Na realidade campesina, a

palavra “vida” também precisa considerar a conjuntura em que está inserida, caso contrário, toma um sentido muito “geral e pacioso que suporta muitos tipos de interpretação”.

Para os presentes, a associação da “vida”, nos sertões de Crateús e Inhamuns, confunde-se com a “resistência”. Esses dois substantivos possuem aproximações tão comuns, que um não pode ser entendida sem a outro:

Na América Latina, correlacionar vida e Bíblia equivale a vincular a leitura bíblica com os processos de libertação. Os textos abrem nossos olhos para a opressão a ser denunciada e para a esperança a ser anunciada. E, por sua vez, os avanços libertadores fazem com que nossos olhos vejam melhor o que está escrito. (Cadernos Pastorais n 35, 1984, p. 9)

A leitura da vida toma o espaço principal, servindo como ponto de partida não só no entendimento da Bíblia, como de todo o resto, exemplo da Reforma Agrária. Já que o cotidiano camponês sempre trouxe a intransigência como característica, toda sua leitura deve caminhar, de igual modo, nessa raiz. Em seu texto, o autor da cartilha reafirma que “nos profetas a resistência campesina é articulada em radicalidade”, suas vidas espelham o contexto de desafios da roça e aldeias, desde Abraão, “alcançando uma radicalidade jamais vista, chegando até Jesus, “empobrecido pela dupla exploração da elite judaica e dos romanos”. A Bíblia desenvolveu sua história contando a opressão, sem perder de evidenciar o lugar da “insubmissão continuada dos camponeses”.

Os textos das cartilhas têm duas intenções: a primeira, de mostrar a importância na compreensão dos ensinamentos bíblicos, seus personagens, casos e desfechos; a segunda, de apresentar suas relações com o presente, tomando cuidado para não transportar o tempo bíblico para os dias atuais, desconsiderando todo contexto contemporâneo. Assimilar os detalhes de cada época servirá para proteger os leitores de algumas aproximações, como o da Monarquia. As atividades dos monarcas diziam-se, de algum modo, relacionadas com a divindade; “hoje, a reivindicação é a democracia”.

Não estou dizendo que, com isso, a Bíblia perdeu seu sentido para nós. Só estou dizendo que nós, hoje, temos que ir encontrando os nossos próprios caminhos, nosso próprio jeito de encaminhar a Reforma Agrária. Seria insuficiente querer copiar os modelos de então. Ainda assim, vale inquirir por alguns dos conteúdos bíblicos que animam para a Reforma Agrária. Isso não é querer ser exaustivo. (Cadernos Pastorais n° 35, 1984, p.27)

As estruturas de poder não podem confundir o discernimento do Reino de Deus. Devido a isso, o Reino divino não pode ser aproximado do sistema que comanda a monarquia, muito menos com o da Igreja, ainda que os que a compõem tenham papel fundamental na luta pela correta realização. Na escritura, o Reino não é identificado com a Igreja e nem enxergado de modo glorioso. Sua aplicação está vinculada aos fracos, aos pobres, aos pescadores, às

mulheres, aos enfraquecidos por doenças. “Quem não receber o Reino de Deus como uma criança, de maneira alguma entrará nele (Mc 10,15)”⁴⁰. Para a problemática agrária, a postura da Igreja é ao lado dos que brigam pela terra, “daqueles que, devido à pobreza extrema” e formas de opressão, encontram dificuldade na orientação e organização das reivindicações. Milton Schwants termina seu texto revelando que à medida “em que o Reino de Deus for modelo de exigência de reforma agrária, os mais fracos do fraco são o critério”.

Para radicalizar a leitura, fez-se necessário ressignificar termos como “Reino de Deus” e focar algumas palavras e seus respectivos conceitos. A palavra “liberdade” e seus derivados, por exemplo, passou a integrar a literatura apreciada pelos camponeses. As palavras “liberdade”, “libertação”, “libertadora”, entre outras combinações, ganharam força na década de 1960, sobretudo com a Conferência de Medellín e o desenvolvimento da Teologia da Libertação; a educação passou a ser vista pela perspectiva libertadora, não à toa a influência de Paulo Freire na pedagogia dos movimentos de base. Pensar em termos de “libertação” e suas ramificações, segundo Leonardo Boff, ganhou tanto espaço que gerou uma “virada hermenêutica”, atingindo a política, a economia, a medicina, a psicologia, trazendo uma “nova ótica pela qual se interpreta a história humana no seu presente e no seu passado” (Boff, 1976).

A presença do “Cristo da Libertação” como método hermenêutico de leitura do Evangelho, a exemplo da cartilha “*A prática Libertadora de Jesus*”, caracteriza essa nova chave de leitura.

O objetivo visado na ação pastoral tem sido a libertação integral do homem por meio da mudança do coração e da transformação estrutural da sociedade. Foi a busca de um homem novo e de uma nova sociedade. A evangelização libertadora e transformadora do homem e da sociedade foi o caminho. Evangelização que libertasse o nosso povo da escravidão do pecado e de todas as suas consequências pessoais e sociais e o levasse à mais plena comunhão com Deus, os irmãos e o universo, e à participação dentro do princípio da igualdade fundamental de todos (Cf. Puebla, 482; LG, 9).⁴¹

Em um curto trecho retirado da cartilha, percebe-se como a recorrência nas variações do latim “*liber*” (livre) ajuda a compor a mensagem que deseja ser enfocada. O homem verdadeiramente será livre quando entender as transformações que deve enfrentar, em direção a uma mudança que precisa ser plena; assim, atingirá todas as áreas da sua vida e todos aqueles que o cercam, só assim alcançando a “libertação integral do homem”. O “Cristo da libertação” é evidenciado como o salvador do homem na sua integralidade: corpo, alma e espírito; afinal, corpo sem a alma, é defunto; alma sem corpo, é fantasma; e o espírito seria aquele que se relacionaria com o Cristo.

⁴⁰ Bíblia Almeida Corrida Fiel.

⁴¹ Subsídios Pastorais, Nº2: A prática libertadora de Jesus. Fortaleza: CNBB – Secretariado Regional Nordeste I. p.1-2.

Os textos são formatados para indicar movimento à expressão da fé, razão que faz o vocábulo “libertação” ser tão utilizado. Como a própria semântica sugere, “é uma palavra-ação intencionalmente orientada a uma práxis” (Boff, 1976, p.18). A citação guia o leitor para o sentido coletivo dessa prática, introduzindo o “povo” para dentro da mensagem. O comunitário integra a missão evangelizadora, pois a transformação só ocorre, de fato, quando modifica a sociedade também no seu sentido integral. A preocupação de Jesus era trazer “a esperança aos pobres” e caminhar junto “a gente explorada pelo sistema social injusto”. Como sua missão não era para benefício individual, a dos seus seguidores, de igual modo, não deveria ser.

Já que “libertação” é uma “palavra-processo”, as leituras nas comunidades deveriam ser orientadas nessa direção. O fator mobilizador estava na própria história de Jesus, e as cartilhas caracterizavam muito bem suas origens, fazendo com que o leitor se sentisse parte dela por identificação. Na cartilha *A história do povo de Deus*, Jesus é colocado como “o libertador dos pobres”, nascendo “do jeito que pobre nasce”, “no campo”, de família simples, usando roupa de gente da roça, vivendo do “trabalho das mãos”. A cartilha é dividida em 11 tópicos, cada um com sua respectiva temática e ensinamentos bíblicos. Ao final de cada tópico, perguntas eram feitas a fim de exercitar uma reflexão coletiva, denominado “vamos refletir juntos” e “vamos lembrar a leitura”. No primeiro tópico, a reflexão sugerida foi essa:

VAMOS REFLETIR JUNTOS:

- 1 – A quem dá valor a nossa sociedade? Por que?
- 2 – Na nossa Comunidade quem tem mais valor? Por que?
- 3 – O que chamamos dessas palavras: “Eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor”. (Diocese de Crateús, 1989, s. p.)⁴²

As perguntas impelem os camponeses a refletirem suas respectivas trajetórias como parte de um contexto maior, com precedentes no passado que influenciam diretamente o presente. O “vamos refletir juntos” mostra o teor comunitário da meditação, cada tópico sendo discutido em conjunto, tomando como pano de fundo o dia a dia desses sujeitos. Nesse momento, os leitores são orientados a discutirem o que foi lido junto aos demais presentes, na sua dimensão macro (sociedade), adentrando os valores da “comunidade” pelo pertencimento a uma classe (o menor que padece acreditar no menor). Para Thompson, a classe acontece quando alguns homens partilham experiências comuns, sentindo e articulando a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem dos seus (Thompson,

⁴² A história do povo de Deus. Área Sul, Diocese de Crateús, 1989.

1987, p. 10). Acreditar no menor era partilhar a dor do semelhante, era entender que as formas de opressão que padecem o irmão são as mesmas que padecem a cada um.

No tópico 3, intitulado “Lei do amor”, a pergunta número 2 questionava sobre quem são os fariseus de hoje. Fariseus, no tempo bíblico, eram os observadores da lei. Contudo, Jesus criticava-os ferrenhamente, porque faziam da lei um instrumento de opressão dos mais fracos, quando, em contrapartida, deveriam estar servindo aos mesmos. O desconhecimento na aplicação correta da lei fazia com que uma parte significativa da população fosse prejudicada, considerando o monopólio interpretativo da elite religiosa à época. Caso os camponeses, no presente, mantivessem o mesmo distanciamento, a lei continuaria sendo instrumento de opressão. Dessa forma, fazia-se urgente a apropriação da legislação em vigor no País.

Quando Dom Fragozo chegou a Crateús, no ano de 1964, a expectativa criada, por parte da elite econômica e política local, estava na manutenção das relações de parceria com as lideranças eclesiais. Logo em suas primeiras iniciativas, o bispo resolveu estabelecer um distanciamento com os interesses desses segmentos. Em sua posse, o governador do Ceará, Virgílio Távora, em uma clara tentativa de construir laços com a diocese que ali principiava suas atividades, ofereceu convênios para execução de futuras obras na região. Dom Fragozo, segundo seu relato presente no livro *O Rosto de uma igreja*, frustra os planos do governo, ao mencionar intenções outras no seu trabalho pastoral.

Respondi: “Governador, a minha intenção é aquele que explicitarei, há pouco. Não farei nenhum convênio com o governador. Não farei obras, aqui. Meu trabalho é, fundamentalmente, o de educador da consciência, à luz da Fé, para que a comunidade cristã assuma com os outros serviços necessários. Se convênios houver, sejam da comunidade e não do bispo, nem dos padres (Fragoso, 1982, p.15).

Além do governador, o Ministro da Viação de Crateús, Expedito Machado, envia uma carta ao bispo, pondo à disposição da Diocese a Rádio Educadora da cidade. De pronto, respondendo ao oferecimento, repete a máxima de que não seria “construtor de civilização”. Ali o bispo dava os primeiros passos do seu ministério e apresentava ao povo os rumos que a pastoral iria tomar. Como forma de retaliação, a Diocese de Crateús foi impedida, durante 11 anos, de utilizar a rádio. Essa iniciativa acabou dificultando a comunicação da diocese com os setores mais isolados do interior, que tinham na rádio um veículo de informação, ouvido nas casas que tinham o rádio transístor.

O compromisso com o projeto popular de pastoral não estava no assistencialismo, e sim na formação das bases. Uma das primeiras iniciativas era essa organização. Dom Fragozo vinha de uma larga experiência com a ação católica especializada, vindo de mais de 10 anos de trabalho como assistente regional da JOC do Nordeste. Em São Luís do Maranhão, durante seis

anos, com anuência do arcebispo Dom Delgado, conseguiu lançar além da JOC, a ACO e a Juventude Agrária Católica (JAC). Em Crateús, buscava seguir a mesma pegada, incentivando formas de organização que mobilizassem os trabalhadores. Como intuito de “aplicar a lei do governo”, investiu na educação sindical, percebendo a grande representação, em número, dos “camponeses pobres – sem terras ou minifundistas”. Acreditava que deviam “conhecer as leis trabalhistas e sindicais, de modo que pudessem organizar-se com autonomia, em seus sindicatos” (Fragoso, 1982, p. 21).

Na concepção do projeto de educação e implantação sindical, Dom Fragoso deixava claro que a Igreja não assumiria a condução do processo e os trabalhadores teriam “plena autonomia”. No entanto, ainda que a “Igreja”, enquanto instituição, estabelecesse uma diferenciação entre as atribuições dela e as práticas seculares, os membros que a formavam tinham a obrigação no engajamento social. A formação dos movimentos e organizações sociais, como as Cáritas, MEB, Educação Sindical, Promoção Humana, entre outros, são resultados dessa visão. Assim, assuntos como Secas, Planos de Emergência, Análise de Conjuntura, Mobilização Popular e Luta Sindical passaram a ganhar força nos encontros das comunidades.

Por óbvio, recebeu grande resistência dos setores conservadores da sociedade civil, acusando-o de praticar subversão. O bispo estava decidido a usar da lei em benefício do trabalhador, diferentemente do hábito dos fariseus, nem que isso gerasse descontentamento em setores conservadores da elite local. A sindicalista francesa, Paulette Ripert, foi a responsável por iniciar a formação, integrando a equipe de educação sindical. Por 10 anos, militou na Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos (CFTC). Esteve diante de um árduo trabalho de formiguinha, visitando casa por casa, nos povoados e distritos, enfrentando a desconfiança dos trabalhadores. O golpe militar de 1964 contribuiu para a construção dessa atmosfera, criando sérias dificuldades para o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil.

A intransigência da política dos militares no campo começou desde o Estatuto da Terra, que data do ano de 1964. A implementação do regulamento tinha por finalidade conter o avanço dos movimentos sociais e sindicais no campo. Na contramão da estratégia militar, as organizações de base entenderam que a apropriação das leis regulamentadoras poderia servir aos trabalhadores. Compreender as mudanças nas relações de trabalho tornava-se o grande desafio, haja vista os impactos causados, aumentando a expulsão dos trabalhadores das grandes fazendas e a valorização da terra em consequência de fatores modernizantes do Estado (Silva, 2016).

No Ceará, a CPT elaborou várias cartilhas e livretos para explicar os direitos contidos na lei pelo Estatuto da Terra. Em Crateús, os trabalhadores receberam um livreto,

elucidando os capítulos que versavam sobre a “Lei da Renda”. O livro media cerca de 15 centímetros de altura por 10 de largura, cabendo facilmente em um bolso. Ainda que a lei fosse complexa, cheia de termos próprios ao Direito, ou seja, longe da compreensão do camponês, muitas vezes analfabeto ou de pouca leitura, o livrinho surgiu para facilitar o entendimento. Cada artigo e parágrafo possuía sua devida menção literal, “em letra miúda”, mas era acompanhado de um texto subsequente, parafraseando o já dito, “em LETRAS GRANDES E EXPLICAÇÃO, pois é muito difícil para quem não é doutor, entender da lei”.

Art. 93 – Ao proprietário é vedado exigir do arrendatário ou do parceiro:
 ART. 93 – CERTAS EXIGÊNCIAS DO PROPRIETÁRIO SÃO PROIBIDAS PELA LEI, COMO:

1º - Prestação de serviço gratuitos.

1º - TRABALHO DE GRAÇA.

2º - Exclusividade da venda da colheita.

2º - OBRIGAR O RENDEIRO A VENDER SAFRA AO PATRÃO.⁴³

Direcionado aos “amigos trabalhadores do campo”, o boletim brotou da iniciativa do Sindicato, disponibilizando subsídios para o enfrentamento “das dificuldades da vida do campo e da situação de miséria em que se encontram as famílias”. Os reдеiros sofriam com as dificuldades na separação de sua safra com o patrão, “de meia ou três em um”, sobrando muito pouco para o seu usufruto. A leitura e a reflexão do folhetim deveriam ser feitas pelos camponeses, principais interessados em conhecer a lei, e únicos capazes de um juízo de valor. A apresentação esclarece que o livresco não é uma propaganda ao governo, nem uma apologia ao Estatuto pelo Sindicato, afirmando em uma das linhas: “não dizemos que a lei é boa ou ruim porque cabe aos camponeses julgá-la”.

Existia a preocupação na formação do trabalhador, na busca da sua autonomia pela educação sindical. Formar sindicatos fortes passava pela conscientização e não somente pela filiação e crescimento da categoria numericamente. Para isso, os representantes organizavam cursos de formação, chamando os trabalhadores para conhecerem seus direitos. Utilizavam cadernos de formação, material colhido da Frente Nacional do Trabalho, para esclarecer a legislação trabalhista. Da série “Leis Trabalhistas”, o material tinha a função de fazer com que “os companheiros conheçam os seus direitos”, sem isso seria muito improvável que os patrões cumprissem suas obrigações. Inicialmente, a apostila exemplificava o que deveria ser feito na hora de arranjar um novo emprego e quais os cuidados com a assinatura de um contrato.

Pelo caderno, o trabalhador percebe que existem regras trabalhistas que regem o funcionamento da atividade laboral, que os deveres dos patrões não podem ser aleatórios, nem

⁴³ Lei da renda – Estatuto da Terra. Crateús, abril de 1975.

muito menos arbitrários. Mesmo o contrato podendo ser escrito ou verbal, é aconselhável que seja registrado na Carteira de Trabalho, para que, nos momentos de “necessidade de fazer uma reclamação na Justiça”, as reivindicações fiquem mais fáceis de resolver. Quando for verbal, “o trabalhador precisa de testemunhas para provar o seu direito”. As horas e as funções do serviço devem seguir o acordado em contrato, não podendo ser fixada “uma jornada de trabalho de dez ou mais horas diárias, ou estabelecimento de salário inferior ao salário-mínimo da região”. O empregador não pode reter a carteira de trabalho por mais de 48 horas, podendo sofrer multas, caso descumpra a lei, “podendo o empregado reclamar contra a retenção diretamente na Delegacia Regional do Trabalho ou em seus postos e divisões”.

No final da apostila, é apresentado um pouco da história das relações trabalhistas, fazendo um panorama das formas de tratamento pela falta de leis regulamentadoras.

Antigamente, no tempo que não havia empregado com carteira profissional, nem contrato, nem INPS, nem Fundo de Garantia, a coisa era mais simples. Não havia patrão, havia o senhor todo poderoso que exigia que o camponês ou qualquer trabalhador daquela época trabalhasse no peito em suas terras. Esse era o principal compromisso. Para ele plantar e colher o necessário para ele e sua família, tinha que trabalhar gratuitamente para o senhor todo poderoso, dono de muitas terras e soldados fortemente armados. (Frente Nacional do Trabalho, 1977, s. p.).

O caderno de formação termina apontando o contrato de trabalho como fruto da luta dos trabalhadores por melhores condições. Encoraja a manutenção das mobilizações para o aperfeiçoamento das seguridades, ainda muito aquém do mínimo necessário. A conservação desses direitos é colocada como parte do fortalecimento das associações, a exemplo dos sindicatos, e pela presença sempre implacável da crítica. Por isso, alerta para os perigos camuflados de melhorias, vide o surgimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O último tópico tem como título “O FGTS: AI-5 NA MÃO DO PATRÃO”, discorrendo sobre o surgimento da indenização, “boa e justa”, mas que guarda interesses patronais graves, como “despedir o trabalhador sem dar satisfação a ninguém”. Para os autores da apostila, “o FGTS na prática acabou com o contrato de trabalho”, deixando o emprego suscetível a uma demissão a qualquer momento.

Um título provocativo em um contexto ditatorial, comparando o FGTS com o decreto mais violento do regime militar. O ato institucional número 5, também conhecido como AI-5, responsável por potencializar as arbitrariedades e perseguições do governo golpista, entrava como figura de linguagem comparativa. O texto apontava para setores poderosos da sociedade civil, os patrões, passando a ter dispositivos arbitrários.

Em um claro movimento de enfrentamento, os estudos nas comunidades tocavam em temas quentes, convidando para um envolvimento político. A narrativa de Ageu Siqueira,

trabalhador rural, militante sindical e político, mostra como as formações foram importantes para a conscientização dos trabalhadores:

A gente sente que um dos motivos principais da nossa alegria é o conhecimento e o apoio que é dado através da diocese, para o conhecimento não só do município, mas também o conhecimento do Brasil e de todos os problemas dos trabalhadores. Esse apoio nos faz sentir que é importante e necessário. Uma outra coisa, o conhecimento também político que a gente adquiriu através desses encontros, da participação nos cursos de educação política, a gente sente que a política não é de poucos, de um grupo de poder econômico e sim também dos trabalhadores. (Caderno 04, s. d., p. 10-11)

Ageu visualizava o conhecimento como essencial, dando acesso às informações que influenciavam diretamente o cotidiano. Colocado historicamente como privilégio “de poucos, de um grupo de poder econômico”, o conhecimento passava a integrar a vida dos trabalhadores, dando subsídios para sua sobrevivência, em um contexto de desigualdades. Até aquele momento, “falava quem sabia ler, que era Doutor”, só que as coisas foram mudando, levando “muitos a clarear, a saberem enfrentar as autoridades”, habituando “a encarar frente a frente aquela sociedade repressiva”.

Nas comunidades, o tema “política” era debatido, nas suas mais variadas formas, do conceito teológico até a prática sociológica. Um padrão para essas análises era partir de grandezas aparentemente opostas – fé x razão; céu x inferno; igreja x mundo; bem x mal. Essa oposição fez parte da história do cristianismo, sentenciando o cristão a fazer a sua escolha por um dos lados, rechaçando o outro. As cartilhas utilizavam dessa perspectiva, só que diferentemente da contraposição, desconstruíam a visão maniqueísta. Então, em vez de estudar fé e política enquanto extensões de interesses conflitantes, de assuntos próprios a cada um deles, refletiam nas suas similaridades, nos seus interesses comuns.

Muitas discussões partiam de parábolas bíblicas, como a do joio e do trigo. No evangelho de Mateus, Jesus escolhe as duas plantas (joio e trigo) para ensinar sobre o “reino dos céus”, equivalente a “reino de Deus”, em outras passagens. Na história, um semeador de trigo acordou pela manhã e foi surpreendido com o joio em meio a sua plantação de trigo, semeado por um inimigo para prejudicar sua colheita. A *Cartilha de Educação Política*, um dos materiais escolhidos para estudar as implicações da política na vida das pessoas, começa apresentando a temática por essa parábola.

Da parte de todos os cidadãos impõe-se um sentido crítico muito desenvolvido para não se deixar envolver por promessas e demagogias que somente aspiram ao voto da pessoa, mas não tem o mínimo interesse pelo bem público da comunidade pátria. O joio mistura-se constantemente com o trigo no campo da política e compete a cada um de nós ir fazendo a separação, jogando o joio fora e armazenando o trigo nos celeiros. (CNBB, 1982, s. p.).

A cartilha faz um apanhado histórico do desenvolvimento da política no cenário brasileiro, chegando aos assuntos contemporâneos da época. Assim como em outros guias, usa de pequenas historinhas nos textos, reproduzindo reuniões em comunidades. O texto é dividido em “encontros”. No “primeiro encontro”, os personagens conversam sobre a importância do voto”. Fazem um resgate da carestia de 1929 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, mostrando como as pressões dos trabalhadores por mais direitos fez com que Vargas tomasse a “dianteira” e atendesse a uma parte das exigências, “dando a entender que ele, Getúlio, era o autor dos benefícios”. O texto coloca os direitos sancionados por Vargas como algo paliativo e compara com o “Plano de Emergência” de 1981, atendendo a alguns agricultores, mas deixando de fora outros muitos.

No “segundo encontro”, os grupos políticos passavam a ser os objetos de ponderação. A analogia suscitada para elucidar o conteúdo corresponde aos grupos do tempo de Jesus: “os Saduceus, os Essênios, os Herodianos e até o grupo clandestino dos Zelotes”. Cada grupo desse representava uma ideia, defendia determinadas causas, andava com pessoas específicas. Por terem ideias divergentes das suas, Jesus foi um grande crítico desses grupos, questionando suas contradições e alianças.

Se lermos com atenção os Evangelhos, veremos que quem mais cometia erros eram os grupos que estavam no poder. Cristo em sua pregação foi bastante duro com estas pessoas que abusavam da autoridade para explorar o povo. Por isto os grandes do tempo de Jesus chegaram a crucifica-lo. Eles crucificaram a Jesus não porque Ele fosse um político partidário, mas porque defendia o direito dos pequenos, que não tinham nem vez nem voz: “Bem-Aventurados os que têm o coração de pobre porque deles é o Reino dos Céus” (Mt 5.3), sendo o próprio Jesus Cristo o pobre mais pobre, não tendo nem onde descansar a cabeça (Mt 11.25). (CNBB, 1982, p. 20).

Saber qual lado escolher na política passa primeiro por saber qual lugar social ocupa o trabalhador. É dessa forma que a cartilha direciona as discussões de “classe”. O trecho acima marca dois grupos, de um lado, “os que estavam no poder”, do outro, “os pequenos, que não tinham nem vez nem voz”. Por pertencer a segmentos distintos, os interesses também o são. A cartilha traz uma abordagem com três grupos sociais: “pessoas ricas, pessoas mais ou menos e pessoas pobres”. Posteriormente subdivide-se em dois blocos: “o lado de lá e o lado de cá”. No lado de lá, estão a “classe dominante” e “classe média”; do lado de cá, a “classe popular”. Em porcentagens e formando uma pirâmide, o lado de cá tem a maioria absoluta: “Os 80 por cento que formam a classe popular são os pequenos agricultores, os posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados agrícolas, boias-frias, operários, biscateiros, empregadas domésticas, desempregados, índios, etc.” (CNBB, 1982, p. 36).

O lado de lá possui a minoria, mas por alguns motivos ela é colocada como a classe dominante, inaugurando uma leitura bem complexa.

Os 5 por cento que formam a classe dominante são principalmente os donos das fábricas, dos bancos e das grandes propriedades de terra. Fábrica, terra, ferramenta... – tudo isto são chamados de meios de produção. São os meios que fazem produzir. Os meios que fazem produzir são chamados de Capital. O Papa João Paulo II, na Carta Encíclica sobre o Trabalho Humano, diz que o Capital (que não é dinheiro) é o conjunto dos instrumentos de trabalho e dos meios que tornam possível a produção (TH n.º.7). Logo, a classe dominante é formada pelos donos do Capital. (CNBB, 1982, p. 36).

Pela citação, percebe-se como o viés marxista esteve presente nas leituras animadas nesses espaços, tateando conceitos, como “classe dominante”, “meios de produção”, “capital”, “donos de capital”. Somado a isso, avança por um prisma complexo dentro do estudo de “classe”, que é o entendimento de uma “consciência de classe”, provocando o leitor para a seguinte ideia: “não basta apenas pertencer à classe popular para se ter consciência popular”.

A consciência popular é adquirida nos sindicatos, nas associações, nos partidos políticos, nas comunidades de base, etc. A prática popular vai se dando quando vai havendo reivindicações, luta por melhores salários, terra, casa própria, melhores condições de vida, etc., aproveitando as ideias e valores que vão marcando a sua caminhada de libertação. (CNBB, 1982, p. 36).

A classe ultrapassa o estar inserido a uma estrutura econômica ou categoria social, devendo ser encarada como fenômeno histórico. A realidade comum da fome, da falta de terra e moradia, ou mesmo o fato de pertencer a um grupo que trabalha na roça, manuseando enxada, foice e martelo, não configura um movimento classista em si, caso visto enquanto categoria estática. Quando esses sujeitos “aprendem a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos” (Thompson, 1987, p.304), começam a formar uma “consciência de classe”, identificando grupos que buscam interesses divergentes dos seus. Nesse momento, integrar sindicatos, associações, partidos políticos, comunidades de base etc., aliado à reivindicação e à luta por melhores salários, terra, casa e condições de vida, expressa a formação dessa consciência em bases culturais.

Em um curto recorte da cartilha, conseguimos entender o tipo de reflexão feito nas comunidades, muito próximo dos procedimentos analíticos que Edward Palmer Thompson, expoente da História Social Inglesa, utilizou para entender a complexidade do fazer-se da classe. Thompson discorre sobre o radicalismo popular dos trabalhadores autodidatas da Inglaterra industrial do século XVIII, trabalhando os processos de formação social e cultural. Partindo da experiência histórica e cultural desses sujeitos, o historiador inglês consegue

desassociar a superestrutura cultural da estrutura econômica material, descartando as ações coletivas como simples quantitativo improdutivo, mero determinismo (Thompson, 1981).

A vida de Helena, membro da Irmandade do Servo Sofredor (ISSO), ilustra bem o processo de formação de uma “consciência de classe” na região de Crateús. Mulher casada, mãe de três filhos, moradora do bairro de Fátima II, viveu o sofrimento da seca de 1979-1983. Assim como tantas mães de famílias, tentou o alistamento nas frentes de serviço, concorrendo com “mais de 500 mulheres” a 15 vagas no Bolsão da Santa Fé. Helena relata, no caderno 4, *Partilhando as experiências*, como foi sua trajetória no bolsão. Chegando no local de trabalho, logo cedo da manhã, cheia de esperança, recebeu o veredito somente após as cinco horas da tarde, depois de um dia inteiro de jejum. Em meio à multidão, ouviu dos tenentes do exército a escolha do seu nome, deixando de fora centenas de mães que, assim como ela, careciam do serviço.

Ao mesmo tempo que sentia alívio pelo nome selecionado, experimentava uma profunda tristeza em ver várias mulheres, com suas crianças pequenas, chorarem e lamentarem a dispensa, sendo obrigadas a voltar para suas casas ou seja lá para onde fossem. Resume a cena como “o grito de fome e sofrimento que se rasgava no meio dos nossos irmãos”.

Em meio a esse cenário de seca, fome, injustiça e trabalho precário, Helena comenta o momento em que teve o encontro com a nova consciência da fé e manifestação do Reino de Deus. A sensação epifânica mencionada acontece quando recebe a visita, no intervalo do trabalho, de uma das pessoas mais emblemáticas para a radicalização do evangelho na Diocese de Crateús, padre Alfredinho. Com a Bíblia na mão, Alfredinho reúne todos para abençoar os pães trazidos pela Associação Religiosa e convida as pessoas a participarem da missa na igreja de São Francisco. Dois dias depois, o padre bate na porta de Helena, querendo viver junto a sua família durante oito dias, partilhando sua vida no sentido mais radical possível. Nessa parceria, a “caminhada com o povo sofrido” forjou sua vida pelos próximos anos, ajudando a criar o que seria a ISSO. Para ela, mudar a sociedade passa pelo engajamento político e o compromisso com a luta:

É um desejo de todos nós, cristãos, que aconteçam mudanças nesta sociedade. Mas vejo muito vagarosa a luta da terra por parte de todos nós. Sinto que é preciso dar passos concretos. Da mesma forma vejo a questão política, que por parte de cada um de nós exige um engajamento urgente e ativo, mesmo sabendo que não é a salvação da sociedade, mas é a chave de qualquer transformação. (Caderno 04, s. d., p. 6)

A ISSO nasceu da necessidade de alcançar um grupo que as CEBs não atingiam, que eram dependentes de bebidas alcoólicas, prostitutas, presos, pessoas com transtornos mentais ou deficiência física, entre outros marginalizados. “São considerados pela sociedade

como lixo, imprestáveis, sem nenhum valor. Lascados demais, eles não encontram seu lugar nas CEBs organizadas, com suas reuniões, sua leitura da Bíblia, suas responsabilidades partilhadas e assumidas”.

Diante desse desafio, Freddy Kunz, mais conhecido como padre Alfredinho, deu vida a um movimento de partilha e acolhimento dessas pessoas. Os livros *Crateús: um povo, uma igreja*, de Yolanda B. Thomé, encomendado por Dom Fragoso para escrever um novo projeto de história com vistas aos 30 anos da caminhada da diocese (Montenegro, 2004) e *Dom Fragoso & Padre Alfredinho: entre nós*, escrito em comemoração aos 100 anos de nascimento dos religiosos, contam um pouco da vida de Alfredinho e da formação da ISSO.

Padre Alfredinho nasceu na Suíça, era cozinheiro por profissão e padre por vocação. Dividia sua mocidade entre a JUC e o trabalho nos restaurantes. Foi prisioneiro na segunda guerra mundial, no campo de concentração na Alemanha. Chegou a Crateús em 1968, sem falar o português, transitando por vários municípios, como vigário, inclusive substituindo o padre José Pendâdola em Tauá, quando de sua expulsão do País. Contudo, logo deixou a função institucional para viver como agricultor em *Barra do Vento*, em Tauá, e conviver com as vítimas da prostituição. (Gonçalves; *et.al.*, 2020). Em 1979, teve de voltar a Crateús por motivo de saúde, indo morar em um casebre de Taipa, no Bairro de Fátima II, a mesma casa em que residiu Antonieta, jovem prostituta, que anos atrás tinha recebido a extrema unção do padre, dias antes de sua morte (Fragoso, 1982).

Da trajetória de convivência com os excluídos surgiu a ISSO, inspirado nos quatro caminhos do profeta Isaías. A primeira etapa é a *eleição* do Servidor, escolhendo os mais pobres, prediletos de Deus; a segunda é a *aceitação* pelos marginalizados; a terceira é *o que fazer* para cumprir essa missão; e por último a *vitória* (Thomé, 1994, p.155). Tomando esses preceitos como guias, a ISSO desempenha suas atividades em grupos de 7 pessoas, ou um pouco mais, indo ao encontro dessas pessoas. Padre Paco revela que essa não é uma “organização de miseráveis pobres”. É um movimento de pobres que oferece integração de quem vive “na rua, sem apoio, abandonados”, que “encontram um lugar na irmandade” (Thomé, 1994, p. 154-155). Helena conta que as reuniões são alicerçadas na escuta, segundo suas palavras:

A gente escuta, mas não é no sentido de só jogar flores em cima. É no sentido de fazer uma memória da realidade que se está vivendo, como se a gente estivesse olhando o retrato da gente pra ver o que pode melhorar. A gente faz uma reflexão à luz da fé: o que é que nós podemos fazer juntos para sair dessa situação? Porque Deus que ama a gente não quer a gente desse jeito (HELENA). (Thomé, 1994, p.155).

Reunidos em casebres, nas ruas e zonas de prostituição, refletem a luz da fé e a realidade. Formam rodas de conversa, compartilhando merenda e leitura, da bíblia ou da cartilha da Irmandade, com pessoas que provavelmente não iriam à igreja.

3.2 Escrita popular: poesias, cordéis e cartas

Falar, escrever, é para eles tentar existir, é essa empresa séria, arriscada, difícil que é e faz todos os seus relatos; é esse trajeto autobiográfico que os diferencia e os faz assemelhar-se também a qualquer homem que escreve, e que vai tornar alguns deles, sejam eles quem forem ou venham de onde vierem, escritores. Escrever ou falar, ou ser chamado a falar, escrever, quando não se sabe, quando, em virtude de uma miséria social, material, cultural, se carece de meios de expressão, é tentar abrir para si, não obstante, um caminho a fim de adquirir um espaço de palavra para viver (Bollème, 1989, p.200).

Geneviève Bollème, em “O povo por escrito”, reflete o lugar do “popular” pela observação da escrita do povo, trazendo uma longa discussão em torno da apropriação e circunscrição do uso do conceito na história. Bollème fala do “popular” em termo de diferenças culturais, neutralizando uma classificação autoritária, instituída desde a eternidade, quase sempre pitoresca e caricata. Ultrapassa a ideia de povo-objeto para situá-lo no conjunto das relações socioeconômicas, passando de um pensamento coisista a um pensamento relativista. Para designá-lo, o grego não recorre ao número, mas a variedades dos ajuntamentos.

[...] *ecclesia* é o povo reunido por convocação, a reunião dos cidadãos que devem deliberar em comum; *sullogos* é povo como reunião acidental, seja um colóquio, uma palestra ou uma reunião de bandos; *homados* é o povo como reunião confusa, tumultuosa e ruidosa de uma multidão; *ochlos* são ajuntamentos do povo, a multidão que, pelo tumulto, causa embaraço e importuna (Bollème, 1988, p.18).

O lugar do termo precisa estar associado à cultura, qualificando “condutas ou expressões somente em função de um processo de trocas”. A escrita é um dos lugares dessa manifestação cultural, servindo-se da “língua” para “fazer revolução”. Nos sertões de Crateús e Inhamuns, a escrita popular nasce da autobiografia e da percepção comunitária. A fonte de inspiração é a terra, a experiência religiosa da libertação, o trabalho, os encontros comunitários, a seca e tudo o mais que rodeiam o campo.

A escrita expressava a vida dos camponeses e era nas comunidades que essa prática florescia. As comunidades organizavam eventos culturais na intenção de incentivar, por meio da escrita, a expressão dos dramas da realidade, dando forma a uma “reivindicação existencial”. Exemplos disso foram os “Encontrões Diocesanos”, reunindo comunidades de bairros vizinhos, ou mesmo de diferentes municípios. Ocorrido nos anos de 1982, 1984 e 1986, período em que as consequências da seca de 1979 a 1984 ainda estavam muito vivas, os “Encontrões” chegaram

a reunir cerca de 400 pessoas no Clube Caça e Pesca, em Crateús. Foram preparados estudos nos bairros, promovendo discussões, em pequenos grupos, em torno de temas escolhidos pelos participantes. O evento contou com recreação comunitária e apresentações artísticas. A poetisa popular Raimundinha, no poema “*Sobre o Grande Sonho*”, conta em versos o que foi experimentado “nesses dias de linda convivência fraterna”:

Nós sonhamos com a nova sociedade.
Em seus diversos aspectos diferentes.
Que seja, assim, de modo abrangente.
Que todos tenham o mesmo pé de igualdade.
Para que todos se sintam bem à vontade.
Tendo saúde, trabalho e educação.
Que todos tenham poder de decisão.
E muito antes dos projetos elaborados.
Os pequenos, também sejam consultados.
E participem dos destinos da Nação. (Raimundinha, 1988, p. 10-11)

A poesia estava demasiadamente presente nas comunidades, porque era “capaz de condensar, em poucas palavras, o que muitos seriam incapazes de dizer”, para usar as aspas do pastor Milton Schwantes, ditas no seminário sobre Reforma Agrária. Um hábito nesses textos era transformar o que ocorria nos encontros, nas reuniões e nos cursos, em poesia. Era uma forma de praticar a arte dos versos, ao mesmo tempo em que registravam os eventos para quem não participou. Dessa forma, o leitor tinha contato com a poesia e com o evento, estudava o conteúdo trabalhado pela linguagem artísticas, com figuras de linguagem, simbolismos e outros recursos linguísticos.

Em 1981, foi convidado D. Marcelo de Barros, monge beneditino da CPT Nacional, para explicar como a bíblia legitima a apropriação da terra com um direito do camponês, no curso “*Terra na Bíblia*”. O poeta escolhido para transformar o curso em mensagem poética foi José Vicente, ou Zé Vicente. O poeta é um dos grandes representantes quando se fala em Diocese de Crateús. Terceiro dos dez filhos de José Vicente Sobrinho, Zezinho Paraibano para os mais íntimos, e Susanna de Oliveira Barros. Filho de pai paraibano e mãe cearense, do município de Orós, família de lavradores, apaixonados pela poesia de Cordel e Luiz Gonzaga, de onde recebeu grande influência. Ainda muito novo foi um dos fundadores do Grupo de Teatro Amador, dirigindo e atuando durante os anos de 1974 a 1979. Nesse ínterim, iniciou o contato com o violão e versos de Cordel. Tornou-se Agente de Pastoral na Diocese de Crateús, atuando nas CEBs, Pastoral da Terra, além de compor a Equipe de Comunicação da Diocese, apresentando programas nas emissoras locais. Nesse período, germinou, juntamente a outras pessoas, Boletins Populares, exemplo do *Construção*, em Iguatu, e *O Roceiro*.

No curso “*Terra na Bíblia*”, dando “calor e ternura ao assunto”, como menciona Dom Fragoso na apresentação da cartilha, Zé Vicente compartilha sua poesia para leitura e discussão dos demais companheiros ausentes do curso.

A BÍBLIA NA TERRA

1. Bendito o Deus da Justiça
Da graça e da Salvação
Peço a Luz de Vosso Espírito
Prá meu peito e minha mão
Só assim farei direito
Um relatório bem feito
Ao povo deste sertão.

2. Foi nos dias 8 a 10
De julho de oitenta e um
Das bases de Crateús
Vieram quarenta e um
Animadores do povo
Estudar um rumo novo
Melhor, não houve nenhum.

3. Marcelo da CPT
Animou a caminhada
Pelas entradas do povo
Dentro da Bíblia Sagrada
Dum jeito bem animado
Tudo foi dramatizado
Eita luz abençoada. (Vicente, 1981, p.1)

Escrita em sete versos, o cordel dispõe de 53 estrofes, versando sobre o encontro, as dúvidas dos participantes, os ensinamentos e descobertas germinadas em cada momento. O curso foi dividido em encontros, com participação efetiva dos presentes, falando das suas vidas e trajetórias. O sertão é o espaço da pluralidade, da convergência de diferentes pessoas e lugares, vindos de todo canto do Nordeste, “de Pernambuco e Bahia, do Piauí e Tauá, dos fins do meu Ceará”. A vida para eles é movimento, é peregrinação, é uma luta constante por melhores condições.

O cordel problematiza a construção do imaginário de miséria e sofrimento do Nordeste, devido à disseminação de propagandas, em comparação a aparente bonança da região sul. O Sul é apresentado nos veículos de informação como a fagulha da esperança, “A TERRA PROMETIDA”, enquanto o Nordeste é o cativo, lugar da seca, da falta de “terra prá plantar”, da legislação injustas com “rendas caras”, da ausência de “emprego” e salário muito baixo, ou no dizer do poeta popular, “micharia”. Mais uma vez o recurso comparativo de duas grandezas é utilizado para simplificar um assunto complexo, por meio da dicotomia “Cativo e Terra Prometida”. No entanto, diferentemente do veiculado pelas propagandas, o poeta alerta para os perigos da “propaganda maldita”, criando ilusões nos jovens do sertão. Já que o Nordeste é

colocado como sendo o povo no Deserto, o Sul seria a miragem, ocasionado não pelo fenômeno físico, mas pela estrutura social de desigualdades. O Sul “é como os frutos da planta, que de longe nos encanta, mas só tem casca e semente”.

Depois de acompanhar o progresso econômico do Centro-Sul, baseado na exploração do trabalho pelos “tubarões do dinheiro”, aumentando seu lucro pelo suor do “povo oprimido”, meditava em torno das alternativas para os que ficaram no Nordeste.

Uma das atividades proposta era transformar a vida em cena. Era comum lançar mão da dramatização para simplificar assuntos espinhosos. O debate não se encerrava no Centro-Sul, era importante refletir nas opções para o dia a dia, pensar nas causas que levavam aquela condição de miséria, indo na “raiz de todo mal”. Primeiramente, as políticas implementadas pelo governo, como os Planos de Emergência, apareciam na poesia de Zé Vicente como alternativas falidas, estratégias políticas para sugar ainda mais o suor do trabalhador, conservando uma estrutura de disparidade social.

Na mesma linha segue o cordel “*A Seca de 83*” de Raimunda Ferreira, do município de Nova Russas. O cordel foi publicado pela CPT Regional, Nordeste I, junto de outros poetas populares do Ceará. Dos sertões dos Inhamuns e Crateús foram escolhidos quatro poetas, integrando o 3º livro, lançado em 1984. De Crateús estava o próprio Zé Vicente, com “*Recato do Nordeste*” e Francisco Marreiro, com “*Como se encontra o Nordeste*”.

Raimunda Ferreira escreve de dentro de uma das maiores secas, que ocasionou grande sofrimento e injustiças com a população mais pobre. A poetisa toma para si a incumbência de ser uma das vozes que denunciam o descaso no sertão, trazendo com riqueza de detalhes a jornada dolorosa das pessoas que padeciam pela falta de políticas públicas eficientes. Aponta o ano de 1983 como “o pior de todos que houve no Ceará”. Confirma a descrição de Zé Vicente sobre os Planos de Emergência:

3. Este plano de emergência
Que veio prá os flagelados
Não atende a vontade
Do povo necessitado
Pois não empregaram todos
Passou pouco da metade.

4. Primeiro empregaram os homens
Neste plano oitenta a três
FICARAM POBRES MULHERES
Sem poder ter sua vez
O ganho de seus maridos
Prá comer não dá um mês. (Ferreira, 1984, p.10)

Por ser uma voz feminina, dedica muitas estrofes na narração das adversidades sofridas pelas mulheres. Primeiramente, enfrentam a falta de emprego, disponíveis em sua maioria para os homens. São forçadas a se dirigirem para as cidades, diante da falta de oportunidades no campo. Mesmo quando dão a sorte de encontrar serviço, são obrigadas a trabalhar em condições insalubres, sem garantias de direito, “no dia que não trabalha, leva zero sem perdão, pode até ser por doença, mas não tem direito não”. Essa marginalização afeta toda uma cadeia familiar, especialmente as crianças. Para o adulto, os efeitos da seca são cruéis, para as crianças podem ser irreparáveis, com o aumento nos índices de desnutrição e o impacto no desenvolvimento físico e mental.

Nesse sentido, Raimunda denuncia os desvios de função nos programas de assistência à infância, como o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), criado em 1972 para assistir as famílias com base na vulnerabilidade social, auxiliando na alimentação e nutrição. Segundo Marcel Burstyn, a necessidade de suprimento para o Programa de Distribuição de Alimentos à População de Baixa Renda (Pronan) levaram o Inan a ter uma atuação direta na comercialização de produtos agrícolas. A finalidade era “garantir um fluxo barato de produtos para os programas de distribuição de alimentos às populações carentes” (Burstyn, 2008, p.164). No entanto, como protesta a poetisa popular, o que era para ser um programa de benefícios aos pobres, tornou-se o objeto de corrupção e patronagem.

12. Estes alimentos do INAN
O órgão da nutrição
Vem para as crianças famintas
Mais muitas não tiram não
Pois prá poder receber
Tem que ter um pistolão

13. Disto a gente tem provas
Pois tem gente que levou
Cartão para o seu povo
Que sabe que neles votou
Temos que denunciar
Pois a política passou. (Ferreira, 1984, p.12)

Nos pontos de distribuição, os critérios de repartição não eram respeitados, “afilhados” políticos sendo priorizados no recebimento de alimentos, em detrimento de uma população faminta que buscava o mínimo necessário. As mães que conseguiam ter acesso a algum alimento, sofriam com a falta de outros, como o leite, “vem é prá dá e não dão”. Muitos dos grãos ficavam retidos nos armazéns, não tendo a devida distribuição. Frente isso, a revolta vociferava em seus versos, não compreendendo a tamanha violação dos direitos dos cidadãos, negligenciados pelo aparelhamento da coisa pública. Indigna-se com o fato de o trabalhador

não poder desfrutar daquilo que produz, enquanto a mesa do “rico que não faz nada, é quem vai se aproveitar”.

O cordel de Francisco Marreiro, “*Como se encontra o Nordeste*”, segue na mesma linha, porque vive os mesmos desafios da seca. Fala do mesmo lugar de Raimunda, apontando algo pior do que a falta de chuva, que é a “desumanidade”. Desumanidade em não receber o salário justo pelo seu trabalho, pelas condições impostas às mulheres nas emergências, enfrentando um sol a pique e pelas promessas não cumpridas. Mas uma coisa aproxima os poetas populares: a crença na organização dos trabalhadores. Tanto Vicente, como Raimunda e Francisco se encontram no lugar comum da crença na luta coletiva, na união, na organização sindical e no fortalecimento dos movimentos sociais. Francisco fala:

3. Usamos de consciência
E vamos isto mudar
Que a união faz a força
Basta o povo ajudar
Das Igrejas os sindicatos
Vamos afastar os ingratos
Que buscam nos acabar. (MARREIRO, 1984, p.29)

Raimunda fala:

26. O sistema que está aí
Ninguém vai aguentar
Vamos todos nos unir
Para podermos lutar
Exigir nossos direitos
Prá este mundo melhorar. (Ferreira, 1984, p.25)

Zé Vicente fala:

16. Acredite em nossas cartas
E nos abaixo-assinados
Confie em nossa palavra
E no povo organizado
Em grupo e no sindicato
Pobre da rua e do mato
Que o nordeste é mudado. (Vicente, 1984, p. 35)

Os poetas acreditam na força da organização popular. Zé Vicente, em particular, confia que o Nordeste pode ser mudado, basta os trabalhadores assumirem a luta comunitária. Acrescenta, em *Terra na Bíblia*, que o próprio Deus tem lado nessa disputa; e o lado é junto ao “povo organizado”. Então, já que Deus tem “partido”, o pobre também precisa ter, porque existe quem luta com o pobre e quem defende a pobreza. Os trabalhadores devem estar nessa primeira posição. Alerta que o povo de Israel enfraqueceu por conta da divisão das pessoas; a máxima “cada um por si e Deus por todos” não se encaixa na espiritualidade da libertação.

Nos dois primeiros versos da estrofe 34, defende que “Deus, terra e povo” formarão essa unidade. A luta pela terra e a espiritualidade só alcançarão seu sentido completo quando contemplar a todos. Defender a terra é defender a si, pois é a própria extensão da sua anatomia. Terra e povo são um. Terra não é mercadoria externa, é parte integrante do povo. Tirá-la de junto aos que são dela por direito, é arrancar um membro, é o mesmo que viver na incompletude.

A poesia de Zé Vicente vem da alma e do coração. Expressa sua vida em versos, suas tristezas e alegrias. Apesar de sair de si, responde a um grito da comunidade, contemplando drama e felicidade, descrevendo as aventuras e desventuras de uma “reivindicação existencial”. Como mencionado por Bollème na epígrafe anterior, “falar, escrever, é para eles tentarem existir”.

RECATO DE NORDESTINO

1. É com a alma sofrida
E o coração pesaroso
Que vou gritar em poesia
O drama mais doloroso
Do meu povo nordestino
Retirante e peregrino
Num país tão valoroso

2. É duro, meu companheiro
Cantar a dor em poesia
Só faço porque eu creio
Que ainda há de vir o dia
Da justiça e da razão
Quando o povo do sertão
Levantar-se em valentia! (Vicente, 1984, p.31)

Resgatando suas influências familiares, o poeta agrega Luís Gonzaga a sua rima, refletindo os impactos da seca e as políticas intervencionistas no campo. Zé Vicente traz o trecho da música “Vozes do Sertão” (1952), lançada por Gonzaga e Zé Dantas, “que punhado de esmola, prá um homem que é são, ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão”, para compor sua poesia. Em um “verdadeiro Baião”, a música faz referência a seca de 1951 a 1953 que atingiu o Nordeste e as políticas intervencionistas do governo de Getúlio Vargas. Traçando um paralelo com o passado recente, “*Recato Nordestino*” faz duras críticas às políticas agrárias, taxando-a mais como “esmola” do que propriamente como uma ação efetiva do governo para minimizar os impactos da seca.

Escrita *pari passu* com a seca dos cinco anos (1979-83), o cordelista fala com propriedade sobre o evento, reivindicando ações efetivas no lugar de medidas paliativas. O camponês não quer assistencialismo barato e ineficiente, haja vista o exemplo levantado por Raimunda sobre o Inan; quer condições de trabalho, quer produzir, mas só encontra “silêncio”,

total ausência do Estado, “parece que o Nordeste nem é mesmo nacional”. Por isso a necessidade de “gritar em poesia”, caso contrário, não são escutados. Zé Vicente acredita que a poesia tem um alcance maior, capaz de sensibilizar os responsáveis que negligenciam os problemas. Entende que o descanso vem de tempos muito remotos, “desde D. Pedro II”.

9. Cadê as promessas feitas
Desde Dom Pedro II?
E o dinheiro sumido
Aos olhos de todo mundo?
Gente rica aproveitando
E aos pobres enganando
Prometendo mundo e fundo

10. Vocês acham que estas coisas
Não é para revoltar?
Campanha e mais campanhas
E a propaganda no ar?
O estudante e o doutor
Mulher do governador
Todo mundo a se mostrar? (Vicente, 1984, p.33)

A *septilha* do cordel revela uma problemática que vem do passado, mostrando como a poesia popular guarda conhecimento de causa e riqueza histórica em seu conteúdo. Ao desconstruir a ideia de seca enquanto sinônimo de miséria, denuncia um projeto de exploração da estiagem, mostrando que tem “gente rica aproveitando e aos pobres enganando”. As medidas provisórias, as reformas pontuais, ou mesmo os investimentos com dinheiro público, parecem beneficiar grupos políticos e alguns segmentos da sociedade. Estes parecem ter grande interesse no fenômeno climática, que vai muito além da falta de chuva, usando a “miseria, a seca e, coisa mais séria, pra terem dinheiro e nome”.

Além de denunciar, o cordelista oferece alternativas. Uma delas é a possibilidade de o povo ser escutado pelas autoridades. Ninguém melhor que os camponeses para sugerir as intervenções que podem ser feitas. Ouvir o camponês é optar pelo conhecimento de quem nasceu no campo, manipulou a terra, adquiriu conhecimentos agroecológicos, aprendeu com os ciclos da natureza. A estrofe 18 é dedicada à valorização desses sujeitos, pois sem eles o desenvolvimento do campo torna-se projeto de poder. Por conta disso, faz-se necessário oferecer “trabalho e salário justo”, aumentar os investimentos em obras de domínio público, pois “barragem e cacimbão, é saída de primeira, dinheiro administrado, pelo povo organizado, é a mais correta maneira”.

Sugerir que o estado invista em obras que tragam benefício à população deveria ser uma redundância, ou uma “licença poética” para construir um verso tautológico, mas quando aprofundamos o estudo campesino, percebemos como é comum o desvio de finalidade da coisa

pública. Como bem investiga Francisco de Oliveira, as ações do DNOCS contribuíram para reforçar uma estrutura arcaica, investindo pesadamente na pecuária dos grandes e médios fazendeiros. No caso das barragens, sua construção tinha o objetivo de represar a água para, mesmo nos períodos de seca, viabilizar uma agricultura irrigada.

O DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens (Oliveira, 1977, p.54).

Nos seus cordéis, Zé Vicente não se furtava de tocar em temas sensíveis, mesmo em um contexto de exceção como o da ditadura. Sua crítica ia desde as políticas agrárias do governo até a discussão em torno da tortura, exílio, repressão, representação democrática e liberdade de imprensa. “*Carta aos brasileiros (em versos)*” é um bom exemplo de como é corajosa e engajada a escrita de Zé Vicente. O cordel faz referência a “*Carta aos brasileiros*” do jurista Goffredo da Silva Telles, lançada em agosto de 1977, na cidade de São Paulo. O poeta popular apresenta ao leitor mais do que uma intertextualidade, traduz com rima e linguagem simples, um documento subscrito por professores de Direito, Advogados, Políticos e Estudantes. O texto original do jurista ganhou visibilidade nacional e internacional, publicado com destaque nas páginas nobres dos jornais de grande circulação mundial. Entre os princípios científicos, o conteúdo versa sobre a legitimidade das leis e Constituições, do Poder e da Ordem; faz um paralelo entre o Estado de Direito e o de Fato.

Lançado em 1978, “*Carta aos brasileiros (em versos)*”, tem a função de parafrasear o juridiquês para falar com o “leitor brasileiro”. Escrita em sexteto de 36 estrofes, mostra a sapiência do homem do campo, capaz de articular conhecimento jurídico, análise de conjuntura, direitos humanos e liberdades fundamentais.

CARTA AOS BRASILEIROS (EM VERSOS)

1. Caro leitor brasileiro
Queria ler com atenção
Os versos que nessa luta
Vêm chegando em sua mão
É carta que orienta
A todo bom cidadão

2. No dia 11 de agosto
Do ano Setenta e Sete
Reuniram-se em São Paulo
Pessoas de lei e teste
Que mandaram esta carta
Ao Brasil de Sul e Leste

3. A carta é dividida
 Em seis partes importantes
 Todas elas defendendo
 Valores que são brilhantes
 A lei, a ordem e o direito
 Vejamos isso adiante. (Vicente, 1978, s.p.)

Levantar na democracia a pauta da lei, da ordem e do direito, faz parte do debate ordinário de toda sociedade; contudo, quando a conjuntura do país passa por um regime ditatorial, o assunto, apesar de urgente, tem contornos de coragem para o emissor da mensagem. O cordelista de Crateús escolhe o risco, assume a pauta quente e sustenta a necessidade de levar o assunto aos leitores brasileiros. Dessa forma, a mensagem alcança outros públicos, extrapolando os eventos acadêmicos e uma elite intelectual. A seguir, dois trechos do documento original argumentando sobre o conceito de “lei”, lido no pátio das Arcadas da Academia de Direito de São Paulo, em mensagem de aniversário.

Das leis, a fonte legítima, primária é a comunidade a que as leis dizem respeito; é o Povo ao qual elas interessam comunidade e Povo em cujo seio as idéias das leis germinam, como produtos naturais das exigências da vida [...] [...]. Consideramos ilegítimas as leis não nascidas do seio da coletividade, não confeccionadas em conformidade com os processos prefixados pelos Representantes do povo, mas baixadas de cima, como carga descida na ponta de um cabo. (Vicente, 1978, s.p.)

Zé Vicente lida com a mesma substância, mas em contornos próprios. Mesmo sendo capaz de compreender o documento, entende que mais importante do que saber *o que* dizer, é saber *como* dizer. A seguir, o mesmo assunto, comunicado por um poeta popular.

4. Toda lei só é legítima
 Quando vem do lugar certo
 Quando nasce das ideias
 Do povo de longe e perto
 Povo que vota em eleições
 Feitas de modo correto

5. As leis feitas lá em cima
 Pelos grandes cidadãos
 Se eles não forem eleitos
 Pelos votos da nação
 Podem ser leis até boas
 Mas boas só pro ricão

6. Representante do povo
 É aquele escolhido
 Com votos da maioria
 Conforme está decidindo
 Em cada constituição
 De país esclarecido. (Vicente, 1978, s.p.)

Como já discorrido no capítulo 1, a Diocese de Crateús e tudo que estava ligada a ela, foi um dos principais alvos da repressão militar. No ano de 1978, ano de publicação do cordel, já tinha ocorrido as prisões de padre Geraldo de Oliveira, de membros da Equipe Central do Conselho Diocese e Pastoral, como Luizinha Camurça e Eliésio dos Santos, de animadores e secretários das paróquias, como Helena Almeida, Raimundo Freire, José Aldo e Laureano, de lideranças sindicais, além da expulsão do padre José Pendândola, para citar alguns na década de 1970. Ou seja, Zé Vicente escrevia com conhecimento de causa, não apenas de ouvir falar.

Mesmo diante dos exemplos, assume o risco em abordar tópicos que podem suscitar a sua própria perseguição. A oitava estrofe toca em temáticas que buscam deslegitimar qualquer governo que, em nome da ordem, usa da repressão. Poder e repressão não são sinônimos, pelo contrário, “não é legítimo o governo, que usa da repressão, prá forçar obediência e calar o cidadão”. A relação do poder com a força não estabelece uma “ordem verdadeira”. Assim, de forma ainda que indireta, menciona os militares que subiram à presidência do País sem a legitimação do povo e pelo uso ilegítimo da força, chamando-os de “infíeis presidentes, que abusam do poder”.

Na referência aos dois tipos de Estado, o de Fato e o de Direito, mais uma vez deixa entre linhas sua crítica a conjuntura política adotada pelo Brasil a partir do golpe de 1964. O Estado de Direito é vivido em uma democracia, atendendo aos apelos da população, respeitando as liberdades individuais, “primeiro vale a pessoa, depois vem a segurança”. Já no Estado de Fato, realidade vivida pelo país, prevalece o “Reino da Minoria”.

17. No tal Estado de Fato
O chefe ou presidente
Não aceita oposição
E se julga onipotente
Usa sempre o “chicote”
Prá calar a voz da gente

18. O tal Estado de Fato
E Estado Policial
Que não respeita direitos
Na vida do pessoal
Fala em desenvolvimento
E Segurança Nacional. (Vicente, 1978, s.p.)

As palavras são escolhidas de forma a aproximar o trabalhador do texto: “Reino da minoria”; “Reino da Ditadura”; “chicote”. Não alivia nas críticas ao modelo econômico e às falsas promessas de Delfim Netto, ministro que perpassou vários ministérios na ditadura, conhecido pela famosa e infeliz frase “é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.

20. No Reino da Ditadura

Só se fala em crescer
 Para depois repartir
 Dinheiro, terra e poder
 Mas o tempo sempre passa
 Sem isso acontecer. (Vicente, 1978, s. p.)

No fantasioso “milagre econômico”, quando o “bolo” cresceu, foi dividido em fatias bem generosas para a elite econômica do país; entretanto, os trabalhadores não foram convidados a sentar à mesa para partilhar a refeição. A economia serviu como projeto político para benefício de poucos. Para os demais, a ditadura cerceou o “direito à liberdade, o direito ao trabalho e o direito à igualdade”. Zé Vicente não se esquivava em repercutir o modelo repressivo do Estado, apresentando contrastes entre ele e o Estado de Direito. Advoga que todo cidadão tem direito a ampla defesa e que a polícia não está acima da lei, pois “todo aquele acusado, precisa ser defendido, tortura ou isolamento, ninguém pode ser mantido”. Na mesma esteira, Francisco Marreiro vai além, exigindo o fim das forças armadas no país. Acredita que “endireitar” o país é se ver livre do aparelhamento repressivo, com o povo à frente desse projeto: “é acabar com estas ciladas, afastando as forças armadas”.

A escrita dos cordéis obedece a uma métrica específica, respeitando a divisão das estrofes, a uniformização na quantidade de versos, a concatenação de cada frase com a subsequente e a rima, construindo toda uma forma própria de comunicação. Entretanto, a escrita popular extrapola o cordel, contemplando outros gêneros textuais, como os abaixo-assinados, as cartas abertas, escritas de forma individual ou colaborativa, e etc. Um mesmo assunto pode ser dito de forma diferente, dependendo da estética empregada pelo texto. Os enfoques e as intenções podem mudar quando a forma da escrita é diferente. Uma das características pode ser o maior apego aos detalhes, ou o alongamento das narrativas, ou mesmo o tom das palavras.

Sendo assim, a escrita não se torna “popular” somente pelo emissor pertencer única e exclusivamente a uma estrutura socioeconômica; isto pode até explicar algo, mas não tudo. Nem é “popular” porque alcança ou por ser o registro de uma simples multidão. Bollème já avançou nessa discussão quando trouxe os vários termos para designar o popular (*eclesia; sullogos; homados; ochlos*), tirando o foco do quantitativo para o qualitativo. A escrita muda porque a intenção muda. Só no gênero carta, podemos ter uma variedade de subgêneros: carta aberta, pessoal, do Leitor, ao Leitor, Argumentativa, Amorosa. A *Carta Aberta* era a mais enviada ao *Roceiro*, possuindo uma finalidade específica, desejando alcançar um tipo de público; sua forma caminhava em uma direção bifurcada, podendo nascer de uma construção coletiva, discutida e escrita a muitas mãos, o que trazia uma impessoalidade à escrita; mas

também poderia ser assinada individualmente, com conteúdo mais intimista, tocando em casos particulares, a partir de uma visão peculiar.

A descrição da vida é onde a escrita popular se encontra nas cartas, revelando a sociabilidade dos indivíduos: seu cotidiano, seus relacionamentos interpessoais, suas lutas, seus pontos de vista, seus argumentos persuasivos. É “aberta” porque busca publicizar o seu conteúdo, e não se voltar a um destinatário único. Quer convencer um público maior, sensibilizando-os ao engajamento dos leitores à causa sustentada. Por isso, a presença do título é quase que indispensável na *Carta Aberta*, diferenciando de outros modelos de carta, pois é nele que o destinatário é marcado ou a mensagem evidenciada.

No capítulo 2, vimos como elas assumiram o sentido comunitário na escrita, assinadas por várias pessoas ou entidades, dando uma força ainda maior à reivindicação desejada. Mas existiam as escritas singularmente, com narrativas mais digressivas e com uma carga sentimental na descrição. Ao receber e divulgar essas cartas, o *Roceiro* sensibilizava os leitores, que passavam a se inteirar dos conflitos nos municípios da Diocese de Crateús, dos abusos cometidos nas roças dos companheiros, da exploração do trabalho e do desrespeito aos direitos.

Um desses exemplos é a carta de Raimunda Pereira de Sousa, com o título “*A luta por uma vazante*”, remetida ao *Roceiro*, no ano de 1984, para relatar a destruição da “pequena horta na vazante do açude do Bolção”. Nesse episódio, várias famílias foram prejudicadas pela ação do filho do grande proprietário da região, Luiz Batista da Silva. O caso ocorreu em *Barra do Riacho*, município de Crateús, sendo Raimunda uma das que pertenciam às famílias afetadas. Diante da destruição, decide relatar o episódio com a finalidade de partilhar os últimos incidentes: “estou escrevendo para conhecerem os acontecidos e invasões que se deu com 22 família de nossa comunidade”.

Raimunda destaca o clima amistoso entre as famílias, em que todos colaboravam com a semeadura. Em seu segundo parágrafo revela que “tudo ocorria muito bem”, com os “50 braços de terra” quase todo preenchidos: “só não estava toda plantada porque não pudemos comprar um restante das sementes. Pedimos bastante ajuda e conseguimos”.

Entretanto, passada uma semana desde o início dos trabalhos na roça, depois de finalmente levantar recursos, são surpreendidas com o ataque. Em um “carro-tombeira”, acompanhado por nove capangas armados com foices, Luiz Antonio mandou cortar totalmente o arame da horta e danificar toda plantação do local. Ante a truculência, muitas famílias passaram a temer pelas suas vidas, mas não desistiram do enfrentamento, pois a subsistência de todos dependia da manutenção da horta. Nesse misto de sentimentos, as mulheres tomaram a

dianteira do conflito, fazendo plantões no local: “Os trabalhadores uns estão tímidos, outros encorajando. Por enquanto só mulher está permanecendo no local (horta). Pedimos oração, visita, palavras que deem coragem. Pedimos publicar esta carta aos demais grupos para os companheiros das CEBs”. (Jornal O Roceiro, 1984, s. p.).

Escrever sobre o ocorrido significava oportunizar outras pessoas a conhecerem a invasão e as ameaças. A comunidade em *Barra do Riacho* clamava por orações, agregando o componente da fé para superar as adversidades terrenas, e convocava companheiros vizinhos a visitarem o local, oferecendo auxílio e “palavras que deem coragem”. Essa seria uma ação deliberada das famílias, deixando claro que o envio daquelas informações tinha um principal intuito: “publicar esta carta aos demais grupos para os companheiros das CEBs”. A carta foi integrada à edição de número 4 do jornal, acrescida de uma “notícia de última hora”, presente na parte inferior do material publicado: “Hoje, dia 20, acabamos de saber que o número de famílias que entrou nesta luta já chega a 18. A situação está bastante tensa e os advogados estão acompanhando dos dois lados. Vamos rezar por eles e apoiar com visitas ou cartas” (Jornal O Roceiro, 1984, s. p.).

Por meio das missivas, os camponeses recorriam a parcerias, em especial pelo fator aglutinador que o alcance da mensagem provocava. Em uma realidade agrária, em que quem dá as cartas é o poder repressor dos latifundiários, socializar a vida por escrito, utilizando um meio de comunicação popular e de projeção comunitária, fluía como uma tática imperativa de resistência. Em casos de violação das roças, inclusive nas expropriadas para fins de Reforma Agrária, a justiça agia com conveniência ao “poder dos donos”, para usar um termo de Marcel Bursztyn, reduzindo os pequenos camponeses a uma condição fortuita. Nesse cenário adverso, a articulação com outros sujeitos tornou-se uma boa estratégia.

A circulação dessas informações furava o monopólio de influência de muitos mandatários, acostumados a exercer pressão na população local. É o caso do vereador e bancário Zé Cláudio, proprietário no município de Ipueiras, responsável por anos de enalço à família do pequeno agricultor Antonio Ferreira Magalhães. Nesses sertões, além de toda mobilização para conquistar a terra, os camponeses precisavam de uma força ainda maior para permanecer ligado a ela. Para essas pessoas, plantar era sempre um exercício provisório, sem grandes certezas de colher os frutos desse trabalho. As enormes extensões agricultáveis pareciam insuficientes para os fazendeiros, carecendo das pequenas roças, já não mais para aumentar somente os lucros, mas sua capacidade de exploração e submissão dos despossuídos aos seus caprichos e ojeriza.

O privilégio econômico e político de Zé Cláudio, em *Ramadinha*, intimidava os moradores da região, sufocando ainda mais os esforços de Antonio na manutenção de sua plantação, tendo que conviver com a violação de suas contratações, escavação de cacimbão (sem seu consentimento), entre outras importunações. Pelas cartas, percebemos as tentativas de resolução dos imbróglios pelo diálogo, todas sem sucesso e seguidas de ameaças:

Zé Cláudio mandou 3 trabalhadores inconscientes cavar um cacimbão dentro das minhas contratações. Eu conversei muito com eles e eles foram embora. Eu falei para um morador que está do lado do patrão que Zé Cláudio viesse para nós se entender. Zé Cláudio veio no lugar onde ele quer fazer o cacimbão e ameaçou de me botar fora sem direito a nada. (Jornal O Roceiro, 1988, s. p.).

Escrever ao jornal era a forma encontrada para pedir orientação, tendo em vista às pressões a que a família era submetida, adicionada pela falta de informação, como descrito por ele mesmo: “a gente não tem orientação mas vai aprendendo devagar”. Antonio compreendia que por meio “d’O Roceiro” era possível conseguir apoio de outros “companheiros da luta, da CPT, da CUT⁴⁴ e do PT⁴⁵”, fortalecendo o poderio para defesa de sua família. Nessa primeira carta, enviada em 1988, Antonio mostrava-se um pouco perdido, sem muita “orientação”, mas disposto a aprender a melhor agir para reverter anos de sabotagem. No ano seguinte, ele escreve novamente, agora, com outra postura, menos acanhada e compreendendo de forma mais clara seus direitos, mas igualmente preocupado com os rumos e a falta de resolução do conflito. O sindicato passou a fazer parte da vida da família, participando com sua esposa de reuniões da CUT. Isso mudou, inclusive, o perfil de sua escrita e alegação de sua defesa: “Estou com 27 anos que moro na Ramadinha e todos os anos pago renda. A renda de 88 foi 20 quartas de farinha, 4 quartas de milho, 4 quartas de arroz, 12 mil e 16 rapaduras. Foi batido o documento no sindicato” (Jornal O Roceiro, 1989, s. p.).

Antonio passava a se expressar de forma mais inteirada sobre o assunto, entendendo seus deveres, e, por isso, cobrando seus direitos. Fazia questão de apresentar o pagamento da renda solicitada, reiterando os anos que passou residindo no local. Ainda que fosse o dono de fato, para a justiça, não o era de direito, pendendo sempre para os interesses de Zé Cláudio, o que tirava constantemente o sossego do camponês. Com poucas garantias, acabou por recorrer ao sindicato para receber auxílio de um advogado. Acompanhando todo o processo e conhecedor da realidade de *Ramadinha*, percebia que as respostas do advogado pareciam sempre vagas e sem muita clareza de vitória. As medidas legais favoreciam apenas o invasor, não por acaso vereador, bancário e grande proprietário. Contando com o apoio do Juiz de

⁴⁴ Central Única dos Trabalhadores.

⁴⁵ Partido dos Trabalhadores.

Direito, Luiz Timbó, que defendia a tese que se Antonio fosse plantar na roça, “Zé Cláudio podia arrancar”, o caso caminhava para um descaso completo. Esse fato encorajou Zé Cláudio a seguir com a violação das terras.

A violência aplicada foi uma constante em ambas as cartas: destruição de sua roça, roubo de mandioca, mamona, milho, feijão, fora as ameaças de capangas armados. Todavia, a segunda carta traz uma mensagem de maior parceria, mencionando o acolhimento de moradores de outras regiões: “Aqui os companheiros de nossa comunidade não dão muito apoio a luta da gente porque são muito voltados do lado do Zé Cláudio. Ele é vereador e bancário. Mas a gente recebe muito apoio de companheiros das outras comunidades”. (Jornal O Roceiro, 1989, s. p.).

A menção a Dom Fragoso também ganha espaço na mensagem, apontando sua gratidão pela solidariedade com a “luta a favor dos direitos dos mais fracos”. Na sua última carta, Antonio menciona que a opressão durou 16 anos, sendo 4 desses anos travados na esfera judicial. Para ele, a luta por justiça foi grande e o desfecho parcialmente favorável à família, que recebeu uma compensação financeira. Em 1990, a querela terminaria com um acordo de indenização de “16 mil cruzeiros”, possibilitando a compra de “uma área de terra com uma casa” (Jornal O Roceiro, 1990, s. p.). Ao fim, Antonio faz questão de deixar claro que o acordo somente aconteceu por conta da preocupação da família, desgastada e receosa pelo pior. Termina com a assinatura: “um abraço do companheiro Antonio Ferreira Magalhães”.

4 CONFLITOS NO CAMPO NA DIOCESE DE CRATEÚS: UMA TERRA DE RESISTÊNCIA

4.1 O caso de Várzea do Boi

A política intervencionista das décadas de 1960, 1970 e 1980 trouxe prejuízos sérios ao campo e a vida do camponês, fazendo com que múltiplos conflitos ganhassem volume no Nordeste, estourando casos em todo o Ceará. Dos conflitos acompanhados pela CPT, as nove dioceses encararam disputas em seus espaços. Os municípios que compõem a Diocese de Crateús tiveram grande concentração nesses enfrentamentos, liderando juntamente com as dioceses de Fortaleza e Limoeiro do Norte os maiores índices (Silva, 2016). O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC) dispõe de um acervo que mapeia os conflitos em todo o Brasil. Desde 1975 a CPT registra conflitos que envolvem trabalhadores do campo. Em 1985, na tentativa de sistematização, criou um setor de Documentação para colher informações sobre as violações aos direitos humanos no campo. Desde então, todos os anos a entidade pública, a partir dos dados coletados, um relatório/livro denominado “Conflitos no Campo Brasil”, que também ficou conhecido como “Cadernos de Conflitos”. Os cadernos registram casos de violência, assassinatos, ameaças de morte, prisões, despejos, expulsões de terra, trabalho escravo, conflitos pela seca e manifestações populares.

Entre os anos de 1964 a 1989, o relatório colheu documentações em pelo menos oito municípios da Diocese de Crateús, com cartas, abaixo-assinados, recortes de jornais, boletins informativos e registros paroquiais. Esse relatório auxiliou na investigação de ocorrências envolvendo conflitos de terra, superexploração do trabalho, violência contra camponeses, sindicalistas e agentes da pastoral, para citar alguns. O caso mais emblemático sobreveio na já citada colônia de *Várzea do Boi*.

O DNOCS tem como objetivo desenvolver políticas de infraestrutura que permitam determinadas regiões a resistirem aos efeitos da estiagem. Nos anos de 1970, o Estado passou a intensificar a política de intervenção no Nordeste. Um dos capítulos do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), correspondia ao Plano de Irrigação Nacional (PIN), buscando aproveitar as águas dos açudes para viabilizar a agricultura irrigada e a pecuária. A criação de projetos de assentamento e de produção de tamanho familiar (sob a responsabilidade do Dnocs) passou a ser um dos eixos centrais na política intervencionista. O instrumento utilizado para alcançar esse intento foi a construção dos “Perímetros Irrigados”, buscando a utilização das águas dos grandes açudes para a irrigação das terras situadas a jusante. No caso

da formação da colônia, as terras nas imediações dos açudes eram desapropriadas, em seguida, subdividida em lotes, segundo a capacidade média de uma família. Essas famílias aproveitavam-se da baixa do nível das águas para plantar nas terras úmidas do leito, numa espécie de minifúndios (Bursztyn, 2008, p.113-128).

O processo se dá da seguinte maneira: o Dnocs desapropria as terras irrigáveis das imediações dos açudes; em seguida, são executados trabalhos de sistematização do solo, de construção dos canais de irrigação e da rede de drenagem; uma vez feito isso, a terra é subdividida em lotes, segundo a capacidade produtiva média de uma família; finalmente, é implantada a infraestrutura necessária à ocupação dos lotes (construção de habitações, rede elétrica, vias de comunicação, comércio, escolas, instalações para a administração e para as atividades coletivas, etc.). O passo seguinte, e talvez o mais complicado, é o da escolha das famílias que deverão ocupar os lotes irrigados. Segundo a nomenclatura oficial, os produtores dos “perímetros” são chamados “colonos” ou “irrigantes”, fato que permite, desde o início, a diferenciação entre esta categoria e os produtores tradicionais (Bursztyn, 2008, p.113).

O início da colônia *Várzea do Boi* se deu em fevereiro de 1975, abastecida pelas águas do açude público alimentado pelo rio Carrapateiras, em um perímetro de 14.400 hectares, dos quais 287 em área irrigada. Os colonos eram escolhidos por meio de etapas, passando por exames, reuniões e entrevista com assistentes sociais. A escolha obedecia a alguns critérios, como a idade, o estado civil, número de filhos, dedicação exclusiva, conhecimentos de agricultura e proximidade dos candidatos com a área. A carta enviada por Maria Alves Pereira, esposa de um dos colonos que posteriormente seria suspenso das atividades agrícolas, além do documento assinado por outros “varzanteiros”, ambas para Godofredo Chaves de Queiroz, diretor da 2ª diretoria do DNOCS, detalha as vantagens prometidas.

Uma das principais preocupações dos colonos residia na educação dos filhos, afinal, a distância de 12 a 14 km do centro de Tauá impossibilitava esse deslocamento. A Assistente Social, Dr. Elieuda, garantiu em uma das reuniões que além do trabalho, existiria transporte escolar para os filhos dos colonos. Entretanto, o transporte durou somente até o primeiro semestre de 1976, desassistindo as famílias durante o restante dos anos e interrompendo a conclusão dos estudos. No ano seguinte, alguns estudantes eram obrigados a utilizar carroças para chegar ao local de estudo, enquanto outros não conseguiam nem isso, pois trabalhavam dia e noite, não tendo tempo de terminar nem o ginásio⁴⁶. Além disso, prometiam que os colonos contariam com assistência médica e carros para locomoção dos doentes, quando da necessidade de deslocamento até o hospital. Compromisso também não cumprido. O testemunho de Francisco Correio de Oliveira demonstra como as consequências dessa quebra de atribuição foram graves. Em uma dessas ocasiões, a esposa do colono passou por complicações de saúde,

⁴⁶ Período que corresponde hoje aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

precisando de encaminhamento para o hospital com alguma periodicidade. Uma das formas encontradas para o transporte foi a utilização da bicicleta, com todo desconforto, já que não era disponibilizado nenhum veículo automotor para levar até o tratamento médico em Tauá. Essas condições adversas foram fragilizando a saúde da sua esposa. “Quando ela piorava, alugava carro”, mesmo sem recursos financeiros, gastando “tudo que tinha”.

Ter reuniões periódicas com os técnicos, assistentes e administradores foi também uma das garantias dadas no começo. Por meio dessas conversas os colonos relatavam as dificuldades e os problemas surgidos, haja vista a incipiência da instalação do programa. Inicialmente, os treinamentos até possuíam uma constância, ajudando, ensinando e tirando dúvidas; no entanto, logo passou a ocorrer uma vez por mês, depois três vezes, e com o passar do tempo, ficou cada vez mais raras essas reuniões:

Logo que chegamos aqui tivemos treinamentos uma semana com a Dra. Elieuda esclareceu os colonos que quando uma coisa não tivesse andando bem os colonos se reunissem, escrevesse os seus problemas em um livro de atas que era com que os colonos podiam apresentar a vida de uma comunidade, depois chegou Dra. Márcia e o que Elieuda nos esclareceu perdeu o valor, com a falta de aula para meus filhos estou vendo saírem antes de 8 anos para procurar uma terra para plantar no próximo ano. (Pereira, 1977, s. p.)

Rapidamente, o que seria um programa bem estruturado, com assistência técnica, possibilidade de crédito, condições de trabalho e capacidade de produção, tornou-se um verdadeiro problema para a vida dos camponeses. Recursos básicos como o acesso à água e o fornecimento de energia elétrica, demoraram muito até serem implantados. Uma das primeiras novidades foi a obrigatoriedade em comprar apenas em uma mercearia, com o recibo já discriminado sobre a quantidade e os produtos a serem adquiridos. Essa falta de autonomia perpassava vários lugares, entre estes a própria capacidade de produção dos camponeses, pois eram obrigados a esperar pelos técnicos do DNOCS os direcionamentos para plantação:

Estamos sentindo também o problema na parte do plantio, pois quando chovia todo colono começava a fazer suas plantações, mas agora tudo mudou, vivemos num terreno do Governo, esperando pelas ordens dos Técnicos para podermos plantar, sentimos muito nesta parte, pois as nossas experiências não são válidas.⁴⁷

Essas regras faziam com que muitos não conseguissem “tirar nada da cultura”, como o caso do colono Joaquim Francisco dos Santos, pai de nove filhos, que era obrigado a esperar as ordens para poder trabalhar. A demora fazia com que plantasse “fora do tempo”, perdendo a capacidade produtiva da terra, prejudicando o sustento de sua família. Em alguns

⁴⁷ Abaixo-assinado do Perímetro Irrigado Várzea do Boi – Tauá – CE., “Ao Diretor da 2ª DR DNOCS” – FORTALEZA-CE. Tauá, 1980.

casos a plantação já estava sendo feita, mas por determinação da gerência os colonos eram obrigados a mudar toda a cultura, em vez de plantar “feijão e milho”, mudavam para “palma e algodão”. Simplesmente chegavam, desmanchavam as cercas que estavam protegendo os legumes, possibilitando a invasão dos animais na plantação.

Quase tudo passava pela administração do projeto, o que era ruim e autoritário, pois contavam com uma gigantesca falta de transparência nas regras de produção e prestação de contas. Por ficarem alheios aos lucros, descontos, produção e comercialização, os colonos ficavam indignados por não terem acesso ao controle e frutos do seu trabalho. Por diversas vezes buscavam maiores esclarecimentos dos contadores, mas quase sempre a resposta era vazia ou taxativa, nunca sabiam explicar ao certo o motivo das dívidas e a porcentagem dos lucros. Essa prática ia contra as regras contratuais da colônia, que dizia na cláusula quarta, alínea 7 “Fornecer com exatidão as informações ao levantamento dos custos da produção e de toda a estatística da irrigação”.⁴⁸ Somente os números do primeiro ano foram mostrados pela gerência, o resto dos anos foram marcados pela falta de informações, como bem fala os abaixo-assinados: “vivemos sem saber o quanto consumimos, com que e como”⁴⁹.

Quando conseguiam empréstimos junto ao BNB, para compra de vacas, burros, carroça, material de proteção, roupa de couro e insumos, recebiam muito menos dos administradores do que o prometido, já que eram eles que operacionalizavam o recurso e o repasse dos animais e materiais de trabalho. Os preços das compras eram exorbitantes, muito acima do convencional, e quem adquirisse animais diferente dos comprados pelos administrados, sofriam penalizações, sendo obrigados a devolver. Isso ocorreu com o colono Pedro Guedes, acusado de criar 20 cabeças de ovelha sem passar pelo crivo do “Perímetro”, o que era proibido pelos administradores. Acontece que o preço sugerido era o dobro do normalmente comercializado, impossibilitando o investimento do colono. No final, Pedro foi obrigado a devolver as ovelhas. Posteriormente, esses empréstimos passaram a ser usados como motivo de chantagem, para pressionar a deixarem a terra em *Várzea do Boi*.

O tratamento entre os trabalhadores não era isonômico, mesmo exercendo a mesma função, alguns recebiam um benefício maior em relação a outros. Os colonos que tinham alinhamento com o “Gerente, aceitando tudo o que faz, mesmo sendo errado”, recebia “todo o apoio da gerência”. Os colonos que tinham cargo de confiança da gerência, chamados de líderes

⁴⁸ Abaixo-assinado “Ao Diretor da 2ª Diretoria do DNOCS, Diretor da Divisão de A. ao Perímetro e Presidente da Federação”. VÁRZEA DO BOI, 17 DE AGOSTO DE 1977.

⁴⁹ Idem.

dos setores, tinham todos os direitos possíveis, “até fora do expediente”, enquanto outros não tinham “nem um carro para carregar madeira, fazer chiqueiro, currais etc”⁵⁰.

Essas ações arbitrárias incidiam, inclusive, na integração de novas pessoas. Durante o passar do tempo, novos membros estavam sendo agregados a colônia sem passar pelo processo de triagem e requisitos obrigatórios, sem “fazer exame”, estritamente proibido pela legislação do “Perímetro Irrigado”. Essas pessoas recebiam “casa, a terra aradada primeiro do que os outros colonos”, ganhavam o “direito de pescar e caçar”, mesmo sem experiência e nem ser “homem da roça”.

O Gerente do Projeto pretende tirar uns colonos para colocar outros como: fazendeiro, comerciante em compra de gado, proprietários de boas casas na cidade, proprietários de carro de praça e fazendeiro com mais de 65 anos de idade, onde tem outros colonos paupérrimos que tem bastante necessidade, pai de 10-12-14 filhos de menores de idade, tirando ainda o direito a empréstimo dos que permanecem no perímetro.⁵¹

O relato acima faz parte de um dos abaixo-assinados feitos pelos colonos expulsos de *Várzea do Boi* em 1977, conflito que ganhou grande repercussão no Estado, no Nordeste e em jornais de grande circulação do país como “*O Estado de São Paulo*” e “*Folha de São Paulo*”. Ao todo foram expulsas 10 famílias, acusadas de descumprirem uma série de regras. Entre as faltas estava a de viverem “embriagados e brigando”, que não cuidavam corretamente do gado e que não plantavam nem tinham um bom tratamento com a produção. Em janeiro, receberam um ofício firmado pelo Gerente substituto, comunicando a proibição de qualquer exploração do perímetro, alegando que o contrato celebrado com DNOCS estava rescindido. No dia 19 de maio de 1977, receberam outro ofício, fornecendo um aviso de despejo no prazo de 30 dias.

Como já apresentado, desde o começo do projeto de irrigação *Várzea do Boi*, uma série de medidas abusivas começaram a ser praticadas, desfigurando o funcionamento do perímetro. Os administradores passaram a agir de forma unilateral, desconsiderando os direitos contratuais firmados no início do programa. Nessa lógica, os camponeses estavam por viver à margem de qualquer organização, sendo colocados como meros agentes passivos. Essa atitude acabou gerando vários questionamentos, sobretudo porque as promessas firmadas pelo governo não estavam sendo cumpridas.

Desde o início, os colonos contaram com a parceria do sindicato e equipe paroquial de Tauá, ainda que o primeiro tenha recebido várias críticas pela sua omissão no decorrer do

⁵⁰ Abaixo-assinado do Perímetro Irrigado *Várzea do Boi* – Tauá – CE., “*Ao Diretor da 2ª DR DNOCS*” – FORTALEZA-CE. Tauá, 1980.

⁵¹ Idem.

conflito. Esse auxílio contribuiu para a conscientização dos colonos, que diante dos momentos de descumprimento das regras, argumentavam constantemente por maiores esclarecimentos.

A partir desse momento, o camponês que ousasse tecer alguma crítica às determinações dos técnicos e irregularidades, eram “suspensos e proibidos de trabalhar nas áreas que lhe estavam arrendadas e nas quais tinham posse legítima”. O simples interesse pelas prestações de contas já era motivo suficiente para minar a relação. Até que em 1977, depois de várias ameaças, as famílias foram finalmente expulsas. Daí em diante, iniciou uma luta incessante de resistência pela manutenção dos trabalhos e reintegração da posse da terra.

Dos 10 colonos notificados, quatro deles, “vencidos pelo cansaço e desesperados pelas necessidades da família, saíram de suas casas e foram procurar sanar a situação fora”. Das famílias, muitas delas viviam situação de extrema necessidade, sem recursos para alimentação, moradia e vestimenta. Gilberto Juvenal de Sousa precisou vender sua “cabeça de gado para atender às necessidades dos filhos”. Com a venda, conseguiu comprar “saco de arroz, açúcar e outros gêneros de primeira necessidade”, satisfazendo carências muito imediatas. José Pereira da Silva foi outro que precisou tomar uma atitude radical para trazer o sustento da família:

José Pereira da Silva, vendo a família passando fome, foi consultar ao Dr. Raimundo Remo se podia vender um garrote, mas recebeu uma resposta, “se vender tomo o dinheiro na marra”. Se quiser tem que vender todas as rezes. Ele foi obrigado a vender tudo por 42.000,00 cruzeiros, sendo que o dinheiro era para receber num prazo de 30 dias. Receberam o dinheiro e até o momento não vi a cor do dinheiro.⁵²

Os demais permaneceram em *Várzea do Boi*, lutando de diferentes formas e usando das mais variadas estratégias, na tentativa de verem legitimada sua causa. Para isso, entraram com ações na justiça, buscaram apoio das autoridades constituídas e da opinião pública. Uma das primeiras medidas foi escrever para o quarto militar da sucessão ditatorial, o general Ernesto Geisel. Nessa carta, fica claro que a principal razão para o boicote foi o conflito de interesse na prestação de contas entre as partes. Ao entregarem a produção, os colonos recebiam um documento comprobatório, onde se fixava o preço dos produtos em quantitativos muito inferiores aos do mercado. O feijão, por exemplo, era recebido a um cruzeiro, enquanto na feira era vendido a seis. Dessa forma, os colonos sentiam-se roubados e por isso pressionavam os administradores pelas comprovações das contas.

Passaram a denunciar a exclusividade que os administradores do DNOCS exigiam. Para isso, usavam da Legislação Agrária que dizia que “a lei assegura ao Colono a faculdade de dispor livremente de sua produção, sendo expressamente proibida venda exclusiva ao

⁵² Abaixo-assinado “Ao Diretor da 2ª Diretoria do DNOCS, Diretor da Divisão de A. ao Perímetro e Presidente da Federação”. *Várzea do Boi*, 17 de agosto de 1977.

proprietário da gleba”⁵³. Na via contrária, o DNOCS impunha, sob pena de exclusão, que a produção fosse vendida, com obrigatoriedade, à própria administração do projeto, contrariando a determinação legal.

Os colonos recorriam sempre ao Estatuto da Terra e as garantias por ele determinadas. Para eles, segundo a carta enviada ao diretor Godofredo Chaves, bastava estudá-lo para “ver se dá ou não o direito ao trabalhador rural de permanecer e trabalhar na terra que trabalha ou mora nela”⁵⁴. Alegavam que o arrendamento estava em pleno vigor e o DNOCS queriam fazer prevalecer um “contrato inominado”, que não tinha sido assinado por grande parte dos colonos. Pelo Estatuto da Terra, como o arrendamento em funcionamento, os colonos não poderiam ser despejados antes de rescindido o contrato. “E, como o contrato é bilateral, não pode ser rescindido unilateralmente pelo arrendador”⁵⁵. Mesmo depois da rescisão, os colonos deveriam ser indenizados pelas benfeitorias realizadas, fato que também não ocorreu com as famílias. O esgotamento físico e mental fazia alguns a cederem as chantagens, na esperança de receberem recompensa; entretanto, eram despejados sem reconhecimento dos seus direitos. Os colonos denunciavam que os responsáveis estariam indo contra as Leis Agrárias do País, “pois todos eles são agricultores” e precisavam receber pelo seu “suor” e “trabalho”.

O processo de expulsão compulsória das terras ocorreu antes de qualquer decisão definitiva da justiça, desconsiderando a ampla defesa dos “varzanteiros”, o que fazia dessa atitude uma medida ilegal. Essa determinação criminosa trouxe consequências seríssimas, não só para os que resolveram sair da colônia como para os que ficaram. Dos expulsos, quatro deles tomaram a frente da resistência (Antônio Totó, Luiz Gonçalves, Francisco Ferreira e Gilberto Juvenal), assinando boa parte dos documentos enviados às autoridades ou destinados à circulação pelas regiões, documentos esses que divulgavam os desdobramentos. Em abril de 1978, passados mais de um ano da notificação, os colonos formularam um abaixo-assinado, descrevendo como estava sendo a vida naquele momento:

Mais uma vez estamos comunicando para todos a nossa situação como vem sempre se agravando no dia a dia.

Nós abaixo assinados já faz mais de um ano que estamos privados de trabalhar nas terras do Projeto de Irrigação Várzea do Boi, em Tauá-Ceará.

Não sabemos dizer realmente a culpa de quem é. Pedimos mais uma vez a justificação das faltas, pois já estamos em março sem plantar uma cova de nada, pelo motivo de terem nos proibindo de trabalhar numa terra que foi desapropriada e dita que ia nos servir para melhorar a vida do trabalho rural. Vejam já, está melhorando a vida do trabalhador? Será que não é mais um cativo?

⁵³ Carta ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, 1977.

⁵⁴ Abaixo-assinado “Ao Diretor da 2ª Diretoria Regional do DNOCS”. Tauá, 25 de março de 1978.

⁵⁵ Idem.

Esta luta pela justiça continua. Estamos respeitando uma lei e queremos que os outros também respeitem ela. Queremos voltar a trabalhar na terra que nos foi entregue.⁵⁶

Esse abaixo-assinado tinha uma razão estratégica, mas foi escrito principalmente para ser um pedido de socorro. O inverno tinha começado desde janeiro, e já era março e não podiam aproveitar o clima, porque estavam impedidos de plantar. Mesmo para os que se insurgiam contra as exigências imorais do DNOCS, desenvolvendo alguma atividade agrícola, ficavam atormentados com a insegurança da colheita, podendo ter suas culturas destruídas a qualquer momento. O caso estava na Justiça Federal desde novembro de 1977, mas até aquele momento não possuíam nenhuma garantia que ficariam na terra. Acostumados com o tempo da natureza, percebiam como o tempo da justiça podia influenciar o desenvolvimento nas suas atividades agrárias, afetando as suas vidas e de todas as famílias: “e o tempo vai passando e a nossa situação financeira e de saúde tá muito ruim. Estamos vendo a hora perder mais um inverno sem plantar”⁵⁷.

A vida passou a ser insuportável dentro de *Várzea do Boi*, os colonos suspensos passaram a ser investigados de todas as formas e com as mais diferentes justificativas. Em fevereiro de 1978, foram chamados a prestar depoimento na Delegacia da Polícia de Tauá, ao delegado federal Dr. Marçal. O motivo da investigação referia-se a uma cancela que teria sido supostamente cortada por Antônio Totó. Em sua defesa, dizia que tinha cortado a estaca para desobstruir a passagem, que o impedia de passar com sua carroça e ter acesso ao açude para “apanhar água”. A cancela em questão tinha sido fechada com cadeado, não se sabe por quem e com qual autorização, impedindo não só a circulação de pessoas como de animais. Por conta disso, acabou tendo prejuízo com sua vaca que estava perto de parir, decidindo então cortar a cancela.

As investigações se estenderam para os outros colonos. Gilberto Juvenal foi acusado de agredir a mulher de um dos vizinhos, que segundo ele essa acusação partia de um testemunho falso, de uma pessoa já conhecida por tumultuar a colônia. Mesmo sem nenhuma investigação e apresentação de provas, a simples denúncia foi suficiente para o DNOCS impor sanções sérias a Gilberto. Francisco Correia foi outro apontado por promover violência dentro da colônia, investigado por ameaçar arrancar o bigode do Dr. Remo, um dos administradores. Acusação essa também não provada. Por fim, Luiz Gonçalves foi interrogado sobre tiros que haviam sido dados dentro do perímetro, em suposta ação de caçada, proibido pela legislação do projeto. Regra essa nunca cumprida pelos empregados do DNOCS, que “atiram, matam, caçam,

⁵⁶ Abaixo-assinado “*Aos Exmos. Sres*”. Tauá, 9 de março de 1978.

⁵⁷ *Idem*.

eles têm seu ordenado certo e o colono nem possui uma espingarda que a muito anos possuía, chamam logo a Polícia Federal para levar”⁵⁸.

Na delegacia, os camponeses foram obrigados a prestar depoimento, tirando “retrato com uma placa no peito”, fichando-os e tirando suas digitais. Ao perguntarem ao delegado a razão de estarem sendo processados, “o delegado disse que através de um chamado do Juiz nós vamos ter a oportunidade de saber”.

Apesar da demora no tempo da justiça, não se pode falar o mesmo do tempo da repressão. Em outubro de 1977, por intermédio de um advogado cedido pela Ordem dos Advogados do Ceará, entraram na Justiça Federal para defender o direito de exploração da terra, além de denunciar as ameaças que vinham sofrendo desde o momento em que resolveram descumprir a ordem do DNOCS. Mesmo com a ação *sub judice*, os administradores moveram uma série de retaliações, com o objetivo de forçar os colonos a desistirem da luta. A carta divulgada pela Equipe Paroquial de Tauá mostra as sucessivas tentativas de intimidação promovidos pelos agentes da Autarquia Federal:

Aos amigos da comunidade.

Esta carta tem como finalidade continuar informando aos cristãos de como está se encaminhando a luta dos colonos que foram suspensos em janeiro de 1977.

Como vocês sabem desde outubro que o caso entrou na Justiça Federal, por intermédio da Ordem dos Advogados, diante de tantas perseguições que eles já vinham sofrendo. Os mesmos continuam firmes, na esperança e na paciência de que a Justiça dê o resultado.

Apesar do caso está na justiça as perseguições continuam existindo:

No dia 9 de janeiro, como agricultores e animados pela força do inverno estava preparando as terras para plantar, quando receberam por escrito uma ordem da gerência local do DNOCS proibindo de fazerem qualquer trabalho da área.⁵⁹

Inúmeros casos de violação de domicílio vinham sendo registrados dentro da colônia. No dia 18 de janeiro, homens ligados à gerência, acompanhados de pessoas não identificadas, resolveram invadir armados algumas casas, alegando procurar armas. Na oportunidade, reviraram a casa inteira, desde a “sala da frente até o banheiro”. Como os colonos não estavam em casa, as esposas e os filhos foram os que acabaram sofrendo com a repressão. A filha de Antonio Totó, por exemplo, diante da ação truculenta, acabou sofrendo alguns traumas, ocasionando até em desmaios. A moça precisou ser hospitalizada com urgência, sendo levada pelo pai, em um primeiro momento, ao hospital de Tauá, mas por conta da gravidade do trauma, teve que ser transferida para Fortaleza, para passar por um tratamento mais sério.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ Carta “*Aos amigos da Comunidade*”. Tauá, 25 de janeiro de 1978.

No dia seguinte, os administradores, novamente armados, voltaram às casas das famílias, desta vez encontrando os “varzanteiros”. Disseram que as terras que atualmente eles exerciam algum tipo de atividade agrícola, seriam destinadas a outras pessoas, o que, de fato, já havia acontecendo. Os funcionários do DNOCS plantavam, de forma arbitrária, em algumas áreas, e entregavam para pessoas desconhecidas. Ameaçaram processar toda e qualquer pessoa que ousasse desobedecer às ordens.

Tempos depois os colonos entraram com duas representações penais junto a Justiça de Tauá, “na defesa da integridade dos seus lares e no resguardo de seus direitos como cidadãos”, contra os servidores da autarquia que estiveram à frente das repreensões. Na primeira representação, o Ministério Público “ofereceu denúncia por crimes de violação de domicílio, ameaça e exercício arbitrária das próprias razões”⁶⁰. Na segunda, foram acusados de “atentarem contra a liberdade de trabalho, protegido pela Constituição e pelo Código Penal Brasileiro”.⁶¹

A tática dos administradores era sufocar qualquer tipo de alternativa que prolongasse a resistência. Impedir sua produção e intimidar seus familiares, era apenas algumas delas, mas existiam outras, como isolá-los de qualquer possibilidade de ajuda. Qualquer outro irrigante de *Várzea do Boi* que mantivesse algum tipo de contato com os colonos suspensos, seja mesmo em visitas casuais, entravam na mira dos administradores. Essas pessoas passavam a ser intimidadas e examinadas de perto, minando qualquer tipo de relação; afinal, não eram todos que se sentiam confortáveis em arriscar suas terras.

As pessoas que trabalham com o DNOCS andam examinando quais são os colonos que estão andando nas casas dos colonos suspensos que somos nós. Como que a gente exigir aquilo que a lei nos assegura fosse uma doença contagiosa.⁶²

Na tentativa de isolamento, a Diocese de Crateús passou a ser o alvo principal dos expropriadores, muito por conta da sua força local e de sua capacidade de articulação. Essa aliança representava um bloco perigoso para as pretensões do DNOCS em *Várzea do Boi*. Logo que tomou conhecimento dos primeiros esforços para expulsar os colonos, Dom Fragozo escreveu uma carta pastoral, sob o título “Os colonos na Várzea do Boi”, contando a história da colônia e fazendo um apelo para que fossem feitas as devidas investigações. A carta seria distribuída para todos os boletins e jornais do país, além de ser entregue ao Governador do Estado, Adauto Bezerra, ao superintendente da Sudene, José Lins de Albuquerque, e ao diretor do DNOCS, José Osvaldo Pontes, na oportunidade em que vieram para Tauá inaugurar o

⁶⁰ Abaixo-assinado “Ao Diretor da 2ª Diretoria Regional do DNOCS”. Tauá, 25 de março de 1978.

⁶¹ Idem.

⁶² Abaixo-assinado “Aos Exmos. Sres”. Tauá, 9 de março de 1978.

primeiro núcleo do Projeto Sertanejo no Ceará. Pelo compromisso cristão, o bispo de Crateús alegava que não teria “o direito de ficar surdo diante do clamor dos que sofrem injustiça”. Para ele, a confissão de fé passa pelo compartilhamento “com os fracos da esperança de justiça”, pois sem isso “ela se tornou o ópio do povo e um frio para libertação”. Esse motivo “radicalmente evangélico” o levou a escrever a Carta Pastoral.

Desde o início da implantação do projeto, a Diocese de Crateús sempre esteve bem atenta às implicações da intervenção agrária no município. Para Dom Fragoso, era justo que o STR de Tauá e a principal paróquia, Nossa Senhora do Rosário, despertassem interesse pelo empreendimento. Assombrados com o estreitamento das relações junto aos colonos, “proprietários da área beneficiada, o delegado local da polícia militar e políticos interessados viram na justa reclamação dos vazanteiros, do Sindicato e da Paróquia, uma ameaça de subversão”⁶³.

Dom Fragoso denunciava o clima de perseguição que vinha crescendo, com a detenção em Fortaleza do delegado do STR de Tauá e, posteriormente, interrogatórios de dezenas de sócios do sindicato. Uma das reuniões dos “varzanteiros” foi dissolvida pela Polícia Militar, por estarem reunidas com sócios e advogados da Federação. Mas o caso que acabou gerando maior comoção da Diocese, foi a expulsão do país do então padre de Tauá, José Pedândola. Depois de sua deportação, sem direito a defesa, outras pessoas ligadas a diocese passaram a integrar o núcleo perseguido, exemplo do irlandês Bernardo Holmes, vigário em Tauá naquele momento. O caso começou na inauguração do Projeto Sertanejo, no Trici Clube, em Tauá, em que foi escolhido para proferir um discurso para os presentes e autoridades do Estado. Esse projeto seria instalado também na localidade de *Várzea do Boi*, e a Diocese de Crateús já havia demonstrado apoio ao Perímetro Irrigado, ainda em seu germe, organizando reuniões para convencer os camponeses a participarem do projeto, entendido, à época, como uma iniciativa exitosa. Por conta disso, o padre Holmes resolveu transmitir uma contundente mensagem, revelando os receios com mais uma intervenção agrária do Estado:

Mas, nesta ocasião, sinto-me chamado a dizer mais uma palavra, que talvez não agrade a todos – mas, se eu não dissesse, não seria digno da minha vocação de ser testemunha do Evangelho de justiça de Jesus Cristo. Me refiro à situação dos colonos da *Várzea do Boi* – um outro projeto que levantou tanto esperança no meio dos agricultores dessa região. E eu fui um, como vigário, que nos lugares pelo interior animei os homens a arriscar esta aventura. Eu fui um que expliquei em muitas reuniões as possíveis vantagens desse projeto. E hoje, para ser coerente e sincero, sinto a obrigação de falar diante das autoridades máximas aqui reunidas, que, para muitas dessas famílias, o

⁶³ Boletim Informativo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e Confederação Regional do Brasil Norte II. Belém-PA, 30/10/1977. p.12

projeto irrigado da Várzea do Boi tem sido uma decepção, uma experiência dolorosa, uma época de sofrimento, de perseguição e até de injustiça.⁶⁴

Aproveitando a oportunidade, entregou a carta pastoral escrita por Dom Fragozo “às autoridades de alta responsabilidade”, reafirmando sua defesa às famílias irrigantes, “pedindo uma justificação das acusações falsas, e exigindo que se faça uma sindicância dos fatos reais”. O discurso chocou as autoridades presentes, ganhando bastante repercussão nos principais jornais do país, em especial, por conta da dimensão que o conflito já vinha tomando ao longo dos meses. O nome do padre passou a ser comentado nos noticiários, reverberando as possibilidades de retaliação ao religioso.

Dias depois, o *Jornal O Estado de São Paulo* divulgou uma matéria tratando sobre o encontro no Trici Clube e os possíveis desdobramentos do discurso do vigário. Com o título “Revelado plano no Ceará para expulsar o padre”, o correspondente traz as declarações do governador Aduino Bezerra em relação ao ocorrido, revelando a total indignação com a manifestação do religioso: “Não sei porque esse padre deixou o seu país de origem”.

Segundo informações extraoficiais, depois desse episódio o governador teria determinado à Secretaria da Segurança Pública e ao Serviço Estadual de Informações um levantamento minucioso das atividades pastorais do padre Holmes para instruir processo de sua expulsão do País. (*Jornal O Estado de São Paulo*, 1977, p. 56).

A suposta ameaça de mais uma expulsão, episódio já ocorrido com Pedândola, movimentou os mais altos setores da Cúria Metropolitana. O *Jornal Folha de São Paulo* divulgou que a Igreja Católica passou a ver com enorme preocupação as últimas informações:

FORTALEZA – A Igreja Católica está apreensiva com a possibilidade de expulsão do país do padre irlandês Bernardo Holmes. Na Arquidiocese de Fortaleza, certos setores admitiram que o cardeal Aloísio Lorscheider, presidente da Conferência Nacional dos Bispos em Roma, antecipará seu retorno a Fortaleza para cuidar do problema e fazer gestões junto às autoridades sobre o assunto. Quatro bispos da arquidiocese enviaram carta ao governador Aduino Bezerra pedindo sua interferência no caso. (*Jornal Folha São Paulo*, 1977, p. 51).

A carta em questão foi entregue tanto ao governador, assim como ao comandante da 10ª Região Militar, general Milton Tavares, pelo bispo auxiliar Raimundo Castro e o padre José Hanrahan, superior da Congregação Redentorista do Ceará, cujo conteúdo não foi divulgado à imprensa. Em resposta à imprensa, o governador negou a existência de qualquer plano de expulsão, mostrando-se surpreso “diante das notícias sobre suposto plano”.

Esses acontecimentos transformaram um clima já muito hostil na população dos sertões de Crateús e Inhamuns, em um contexto de ebulição generalizada. A Carta Paroquial de

⁶⁴ Discurso proferido pelo Vigário de Tauá, Pe. Bernardo Holmes, no Trici Clube, Tauá. Outubro, 1977.

Tauá, repercutida pelo *Jornal O Estado de São Paulo*, descreveu a atmosfera de “medo existente na cidade”, com boatos segundo os quais o vigário seria deportado e os membros da equipe paroquial presos, acusados de praticarem subversão. Os colonos de *Várzea do Boi* incidiam também na mesma preocupação de prisão, por serem apontados como “violentos, criminosos e perigosos”.

Algumas pessoas em Tauá querem criar um clima de medo, na cidade e dentro da área Irrigada da Várzea do Boi. No dia 17 de outubro, dois visitantes da Suécia, jovens estudantes, que se hospedaram na Casa Paroquial foram presos quando visitaram o projeto de irrigação, juntamente com um colono.⁶⁵

Os jovens foram encaminhados a residência local do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, para serem interrogados. Uma autoridade militar trouxe um dos estudantes para a Casa Paroquial de Tauá, com o objetivo de buscar suas malas. Quando o militar chegou até o local, conseguiu abrir a porta principal, pois estava de posse da chave. Nos lugares que não tinha acesso facilitado, acabou arrombando, como o quarto do padre Alfredinho, que estava com a porta trancada. No momento do arrombamento, nem Alfredinho nem Holmes estavam presentes no local.

Para explicar a prisão dos dois estudantes, o comandante do acantonamento emitiu uma nota oficial, “na qual afirma que houvera entrevista de caráter livre e espontâneo depois de serem convidados a comparecer à Cia”. Na nota ainda diz “que um dos estrangeiros foi acompanhado de um oficial para buscar seus pertences”⁶⁶. E como não havia nada contra eles, foram convidados para um jantar e depois os dois se retiraram. O que de fato ocorreu foi que depois de interrogados, quando receberam de volta os seus pertences, alegaram faltar mais “de hum mil cruzeiros de seu dinheiro”.

Quando padre Alfredinho tomou conhecimento da invasão, resolveu publicizar o acontecimento as comunidades, lamentando o ocorrido e convocando a todos a refletirem por meio de jejum e oração. Mobilizou as pessoas por meio da fé, mostrando sua indignação perante as injustiças e arbitrariedades cometidas contra os colonos e a pastoral:

Estes fatos de desrespeito da pessoa me levaram a tomar as seguintes medidas:

- 1) Fazer um JEJUM ABSOLUTO, só água, do dia 17 ao dia 25 à noite.
- 2) Convido a você, seja às 6 horas, seja às 12 horas, ou 18 horas a fazer um jejum comigo.
- 3) Animar cada dia tempo de “oração pública”, para firmar nossa fé neste sofrimento que estamos passando. A oração será às 6 da manhã e às 18:30 da noite.

⁶⁵ Carta da Equipe Paroquial de Tauá. Tauá, 21/10/1977.

⁶⁶ Boletim Informativo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e Confederação Regional do Brasil Norte II. Belém-PA, 30/10/1977. p.15.

4) O lugar dos encontros é na Igreja Matriz. (Kunz, 1977, p. 56)

A convocação recebeu a adesão de cristãos, que passaram a acompanhar o padre durante toda semana no propósito de penitência, na Igreja Matriz, um dos principais polos de encontro da população local. Mas a iniciativa não foi suficiente para diminuir a repressão, pois no dia seguinte a invasão da paróquia, funcionários do DNOCS, “armados com rifle e revólveres, e vários soldados armados, cercaram a casa dos três colonos”, prendendo dois deles: Francisco Correia e Juvenal Gilberto. Os colonos foram levados até a cadeia, encaminhados a um local chamado de “quarto da onça”, obrigando-os a tirarem praticamente toda a roupa, restando somente a cueca. Passaram a noite toda presos, sendo liberados somente no dia seguinte, a partir de um pedido de *Habeas Corpus*, feito pelo advogado do STR de Tauá.

A repercussão do conflito levou a Assembleia Legislativa do Ceará a convocar o diretor-geral do DNOCS, o engenheiro José Osvaldo Pontes, a prestar mais esclarecimentos sobre os últimos acontecimentos. A iniciativa partiu do deputado emedebista Fábio Arruda, por meio de um requerimento, lembrando ser “oportuno destacar que sérias e graves denúncias foram feitas pelo Vigário de Tauá, e, posteriormente, secundadas pelo Bispo de Crateús, acerca das irregularidades que estariam ocorrendo naquele perímetro” (Jornal Correio do Ceará, 1977, p. 52). O requerimento designava uma comissão de deputados, para tratar, junto ao DNOCS e às autoridades religiosas, das irregularidades e dispensa dos colonos, tratados como preguiçosos, irresponsáveis e agitadores.

O diretor-geral já vinha prestando uma série de declarações contra os colonos. Em entrevista ao *O Estado de São Paulo*, já buscava refutar as acusações feitas pelo bispo, na sua vinda a Fortaleza, acusando de ser no “mínimo mal-informado”. Pontes não acreditava no clima de animosidade no perímetro, considerando a insatisfação dos colonos expulsos um caso isolado.

Osvaldo Pontes, que tomou para si todas as acusações de dom Fragoso, confessou que solicitou a ajuda de agentes da Polícia Federal para pressionar os colonos, pois “os infratores, ou seja, aqueles que não estão mais interessados ao DNOCS, estão ocupando uma área que não lhe pertence”. Das seis famílias que o bispo dissera que estavam dispostas a brigar até o fim contra o órgão, o diretor disse que quatro já concordaram em sair e insinuou que a resistência dos colonos só pode estar sendo orientada por alguém. “Dom Fragoso, quem sabe...” (Jornal O Estado de São Paulo, 1977, p. 65)

Na matéria, insinuava que Dom Fragoso era um dos mentores por trás do conflito, e que a saída de algumas famílias revelava a capacidade dos administradores em mediar o imbróglio. Na verdade, por trás do distanciamento de algumas pessoas da luta, existiam prisões

arbitrárias, interrogatórios solicitados pela polícia e ameaças armadas de pistoleiros contratados pelos administradores do DNOCS.

Continuar lutando sem poder plantar tornava um grande desafio para muitos. Enquanto o caso se desenrolava, o inverno chegava no perímetro, “mas os irmãos colonos continuam na angústia de não poderem plantar o seu roçado”. Existiam casos em que a manutenção familiar dependia “da venda de um pouco de leite, apurando uns duzentos cruzeiros”; no entanto, com as proibições, tanto a venda como o próprio consumo das crianças ficavam prejudicados: “vivemos precariamente, as famílias só faltam morrer de fome”⁶⁷.

Passado mais de um ano desde a proibição, em um abaixo-assinado, os camponeses fizeram um fortíssimo desabafo em relação a tudo que estavam vivendo.

Estamos todos neste sofrimento por causa de boas promessas e nos deram um cativeiro dos infernos. Fomos todos iludidos e podem acreditar que isto é uma verdade. Nos falta dinheiro para comprar o remédio, comprar alimentos. Demos graças a Deus os companheiros que nos mandaram algumas ajudas.⁶⁸

O plano vendido pelo governo de mudança de vida e desenvolvimento agrário, transformou-se em um abismo sem fim. Sem recursos e falta de estrutura, potencializado pelo sofrimento, a saúde pouco a pouco ia sendo fragilizada: “Em todas nossas casas se encontram pessoas doentes”. Quando ocorria algo mais grave, como o acidente envolvendo o filho de Luiz Gonçalves, a falta de dinheiro impossibilitava qualquer tipo de procedimento. O problema no joelho do seu filho, em razão de um acidente com uma pedra, passou meses sem solução, dada as dificuldades de radiografia e hospitalização, e o pai envolvido numa guerra infinita, pouco podia fazer. De tudo, o sustento dos filhos era o que mais impactava os camponeses.

Conviviam com a humilhação diária, e muitas vezes sofriam com agressões físicas. A esposa de um dos colonos, chegou a apanhar de um dos funcionários do DNOCS, chamado Jorge, quando na safra de mangas foi colher para um dos seus filhos. Como a colheita era proibida naquele local, foi covardemente agredida. Por diversas vezes a Polícia Federal promoveu batidas na casa dos colonos, interrogando-os quase como criminosos, ameaçando enquadrá-los na prática subversiva. Tudo isso somado acabava minando a força de resistência que vinha sendo prolongada. A ajuda das comunidades vizinhas contribuía bastante para a permanência no perímetro. Pessoas que moravam nas adjacências, que conseguiam desenvolver algum tipo de atividade agrícola, acabavam destinando um pouco da safra para partilhar:

⁶⁷ Abaixo-assinado “Ao Diretor da 2ª Diretoria do DNOCS, Diretor da Divisão de A. ao Perímetro e Presidente da Federação”. Várzea do Boi, 17 de agosto de 1977.

⁶⁸ Abaixo-assinado “Aos Exmos. Sres”. Tauá, 9 de março de 1978.

Esta luta vem sendo ajudada por muitos companheiros e comunidade que desde o começo tiraram um pouco da sua safra para repartir com os companheiros de luta. Quem sabe, em algumas comunidades vão se reunir outra vez para pensar juntos sobre o sentido desta luta, e podendo repartir, vão mandar um pouco do que tiraram para os companheiros da *Várzea do Boi*.⁶⁹

Em carta ao Prefeito Municipal de Tauá, os Trabalhadores Rurais exigiam que no Plano de Emergência do ano 1980, “que sejam incluídos nestas Bolsas Familiares os colonos dos projetos de irrigação”⁷⁰. No pedido, os trabalhadores solicitavam ao prefeito que o documento fosse endereçado às autoridades competentes do Estado do Ceará, auxiliando os já muito combalidos camponeses de *Várzea do Boi*.

O tempo da repressão, da escassez e da fome, chegava mais rápido que o tempo da justiça. A ação por reintegração de posse, durou anos na justiça. O DNOCS entrava com uma liminar, mas por insuficiência de provas, o pedido era negado. Em uma dessas oportunidades, o juiz federal, Roberto Queiroz, negou a reintegração, pois as alegações não convenciam.

O órgão contra as secas citava, na inicial, como testemunhas contra os colonos, o seu próprio diretor regional, engenheiro Raimundo Bezerra de Figueiredo, e a extensionista social Maria de Lourdes Lima. Os dois últimos são apontados como principais causadores das divergências entre os colonos e o DNOCS. (Jornal Brasília, 1978, p. 18).

Por conta da decisão judicial, os colonos ganhavam tempo de defesa, entretanto, nunca conquistavam uma vitória definitiva. O DNOCS passou a coagir testemunhas do próprio perímetro, muitos deles desafetos antigos dos colonos. Em mais uma carta enviada às comunidades, queixavam-se da conivência dessas pessoas com o DNOCS, forjando “acusações contra a própria classe deles, dando força para os administradores mais tarde fazer com eles o que fizeram com nós”.

Na hora da testemunha falar contra nós, o nosso advogado disse para o juiz que as testemunhas não podiam ser ouvidos porque, eles vinham sendo nossos inimigos, sempre estavam a serviço do DNOCS, sendo contra nós. E o juiz aceitou o que nosso advogado disse, isto nos mostra mais uma vitória. Por insistência do advogado do DNOCS eles prestaram depoimento, mas sem compromisso na questão, nada vale as palavras deles para o juiz.⁷¹

O DNOCS obrigava as testemunhas a prestarem depoimento de acusação, caso contrário, seriam integradas no mesmo sistema de retaliação promovida. Essa postura levava além dos “inimigos”, outras pessoas a forjarem seu depoimento por medo de perderem suas terras, sendo mais um fator de desgaste. As audiências intermináveis em Fortaleza contribuía muito para esse consumo físico e mental, forçando os colonos a gastarem com deslocamento,

⁶⁹ Casa Paroquial de Tauá, 16/08/1979.

⁷⁰ Carta ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Tauá, Ceará, Joaquim de Sousa Bastos, 05 de junho de 1980.

⁷¹ Carta “*A todos os amigos e companheiros*”, Tauá, 16 de agosto de 1979.

comida e estadia. Em uma dessas audiências, Antonio Totó não pôde comparecer “por estar doente e falta de dinheiro”. Mesmo para os que conseguiam, não juntavam recursos suficientes. Para os colonos, o aparato oferecido pelo sindicato muitas vezes não era suficiente para satisfazer as necessidades, gerando muitos atritos pela falta de auxílio. Em vários documentos, são mencionadas falhas. Houve casos em que os colonos, após a audiência, ficaram vagando por Fortaleza, “sem dinheiro pra nada”. Foram impelidos a procurar a Federação local, em busca de algum recurso, conseguindo apenas uma passagem de volta a Tauá, “e amigos em Fortaleza nos deram as outras duas”.

A luta judicial demorou mais de seis anos, sangrando os irrigantes até a última gota, perpassando um dos períodos mais sofridos dos sertões de Crateús e Inhamuns, que foi a seca dos cinco anos. No começo do ano de 1984, a justiça deu causa ganha em favor dos colonos, sendo o DNOCS condenado a pagar todas as custas processuais. Para anunciar a vitória, os colonos optaram por utilizar uma arma que muito os ajudou na longa odisseia em *Várzea do Boi*: a escrita. Escrevem uma *Carta Aberta* direcionada “a todos que lutam por melhores dias, por uma renda justa, por terra para trabalhar, pelos direitos humanos etc:

Agora depois de 6 anos quando a seca já vai passando para o sexto ano. A justiça julga o processo a favor dos 4 (quatro) que resistiram: Antonio Ferreira, Francisco Correia de Oliveira, Gilberto Juvenal de Souza e Luiz Gonçalves (vulgo-caladinho). Sendo o DNOCS condenado a prestar contas com os colonos e pagar o nosso Advogado um valor de 20% do valor da causa. Não foram os 4 colonos que ganharam a causa, digo a questão, foram todos aqueles que ajudaram, que contribuíram com 1kilo de farinha, 1 kilo de feijão, arroz etc.⁷²

Compartilham a vitória com os companheiros, pois compreendem o valor da mobilização coletiva, da força das palavras de incentivo e da partilha de alimentos. Terminam a carta agradecendo a todos que, de alguma forma ajudaram, levantaram recursos, suportaram juntamente com eles o ônus da ineficiência da intervenção agrária nos sertões e nos interesses escusos por trás dos grandes investimentos.

4.2 Uma cultura de resistência

O conflito em *Várzea do Boi* revela a complexidade da intervenção estatal nos sertões de Crateús e Inhamuns, apresentando o enfrentamento diário e as formas de mobilização desses sujeitos em defesa daquilo que circunda seu cotidiano, sua moradia, sua filosofia e seu trabalho. A resistência das famílias de Antonio Totó, Gilberto Juvenal, Francisco Ferreira, Luiz Gonçalves e tantos outros colonos que sofreram e lutaram pela manutenção de suas atividades em *Várzea do Boi*, mostra a capacidade de articulação desses sujeitos em afrontar o aparato

⁷² Carta Aberta Vitória dos colonos. *Várzea do Boi*, Tauá, 14 de fevereiro de 1984.

repressivo do Estado, aparelhado por segmentos da sociedade civil, política, militar e funcionalismo público, em benefício a interesses privados e escusos.

Desperta atenção os vários componentes inclusos nesse confronto, envolvendo setores da Igreja, dos sindicatos, da imprensa popular e de entidades, prestando ajuda ou amplificando a reivindicação dos camponeses. É importante mencionar que o caso em *Várzea do Boi* não foi um acontecimento isolado, fruto de uma ação inédita e aleatória nessa região; pelo contrário, são inúmeros os eventos envolvendo repressão, desassistência pública, expropriação da terra e perseguição. Do mesmo modo, a parceria desenvolvida em torno da Diocese de Crateús, acabou por fortalecer todo um aparato de resistência que vai influenciar outros conflitos, utilizando métodos diferentes, a depender da ocasião e dos componentes. O historiador Frederico de Castros Neves, em seu livro *“A multidão e a História”*, ao pensar os saques e outras ações no Ceará, demonstra como as atividades empreendidas pela multidão, em tempos de seca, podem ser olhadas por meio de um aparato complexo de estratégias, escolhidas a partir das opções que surgem pelas circunstâncias do conflito (Neves, 2000).

Seguir por esse caminho contribui para fugirmos da perspectiva que transforma ações deliberadas em simples reações motivadas pela fome. Os estímulos biológicos são indícios de um prognóstico mais profundo, podendo explicar algo, mas longe de esclarecer tudo. A fome, enquanto sintoma aparente em uma sociedade desigual, por si só, não determina as táticas formatadas no dia a dia dos sertões, prescrevendo aleatoriamente o descontentamento dos atingidos e mobilizando de forma desordenada seus comportamentos reativos. Por isso, Natalie Zemon Davis inclui a cultura (religião, rituais e ideias) como fator basilar para o discernimento da lógica dos conflitos. Davis procura compreender o significado social da violência de massa, fugindo da ideia preconcebida de ocorrências impensadas ou efetuadas com agressividade desmedida, adentrando nos objetivos de seus atos e nos padrões de comportamento proporcionados pela cultura. Existe, nas suas operações, “em certa medida, uma percepção de que o que estão fazendo é legítimo, as ocasiões de algum modo relacionadas à defesa de sua causa e seu comportamento violento possui uma estrutura – aqui ritual e dramática” (Davis, 1990, p.151).

Pela manifestação cultural demonstrada nas festividades populares, a multidão conseguia, no início da França moderna, disseminar certos valores da comunidade, ao mesmo tempo em que fazia críticas contundentes à ordem social. Essa relação conseguiu ser enxergada graças ao aprofundamento, “com rigor e no detalhe”, nas mobilizações populares, investigando as nuances de cada conflito.

Nos anos investigados por esta pesquisa, um volume grande de conflitos movimentou a vida no campo, dando forma a uma série igualmente grande de mecanismos de resistência. Longe de serem percebidas apenas como uma reação às formas vigentes de dominação, as mobilizações populares carregaram o que estamos chamando aqui de cultura da resistência, ou seja, práticas construídas nas ruas, discutidas em reuniões, por vezes hesitadas nesses mesmos encontros, em alguns casos seguindo por caminhos mais violentos. Nessa lógica, contempla-se no estudo uma análise mais rica e que vai além da insubmissão súbita.

São muitos e recorrentes os espaços que os camponeses utilizam para conversar, estudar e debater as implicações da interferência civil e estatal no campo, trazendo uma preparação e atenção *a priori* às adversidades, ainda que o principal lugar de aprendizagem seja, de fato, a prática. A Diocese de Crateús nasceu com o objetivo de promover esses encontros, mesmo não sendo necessariamente ela o elemento direcionador. As pautas discutidas surgirão da particularidade de cada comunidade, e não da necessidade institucional católica ou de Dom Frago e sua equipe eclesial. Dessa forma, os sindicatos, as pastorais, os movimentos sociais e as associações, construirão de forma autônoma o roteiro das suas reuniões.

O impacto dessa relação fica claro quando pesquisamos os conflitos que movimentaram os sertões de Crateús e Inhamuns. Entre os muitos casos, podemos mencionar a luta de Maria Gomes da Silva, na sua jornada pela defesa de seus direitos trabalhistas, na fábrica em Algodoeira, município de Crateús, entre os anos de 1973 a 1977. Maria trabalhava junto a mais onze mulheres, retirando o resto de algodão que ficava dentro dos sacos. A função e o local faziam com que as mulheres tivessem muito contato com a poeira, gerada pela batida no saco de algodão. A carga de trabalho era muito cansativa, comparecendo aos domingos e dias santos, mas sazonal, ocorrendo durante 6 meses, acompanhando o tempo da safra do algodão. Para ganhar “4 contos por dia”, era necessário limpar cerca de “80 sacos”, tendo em vista que cada saco garantia ao trabalhador “50 centavos”.

O salário justo e o tempo de serviço não eram respeitados pelos patrões, os demais direitos muito menos. A prática para driblar a fiscalização na fábrica era obrigar os trabalhadores a se esconderem nos fundos da casa, acobertando as irregularidades trabalhistas. Em uma dessas visitas do fiscal, Maria tomou a decisão de não se esconder nos fundos da fábrica, atitude que daria o pontapé inicial na missão de lutar pela defesa dos seus direitos:

Quando o fiscal chegava, o vigia dava logo o sinal. Eu disse que não saía. O encarregado das mulheres disse que se eu não saísse prejudicava a firma. Eu disse que eu queria ver a firma era lascada. Eles encontraram agora uma mulher. Eles me chamaram de doída. Para defender os meus direitos quero ser doída. Ele me disse que me dava uma semana de folga. Eu disse que ele podia dar até um ano. Veio o

contabilista e perguntou se eu não ia sair. Eu disse que não. (Depoimento de D. Maria Gomes)

O motivo da insistência em permanecer no local estava no fato de Maria não ter seus direitos assegurados na carteira de trabalho, ficando vulnerável a exploração e as ameaças dos empregadores; dessa forma, usou da insubmissão a exigência ilegal como tática de pressão. Ao ser flagrada pelo fiscal, a empresa sofreria as sanções legais. Pelo risco iminente e pelo hábito em esconder funcionários, o contabilista estranhou a atitude de Maria, recorrendo à ameaça como prática punitiva e método de controle. Os direitos, encarados como privilégios, indignava o encarregado, usando da argumentação histórica, com raízes na escravidão. À época, os escravocratas pressionavam pela manutenção da escravidão, sob o risco de prejudicar a economia do país; aqui, Maria deveria ser conivente aos caprichos ilegais, caso contrário: “prejudicava a firma”.

Quando percebe a decisão firme e resiliente de Maria, o contabilista passa para um novo nível de ameaça, já não mais com uma semana de folga (não remunerada), mas com a dispensa sumária e imediata do emprego. Caso assinasse a carteira, prometia logo em seguida determinar a demissão: “assino hoje e corto amanhã”. A postura determinada atiçava ainda mais a sanha do contabilista, que disparava: “a senhora nem assinou e já perdeu o emprego. Pode arrancar que aqui vocês não trabalham mais”, o que faz Maria novamente rebater: “Eu posso deixar de trabalhar aqui, mas não é só aqui que tem trabalho. Quando se acaba a terra de Deus, tem a de Nossa Senhora. Vou sair atrás dos meus direitos. Vou direto ao INPS” (Depoimento de D. Maria Gomes).

Com a demissão oralizada, Maria decide “dá parte” no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), buscando maiores esclarecimentos sobre as garantias trabalhistas e as próximas ações que precisaria fazer para receber o que lhe era devido:

Saímos e fomo dá parte no INPS. Perguntei lá se tinha direitos ou não. Se só tinha direito de sair da firma com o pulmão cheio de poeira. Aí o INPS disse que trabalha sem direito quem quer pois todos tem os seus direitos. É só procurar. Entonces no outro dia fomo na fábrica com a carteira e ela foi assinada. Mas só trabalhemo quinze dia porque os home tão cheio de ódio de mim. Na fábrica um trabalhador disse: - “Não faça isso. Acompanha as outra. Assim a senhora prejudica a firma”. Já outros disseram: “Vão dá parte. Aí é mulher indo e voltando”. (Depoimento de D. Maria Gomes)

Quando voltou para fábrica para finalmente assinar a carteira, o contabilista questionou: por que a senhora foi dá parte da firma?”, ao que Maria devolveu: “merceia dar, vocês me expulsaram sem direito nenhum. Naturalmente eu tinha de procurar meus direitos”. Para Maria, a atitude partia de uma necessidade natural, para o contabilista, o natural era não pagar e muito menos respeitar a legislação trabalhista. Surpreendido com a resignação e ainda

mais preocupado com a proporção que aquela atitude geraria, depois de quinze dias da assinatura, “pediram a carteira prá dar baixa, e deram indenização de 415 cruzeiros”. De fato, junto com Maria, mais duas mulheres resolveram lutar pelo cumprimento legal dos direitos trabalhistas, terminando igualmente demitidas e indenizadas.

Contudo, o desafio em resistir a exploração ia muito além da fábrica, no próprio INPS o tratamento recebido pelas mulheres era hostil. Questionavam o porquê da reivindicação, da ação trabalhista e do dispêndio ao serviço público em intermediar aquela situação. Afinal, para o promotor de justiça: “já tem carteira assinada, salário. INPS e vem agora me atrapalhar e me ocupar com isso? Quem tá botando isso na cabeça de vocês, eu sei”. O último questionamento referia-se aos trabalhos desenvolvidos dentro das comunidades, das reuniões das pastorais populares, dos seminários temáticos, das assembleias, das organizações sindicais. Colocar “isso na cabeça”, na verdade, significava pensar a mulher como sujeito influenciável, incapaz de articular suas próprias lutas, sendo inadmissível tangenciar a submissão na estrutura patriarcal. Na tentativa de constrangê-las, surpreendem-se com a fonte que alimenta sua luta: “o movimento que eu participo”.

É do movimento participado por Maria que saia a convicção da existência de um conjunto de leis que resguarda, em alguma medida, o trabalhador, dando suporte a materialidade da sua resistência. A decisão de não se esconder, obrigando os encarregados, representantes do patrão, a encarar o fiscal e prestar maiores esclarecimentos, surge da consciência construída nesses espaços, fugindo da ideia isolada de uma atitude simplesmente corajosa.

A seca do começo da década de 1980, levou muitos trabalhadores a buscarem maiores esclarecimentos, participando de vários encontros nas comunidades, sendo ouvidos e escutando histórias dos companheiros. Era ali que os movimentos germinavam, quase sempre gerando documentos reivindicatórios, que seriam posteriormente distribuídos para as autoridades e entidades parceiras. Quando os trabalhadores rurais e urbanos dos municípios de Crateús, Tauá, Tamboril, Novo Oriente, Nova Russas, Poranga, Parambu, Ipueira e Independência foram desativados dos “Bolsões da Seca”, totalizando, segundo a carta reivindicatória da CPT, de mais de 80 mil trabalhadores, entre os meses de abril e maio de 1984, foram nas reuniões e assembleias que passaram a debater as estratégias para vencer “a situação de miséria, doença e falta de safra como consequência do desemprego”.

Em centenas de reuniões, debates e assembleias, os trabalhadores vem discutindo a situação da safra de 1984, avaliando os prejuízos provocados pela falta de sementes, de terra, de inseticidas, das altas rendas, do baixo preço dos produtos agrícolas, da mortalidade infantil e das doenças em consequência da falta e uma política que atenda as reais necessidades das populações urbanas e rurais. (Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1984, s. p.)

A CPT organizou uma assembleia em Crateús para trazer maiores esclarecimentos sobre a conjuntura, em razão da quantidade elevada de trabalhadores empregados nas frentes de emergência e uma quantidade ainda maior sem nenhuma atividade laboral. Na assembleia, falou-se sobre os “maus tratos, o atraso no pagamento, o controle do trabalho feito para prejudicar o trabalhador e uma série de denúncias” (Jornal O São Paulo, 1984, p. 8). O assunto já vinha sendo abordado na Assembleia de Planejamento das CEBs e Pastoral Paroquial de Crateús, denunciando as Campanhas de esmola, propagandas e as muitas promessas feitas para solucionar os problemas da seca e do funcionamento dos bolsões. O baixo salário pago, “que não dá nem para uma pessoa passar, imagine uma família” e a ineficiência dos auxílios, como os “cestões”, que eram descontados do salário e distribuídos pelo Batalhão do Exército, encarregado das obras dos Bolsões, não eram suficientes para alimentar uma família por mais de uma semana: “só o feijão, que é de péssima qualidade rende mais”, diz o documento assinado pelos membros participantes da assembleia. A distribuição de sementes aos camponeses, prometida pelo governo, pouco chegou.

Sempre após as reuniões, uma série de reivindicações eram enumeradas, apresentando a prioridade e os pontos estratégicos que a luta deveria seguir. No documento intitulado “*Aonde estão nossos direitos?*”, reivindicam: distribuição gratuita e imediata de sementes para todos os agricultores que precisam plantar; salário mínimo e em dia para todos os alistados nos bolsões da seca; Reforma Agrária verdadeira e uma política justa para o Nordeste; entre outras exigências⁷³. No documento já citada, “*Carta Aberta ao Povo e às Autoridades*”, já para o final do ano de 1984, em mais um encontro, os trabalhadores denunciariam “a maneira lenta e discriminatória no alistamento feito pelos Órgãos competentes”, os interesses politiqueros das recorrentes propagandas e campanhas assistenciais e a distância entre a letra do Estatuto da Terra, “completando seus 19 anos”, e uma “Reforma Agrária verdadeira para que a Terra sirva para quem quer trabalhar e produzir”.⁷⁴

Em um desses encontros, a CPT da Diocese de Crateús mobilizou uma grande passeata por várias cidades no extremo Oeste do Ceará, como Quixeramobim, Nova Russas, Ipueiras e Crateús, protestando contra o que qualificavam como discriminação do governo. O plano de emergência que começava a ser executado em todos os municípios atingidos pela seca, beneficiava, mais uma vez, um setor já historicamente favorecido pelos programas agrários: os latifundiários.

⁷³ Assembleia de planejamento das CEBs e dos grupos da Pastoral Popular de Crateús, 03 de março de 1984.

⁷⁴ Carta aberta ao povo e às autoridades (II), 27/11/1983.

A passeata organizada pela Diocese de Crateús terá a participação de agricultores de todo Oeste e de parte do sertão central do Estado, que, com faixas e cartazes, vão protestar contra alguns aspectos do plano de emergência, principalmente os relacionados ao alistamento de flagelados que moram e trabalham em fazendas de até 100 hectares.

Segundo o plano, apenas cinco agricultores podem ser alistados em cada uma dessas propriedades, nas quais em média, residem e trabalham 10 agricultores com suas famílias. (Jornal do Brasil, 1980, s. p.).

Durante o começo dos anos 1980, várias passeatas passaram a ser convocadas pelos municípios. Novamente em Ipueiras, também portando faixas e cartazes, cerca de 800 camponeses percorreram as ruas da cidade, requerendo trabalho, comida e a inclusão do município nos “bolsões”. O jornal *Diário da Manhã* descreve a passeata como “ordeira”, terminando “defronte ao prédio da prefeitura municipal, onde o prefeito Gonçalo Erasmo Medeiros falou aos agricultores, prometendo que iria levar a reivindicação ao governo do Estado e à Sudene” (Jornal Diário da Manhã, 1982, s. p.).

Dialogar com a Prefeitura da cidade era uma das formas utilizadas para exercer pressão, contudo, nem sempre o contato ocorria de forma tão amistosa, afinal, a vítima da seca tem pressa, a fome não espera o tempo dos acordos entre governos, com suas burocracias e prioridades. No município de Crateús, centenas de pessoas partiram em direção à prefeitura, reivindicando alimento e trabalho. Assustada “quando viu aquela multidão” e a força da sua mobilização, querendo entrar em seu gabinete, a prefeita Maria Leonete Camerino convocou a Polícia e ao comandante do 40º Batalhão da Infantaria, desejando transferir a reunião solicitada pelos “principais líderes do grupo” para o STR de Crateús. No sindicato, Leonete prometeu contato com o governador Virgílio Távora e com o superintendente da Sudene, no que “deram um prazo de 72 horas” para que as pautas exigidas fossem contempladas (Jornal de Brasília, 1980, s. p.).

Em Poranga, a sede da Prefeitura e do Sindicato Rural foram novamente os locais escolhidos pelos flagelados da seca, concentrando em número de aproximadamente 1.500 pessoas, para exigir do prefeito Gonçalo Bezerra de Menezes, em gritos de ordem: “alimento para fim de semana” e “trabalho”, nessa ordem de prioridade. O volume da ação impeliu o prefeito a tomar medidas emergenciais, mobilizando o comércio local a distribuir gêneros alimentícios:

Tivemos que fazer uma espécie de mutirão junto ao comércio para distribuir gêneros entre os agricultores desempregados”, disse o prefeito Bezerra de Menezes. Depois da distribuição dos alimentos e de uma promessa de emprego, os agricultores concentram-se em frente ao Sindicato Rural, onde reclamaram do descaso das autoridades, dizendo que não conseguiam empregos no plano de emergência. O prefeito telefonou para Fortaleza e conseguiu a promessa de empregos, mas mesmo assim viajou para a Capital, onde se encontrou com o secretário da Agricultura, Ézio

de Souza, e com o coordenador do Gescap, Grupo Especial para as Calamidades Públicas, Glinton Sabóia, pedindo a absorção de mais mil trabalhadores pelo plano de emergência. (Jornal O Estado de São Paulo, 1981, s. p.)

A combinação “alimento” e “trabalho” demonstra a complexidade da reivindicação, partindo do entendimento que ainda que o alimento satisfizesse uma necessidade urgente, não solucionaria os problemas mais estruturais, isto é, condições de sustento perene, por meio do trabalho nas Frentes de Emergências. Exigiam também garantias em um curto prazo, ou ainda soluções mais duradouras, como o da Reforma Agrária e dos mecanismos de auxílio do governo aos camponeses.

Entre ligações, medidas paliativas e promessas, quase nunca cumpridas pelos prefeitos, governadores e secretários do Ceará, a escalada de descontentamento popular crescia em grandezas proporcionais à negligência. Dessa forma, diante das recorrentes quebras de acordos, os camponeses decidiram por invadir as empresas públicas de alimentos, como a Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) e Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento). Em Tauá, em setembro de 1982, em torno de 800 pessoas saquearam o posto da Cobal na cidade, levando “cerca de 350 sacos feijão”. Um mês depois, agora do posto da Cibrazem, na mesma cidade, são levados mais de 600 sacos de cereais. Segundo o *Jornal de Brasília, O Povo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo*, entre os anos de 1982 a 1987, nas cidades de Tamboril, Senador Pompeu, Independência, Novo Oriente e Tauá, vários saques foram registrados nas unidades armazenadoras de alimentos. Em 1983, foram registrados um prejuízo de mais de CR\$ 30 milhões só nas unidades de Tauá e Senador Pompeu.

O levantamento foi feito pelo Delegado da Cibrazem, Joel Marques, acrescentando que a empresa mantém 66 armazéns em todo o Estado, sempre visados pelos saqueadores.

O primeiro saque ocorreu a 27 de setembro de 1982, em Tauá, com os grupos levando gêneros alimentícios, em sua maior parte suprimentos de feijão, num total de 25 toneladas. O mesmo armazém seria novamente “visitado” no dia 6 de outubro, com a perda de cinco toneladas. Em Senador Pompeu, o depósito foi saqueado no dia 22 de março de 1983, com a retirada de 10 toneladas, e no dia 19 de agosto passado, sofrendo baixa de 58 toneladas. (O POVO, 1983)

Os saques transformavam a lógica dos municípios, modificando o fluxo do comércio, os postos de trabalho e o funcionamento das escolas. Essa realidade trazia a todos a real sensação de anormalidade, sintomas não dos saques, mas da fome, do desemprego, da seca, da exploração e do desvio dos interesses da coisa pública. Em Tamboril, os comerciantes tiveram que “fechar as portas” diante da invasão de uma multidão de mais de “2 mil camponeses, metade das quais mulheres”, saqueando “depósitos da merenda escolar, carregando farinha, feijão, leite em pó, macarrão, chocolate em pó e biscoito”.

As mulheres passaram a encabeçar algumas ações de saque. Em Tauá, a maioria do contingente que passou a invadir os armazéns era de mulheres, “empunhando enxadas, foices, enxadecos e roçadeiras”, levaram “120 toneladas de milho e dezenas de sacos de feijão”. Os instrumentos de trabalho, outrora utilizados para arar a terra e facilitar a colheita, agora prestavam um novo serviço: o de ser instrumento de luta pela sobrevivência.

Dessa vez, os camponeses sobem na escala de violência, quebrando “arame que cerca o armazém” e destruindo “parte de suas paredes de folha de flandres”. A polícia não conseguia mais conter o movimento, tamanho ímpeto em resgatar a comida escondida criminosamente nos armazéns, como já comentado pela poesia de Zé Vicente, *Grito Nordestino*, no capítulo 2.

A situação em Tauá é grave – a cidade sofreu, ontem, a quarta invasão de flagelados da seca em um mês. A invasão de ontem não pôde ser evitada: os camponeses empunhavam como armas seus instrumentos de trabalho, o que assustou não só a população como também a polícia, que nada fez a não ser tentar, pelo diálogo e sem êxito, que os invasores cumprissem a promessa de saquear o armazém da Cibrazém. (Jornal do Brasil, 1987, s. p.)

A ação deixou vários feridos, com cortes nos braços, pernas e supercílios, fruto da correria. Uma delas, Isabel Gomes da Silva, de 11 anos, quebrou a perna, ao ser atropelada por uma bicicleta, quando, juntamente com uma companheira, tentava puxar um saco de milho. Os sujeitos residiam, em grande parte, na zona Rural de Tauá, sempre com um número significativo de mulheres. Essa pressão feminina era muita destacada nos jornais e nos movimentos, não à toa, quando da abertura de postos de trabalho nos Planos de Emergências, uma quantidade significativa de mulheres passou a ser integradas nas frentes, “às custas de muitas lutas e humilhações”. Em Crateús, foram “mais de 4 mil mulheres empregadas; “em Nova Russas, cerca de 3 mil”⁷⁵.

A relação dos saques com a negligência nos planos de emergência era muito forte. O desemprego, atraso nos pagamentos ou falta de distribuição de sementes, fazia com que os camponeses recorressem aos saques. Na emergência de Tamboril, os trabalhadores passaram 2 meses com atraso no pagamento e os bodegueiros deixaram de fornecer alimento. Somado a isso, teve a deficiência no repasse das sementes, deixando mais de 23 turmas sem receber, fazendo com que “os trabalhadores que não estavam relacionados para receber, não se conformaram, rebentaram o cadeado e levaram mais de 5.000 quilos de feijão e 2.000 de milho” (Jornal O Roceiro, 1988, s. p.). No entanto, a iniciativa não acabava nesse ponto. Os trabalhadores costumavam se reunir para tratar de medidas mais consistentes. Saquear as sementes satisfaria

⁷⁵ Carta aberta ao povo e às autoridades (II), 27/11/1983.

uma necessidade imediata, mas não resolveria o problema do fornecimento futuro, nem garantiria que todos fossem contemplados.

Os encontros entre os trabalhadores funcionavam com essa finalidade, ouvindo os anseios das mais diversas pessoas, com diferentes problemas e necessidades, dando uma concatenação às exigências surgidas das conversas. O saque, inclusive, muitas vezes nem era a primeira medida deliberada pelas comunidades. Em Tauá, antes das sucessivas invasões ao armazém da Cibrazem, os trabalhadores procuraram conversar, levantando os melhores caminhos para seguir na pressão. Posteriormente, nos sindicatos, novas articulações eram feitas. Só depois saíram em direção a prefeitura, cantando “já chega de tanto sofrer”.

Lá solicitam trabalho. Não são atendidos. Denunciam o depósito da CIBRAZEM cheio de alimentos do Trabalhador. E denunciam, igualmente, o escândalo das bolsas: obras por terminar são abandonadas para iniciar outras. O Capitão e os Policiais se encontravam na Prefeitura, voltam ao Sindicato e vão à sala do Presidente. Decide a invasão, saem com os sacos de feijão às costas. A Polícia vai buscar tudo de volta nas casas. Novas invasões (totalizam 5). Há intervenções da P.F: prisões, batidas. Está ainda havendo processos. Após a 3º invasão conseguiram o alistamento e hoje há 4.500 empregados. O comandante da P.F foi substituído. O deputado que enviou a Polícia foi eleito com grande votação. (Pastoral, 1988, s. p.)

Invadir os armazéns estava além de uma simples reação para satisfazer a fome. De forma imediata e precisa, fazia parte de um movimento intencional, surgido depois de um conjunto de diálogos entre as comunidades. Essa relação de trocas estava impregnada desde o germe da Diocese de Crateús, construída a partir de uma rede de comunidades, realizando uma eclesiologia da comunhão, por meio de cursos, palestras e orientação sindical (PORTO, 2007, p.21). Nessa esteira, depois de uma reunião em Poranga, juntando mais de 500 camponeses deixados de fora da Emergência, decidiram pela resolução coletiva: “ou se alistam todos, ou não se alistam ninguém”. Da pressão, o governador autorizaria o alistamento de 400 trabalhadores. A Equipe-Comum passaria a reunir as Regiões da Paróquia de 3 em 3 meses. Em junho, decidiram por fazer abaixo-assinado na reunião de Boqueirão e Macambira II (Pastoral, 1981, s. p.).

A eclesiologia da comunhão tem lugar fundamental na mudança dos parâmetros da organização camponesa na região. Em ocasião do conflito anteriormente citado em Ipueiras e outros municípios, a pauta da CEB de Crateús esteve direcionada a abordar essa situação: “gente dando agonia nas ruas e nos bolsões, muitos casos de cegueira noturna no município, muitas famílias indo embora”. Desse encontro, saiu uma série de questionamentos e reivindicações, que seriam publicizados para todas as comunidades e municípios vizinhos, por meio dos boletins populares da própria Diocese de Crateús ou dioceses parceiras:

- Aonde estão todas as verbas e o resultado destas campanhas grandes que chega tão pouco para os pobres nordestinos?
- Será que os nordestinos não são brasileiros também?
- Chega de sermos tratados como esmoler. Nós queremos justiça. Esta é a vontade de Deus para nós.⁷⁶

Utilizar cartas abertas e às autoridades, abaixo-assinados, atas de assembleias e documentos em geral, era necessário para exercer uma intimidação que proporcionasse uma mudança mais substancial. Escrever às autoridades do país, por exemplo, aliada com a publicidade que receberiam dos boletins populares, periódicos e mídia tradicional, estes últimos interessados, ou quase que impelidas, a repercutir as notícias, tamanho a dimensão dos acontecimentos, transformava o constrangimento de uma sociedade em ebulição, movimentada pelos saques e passeatas, em algo maior e com objetivos melhor delimitados. Para alcançar esse alvo, a escuta do povo e a pressão coletiva precisariam estar muito bem alinhadas. Em várias cartas e documentos, fica claro que muitas ações dos trabalhadores sucediam reuniões, encontros e assembleias. Antes da ação, vinha a reflexão.

Em 1981, pelo conteúdo do documento endereçado ao Presidente, Ministros, Governador, Prefeito, Deputados, Técnicos e Diretores públicos, percebesse como funcionava sua construção, precedido por um encontro entre as comunidades: “Diante destes sofrimentos que nós viemos passando, nos reunimos, debatemos estes problemas e decidimos, em conjunto, exigir o seguinte”. Como a decisão era feita em conjunto, as reivindicações também deveriam acompanhar a mesma lógica, contemplando a todos: “Nesta situação de Emergência, dar semente a todos os camponeses, independente de devolução e de estar alistado ou não nas bolsas ou Frente de Serviço”⁷⁷. Depois de autorizada por “todo o povo reunido, que participou da elaboração desse documento”, seria devidamente assinada pelos presentes e enviado às autoridades.

Existia a noção nos documentos que esse tipo iniciativa funcionava como uma forma de “Resistência dos Trabalhadores”. Quando em 1985, os trabalhadores rurais e urbanos de Crateús foram atingidos por uma grande enchente, foi “resistência” o nome escolhido para descrever o ato de pressionar os governantes do país. Havia o entendimento que diante da situação de calamidade, não poderiam ficar “só lamentando e esperando a boa vontade de quem está de cima”, deveriam “renovar a luta” e mobilizar pessoas, que naquela altura, já teriam clareado “a vista para ver que nossa situação não deixa esperar mais”.

Somos todos cidadãos brasileiros, temos direito a um tratamento digno, principalmente nos tempos de calamidade. Estamos sabendo que grande quantidade

⁷⁶ Assembleia de planejamento das CEBs e dos grupos da Pastoral Popular de Crateús, 03 de março de 1984.

⁷⁷ Frente Social Cristã, *Documento*. Ceará, 19/03/1981.

de dinheiro, alimentos e outros recursos, estão sendo enviados para o Ceará, que é o Estado mais atingido pela seca e pelas enchentes. Estamos dispostos a continuar com nossa luta pelo atendimento de nossos direitos e vamos chegar às ruas, caso não sejam atendidas as nossas reivindicações.⁷⁸

Assinaram o documento a comissão escolhida pelos próprios trabalhadores, sendo quatro mulheres e cinco homens, sustentado por outra comissão de apoio como: STR, CUT, CPT, Equipe Pastoral, Frente Social Cristã, União das Mulheres (Núcleo Crateús) e Pastoral da Juventude de Crateús. A luta coletiva e o apoio maciço eram os trunfos da eclesiologia da comunhão. Enfrentar os problemas de forma isolada e solitária, aumentava as possibilidades de derrota. A noção de que todos pertenciam a uma mesma comunidade, tendo a fé como ponto de ligação, contribuía para engajar um número maior de pessoas no enfrentamento aos conflitos agrários. O conflito pela demarcação de terras na serra da Ibiapaba ilustra bem a iniciativa comunitária na resistência camponesa.

A serra da Ibiapaba é uma histórica área de conflitos na região fronteira do Ceará com o Piauí, entre os municípios de Parambu, Pimenteiras (PI) e PIO IX (PI). No local, diversas famílias de posseiros passaram a ser ameaçadas de expulsão por proprietários interessados nas terras da região, sobretudo após a construção da estrada BR-020, que passou a cortar a serra. Em meio à intimidação pela apropriação indevida de terras devolutas, os posseiros começaram a reivindicar a demarcação de suas posses e a denunciar sucessivas tentativas de grilagem, em uma terra ocupada por eles há mais de 40 a 50 anos.

O dossiê da CPT, “Uma serra grilada”, de 1985, narra como os conflitos se intensificaram na chapada da serra nas décadas de 1950, registrando a perseguição às famílias de posseiros e as operações de grilagem, a exemplo da Serra do Cipó, Lagoinha, Serra Azul, Serra dos Batistas e outras. Em 1956, quando Parambu foi elevado à categoria de município, desmembrado de Tauá, “uma das primeiras medidas da Câmara Municipal de Parambu foi instituir uma Lei, dando direito à Prefeitura de aforar terras, então ocupadas por posseiros”. Essa ação gerou enorme insatisfação, pois os foreiros – proprietários ricos que moravam na cidade – passaram a cobrar renda aos lavradores. Um desses foreiros, Batista Feitosa, marido da também latifundiária Albetiza Feitosa, na Serra dos Batistas, contando com a ajuda do então prefeito de Parambu, Chico Leandro, também fazendeiro, conseguiu legalizar seu foro junto ao Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), numa extensão de 1.800 hectares, em terras devolutas. Na década de 1960, foi a vez de Odílio Arraes, prefeito da época de PIO IX, desenvolver estratégias de grilagem na região. Arraes, juntamente com outros proprietários, como Jaime

⁷⁸ Trabalhadores de Crateús exigem seus direitos. Crateús-CE, 25 de abril de 1985.

Tomaz Aquino, passaram a vender as terras para diversas empresas, intensificando o cerco e as invasões.

Em 1985, a CPT enviou uma representação ao então ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dr. Nelson Ribeiro, assinados por Irmã Cleide e Luízinha Camurça, da Diocese de Crateús, apresentando uma série de denúncias relativas às arbitrariedades que vinham sendo cometidas nas áreas habitadas pelos posseiros:

Região de Crateús – [...] no Baixão da Lagoinha, 46 famílias de posseiros estão ameaçadas de expulsão pelo proprietário de uma firma denominada Propex Prospecção e exploração de Recursos minerais, Sr. César Augusto Bitencourt. Na Serra do Cipó, 78 famílias são ameaçadas de morte e violência em virtude de não disporem a pagar renda a ricos proprietários que têm títulos de foro em terras devolutas estaduais, títulos estes cedidos ilegalmente pela Prefeitura Municipal de Parambu, segundo declarações do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE). Na localidade de Jatobá, mais de 15 famílias viram suas terras invadidas, em meados de agosto homens armados de espingarda, para ali realizar o desmatamento, visando à próxima safra.⁷⁹

A história dessas famílias na Serra data de décadas passadas, momento em que começaram a ocupar as terras como alternativa de se livrarem da sujeição do latifúndio, onde trabalhavam pagando altas rendas pelo uso do solo. Quando o desbravamento começou, o terreno distante e íngreme, dificultava a ocupação e o interesse pelas terras, fato que não intimidou esses posseiros a limparem o terreno, desenvolverem culturas de feijão, mandioca, algodão, caju e mamona, abrirem caldeirões e construírem barragens. Depois desse hercúleo esforço, permanecer na serra extrapolava o direito simples adquirido e o respeito à lei, era a defesa da própria história de vida dessas famílias. Por isso, mesmo com a “legalização” das terras por parte da prefeitura de Parambu e de outros documentos grilados, os posseiros se recusaram a sair das propriedades.

A força dessa convicção levou a um longo e violento processo de perseguição por parte dos latifundiários e dos donos das empresas. Ao longo da década de 1980, Jaime Tomaz Aquino promoveu uma série de perseguições aos posseiros na Serra Azul e Lagoinha. Em Serra Azul, bloqueou o caminho de posses dos trabalhadores, rodeando de jagunços toda localidade, cortando cercas e invadindo casas. Em agosto de 1983, a firma Brasil Oiticica operou diversas ameaças aos posseiros; em fevereiro de 1984, a empresa CAJUNORTE S/A, de propriedade do mesmo Jaime Thomas Aquino, voltou a fazer ameaças, agora em Lagoinha. Os casos são descritos na carta enviada pelo bispo de Crateús, ao então governador do Estado do Ceará,

⁷⁹ CPT Nacional ao Exmo. Sr. Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dr. Nelson Ribeiro, Fortaleza, Ceará, 12 de setembro de 1985.

Gonzaga Mota. Pela narrativa, podemos perceber como os posseiros passaram a resistir às investidas.

Motivados pela angústia e incerteza – sentimentos provocados pelas arbitrariedades no campo – e da convicção do direito em ocupar terras por eles desbravados há anos, os posseiros decidiram lutar em duas frentes. De um lado, enfrentavam os ataques mais diretos, da violência aberta dos proprietários, do outro, os contratos de foro das prefeituras municipais de Parambu, Pimenteiras e Pio IX.

Levando a mensagem dos camponeses, Dom Frágoso passou a denunciar as ações desenvolvidas pela Prefeitura de Parambu, reivindicando intervenções nas áreas de litígio:

- a) anulando os contratos de foro em favor de grandes proprietários, promovidos irregularmente pela Prefeitura Municipal de Parambu, na região da primeira légua da Serra e beneficiar aqueles que ali trabalham e sustentam suas famílias;
- b) procedendo a demarcação e titulação das posses dos trabalhadores da área denominada Jatobá/São Gonçalo, que foram enxotados das suas terras pelo Sr. Jaime de Aquino, proprietário da Fazenda Planalto e da Empresa CAJUNORTE;
- c) procedendo a demarcação e titulação das posses dos trabalhadores da área denominada Lagoinha, onde as famílias já estão localizando suas roças e moradias;⁸⁰

A Diocese de Crateús ultrapassou a ideia de organização religiosa, com práticas eclesiais circunscritas às paróquias e capelas. A ideia de pensar a Diocese enquanto organismo vivo, materializado na vida das pessoas, pela perspectiva popular e libertadora, fez com que fosse estabelecido um organismo maior. Dessa forma, reunir nas comunidades para debater os problemas dos trabalhadores, organizar em sindicatos, participar das pastorais, dos movimentos sociais e das associações, tudo isso, construía a ideia de *ser* Diocese de Crateús. Por isso, por diversas vezes, vemos uma rede de apoio muito forte em torno dos conflitos. Esse envolvimento se dava pela noção de pertencimento a uma mesma comunidade, ligados pela perspectiva da fé, ao mesmo tempo em que dialogava com a consciência de classe, conectado por um mesmo grupo social.

Dessa maneira, o conflito com os posseiros na Serra da Ibiapaba, bem como o de outros já mencionados, frutificava a noção de que um problema localizado, na verdade, pertencia ao interesse de todos. Nesse conflito, em específico, a pressão para defender o direito dos posseiros, gerou uma mobilização em várias frentes, contando com a participação de diversas entidades. O vigário de Parambu, Maurizio Cremaschi, utilizou do aparato de comunicação da Diocese de Crateús para divulgar os últimos acontecimentos na serra, alertando sobre os acordos escusos sugeridos pelos latifundiários e as empresas:

⁸⁰ Carta ao Exmo. Sr. Luiz Gonzaga Mota, Fortaleza, Ceará, 18/06/1985.

O objetivo desta carta não é só informar pessoas e Entidades que há anos estão acompanhando e apoiando os posseiros, mas de alertar que esses acordos não representam o fim do problema da Serra, que é de bem maior extensão, abrangendo 300.000 ha e mais de 1.000 famílias. Nessa área, outras firmas e particulares (Brasil Oiticica, Caju Norte, Francisco Alves Teixeira, etc.) continuam ameaçando os posseiros.

[...]

Para isso acontecer, todos os amigos dos posseiros devem se mobilizar e estudar qual pode ser sua ação de acompanhante, de apoio, de denúncia, para que as Firmas sancionadas não aproveitem da falsa ideia que o problema da Serra está solucionando, para concretizar seus planos de invasão.⁸¹

Repercutir a notícia era uma das principais táticas de resistência. Dessa forma, conseguia-se o apoio de setores estratégicos, como políticos e advogados, além de mobilizar uma quantidade maior de pessoas em torno da causa. A CPT ajudava distribuindo folhetos pelas comunidades, informando os últimos acontecimentos. Com esse material, as comunidades passavam a refletir sobre o conflito, debatiam, rezavam e articulavam formas de ajudar os posseiros. Fortalecer a resistência coletiva era fundamental, tendo em vista a força dos latifundiários e empresas e o apoio recebido por juízes e policiais de Parambu e Pio IX. Em um desses episódios, Jaime Aquino passou a perseguir os posseiros, em razão da resistência promovida: abrindo cancelas, derrubando arames e desentupindo caminhos, sitiados, outrora, pelos grileiros. A polícia desses dois municípios passou a prender e interrogar os posseiros, o presidente e os secretários do sindicato de Parambu, considerados por eles responsáveis pelas ações. Em resposta às investidas, os posseiros se organizaram “para apoiar os camponeses presos e a diretoria”:

O Sindicato sempre ficou aberto de delegados sindicais e sócios que longe de se deixar amedrontar, mostraram que toda a organização estava solidária com a diretoria e com os posseiros.

O PMDB também se mobilizou, para denunciar as injustiças na Assembleia através de Zé Umberto e no Congresso através de Iranildo. Parlamentares deram sua presença em Parambu, Pio IX e Teresina. Advogados como Inocência, Aroldo Mota, Leal e Cleide Fontes deram a sua colaboração ao Advogado de Parambu.⁸²

O ataque dos grileiros era potencializado pela falta de celeridade e indefinições na demarcação das terras pelos órgãos responsáveis, como o Iterce, o Instituto de Terras do Piauí (Interpi) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Contudo, como dito anteriormente, que o tempo da fome não espera a burocracia política, nesse mesmo sentido, o tempo da resistência espera muito menos. Nessa esteira, as famílias dos posseiros decidiram organizar um trabalho coletivo de demarcação de terras devolutas. Na Lagoinha, as 45 famílias, em grupos de 15 ou 30 pessoas, numa decisão reivindicatória da posse definitiva da propriedade

⁸¹ Carta ao “Caro amigo da CPT Nacional, Ceará, 17/08/1983.

⁸² Notícias da Serra, Parambu, Ceará.

legal das terras, depois dos muitos recursos jurídico-burocrático utilizados junto aos órgãos públicos, não chegando a nenhuma solução, decidiram demarcar as terras:

Conduzindo facões, roçadeiras, enxadas e picaretas, os lavradores tiveram que fazer uma caminhada de sessenta quilômetros por uma vereda de difícil acesso, iniciada desde as primeiras horas de ontem. Os primeiros a chegar ao local, foram logo começando o trabalho de abertura de picadas dentro da mata e o financiamento de estacas cercando a terra. A demarcação deverá durar aproximadamente um mês, segundo o advogado e jornalista Lucio Flavio Regueira, assessor de imprensa da Comissão de Pastoral da Terra e Diocese de Crateús, cujo bispo titular é d. Antonio Batista Fragoso. Este vem apoiando os lavradores através das comunidades eclesiais de base, juntamente com o cardeal-arcebispo de Fortaleza, d. Aloisio Lorscheider, presidente do Regional Nordeste 1, da CNBB, que congrega todos os bispos e representa a Igreja do Ceará. (Jornal Folha de São Paulo, 1985, s.p)

Em 1988, o Jornal *O Roceiro* repercutia a ação coletiva de 75 pessoas, apoiando-se “no artigo 502 do Código do Direito Civil” (Jornal O Roceiro, 1988, s. p.), resolvendo limpar “a área da invasão”, resistindo à invasão de Ivoneide, filho do prefeito de Parambu, Chico Leandro. Esse fato mostra como a mobilização dos posseiros acompanhava uma ação consciente de resistência, tendo clareza nos artigos legais do código civil. O interesse dos posseiros por uma fundamentação mais profunda, sempre esteve muito presente. Participavam de estudos, assessorados pelas entidades parceiras, entendendo que além de uma questão óbvia de ocupação das terras, sendo eles os desbravadores, existia uma razão legal para resistir ao processo de grilagem.

A delegacia Sindical de Monte Sião, por exemplo, “organizou um estudo para os posseiros da Serra no dia 31 de julho. Assessoraram o estudo a diretoria do STR de Parambu e a advogada Cleide Fonte, da CPT”. Nesse encontro, os posseiros tiveram a oportunidade de expor os casos de violência que vinham sofrendo e traçaram estratégias de resistência contra os grileiros. Na oportunidade, ficou decidido escreverem um abaixo-assinado, documento assinado por 32 posseiros, denunciando o envenenamento de cachorros, “morrendo mais de vinte”, “capangas armados de rifles”, “colocação de gado” e “construção de estradas invadindo áreas ocupadas”:

Exigimos das autoridades providências e garantia de nossas vidas, para que possamos trabalhar com paz e tranquilidade, antes que envenenem as nossas águas, bem como, agilizamos dos títulos de propriedade pelo ITERPI (Instituto de Terras do Piauí) e ITERCE (Instituto de Terras do Ceará). (Jornal O São Paulo, 1982)

A organização prévia e a mobilização comunitária modificaram as formas de confronto e resolução dos conflitos. A resistência enquanto enfrentamento reativo, deu lugar, a resistência enquanto enfrentamento coletivo. Formar blocos, associações, cooperativas, comissões, assembleias, passeatas, abaixo-assinados, entre outras maneiras de movimento

conjunto, esteve entre as possibilidades prioritárias em muitas manifestações populares. Na comunidade de Abóbora, em Tauá, diante dos efeitos da seca e das sucessivas tentativas de apropriação indevida da terra, desapropriada pelo INCRA, em 1977, os produtores rurais viram que a maneira “de enfrentar seus problemas seria através da organização, onde teriam a oportunidade de discutir e ver as formas de soluções”. Em um primeiro momento, estabeleceram um grupo só com as famílias moradoras daquela comunidade, incentivando o plantio e a diversificação das culturas, plantando hortaliças e fruteiras e construindo um Centro Comunitário, com duas salas de aula. Nesse momento, comunidades vizinhas passaram a seguir o exemplo dos camponeses de Abóbora, organizando outras associações comunitárias em “Maravilha, São João e Massapê, com um total de 60 produtores”.

Diante a organização dos trabalhadores, os patrões não resistem e começam a levantar calúnias e com isto tentam envolver os trabalhadores com a polícia surgindo assim toda uma situação constrangedora no meio dos que tentam se organizarem em busca de melhores condições de vida na luta pela Reforma Agrária. Neste caso o proprietário Gentil Rodrigues Loiola, tentando se armar contra a Reforma Agrária denuncia ao Delegado de Polícia de Tauá que 60 trabalhadores planejam atacar seus 600 ha. de terras situados na Serra de Joaninha. A denúncia porém não foi feita diretamente pelo fazendeiro mas, por um dos seus filhos, técnico agrícola, o NETO, apoiado por mais alguns dos seus irmãos.⁸³

O trabalho coletivo feito pelas Associações Comunitárias, despertou a sanha de muitos proprietários da região, que viam seus interesses de compra de terras desapropriadas pelo INCRA ameaçados. Quando da intervenção do INCRA, três parceiros tiveram o direito pelas terras, entretanto, um deles, José Candido de Farias, vendeu a parcela que o pertencia ao comerciante Francisco Lídio Sobreira Mota. Lídio já tinha conseguido, de forma ilegal, comprar terras na colônia de *Várzea do Boi*, driblando os critérios e a triagem devida para integração ao projeto. A associação passou a contestar os critérios de compra, testemunhando junto ao INCRA as irregularidades daquela aquisição:

A comunidade Abóbora através de sua associação de pequenos produtores, acompanhado de uma comissão do INCRA fez testemunha de que aquela terra está sendo explorada de 50% com morador contratado. Vendo a injusta exploração da terra reivindicou do INCRA que a parcela fosse repassada para os familiares de terra daquela localidade.⁸⁴

Antonio Rodrigues Amorim, presidente eleito do STR de Tauá e Secretário Rural da CUT Ceará, terminou por ser ameaçado de morte por Lídio, prometendo descarregar o revolver e ainda meter “o cano nos locais da bala”, além de ser apontado pelos familiares do fazendeiro Gentil Rodrigues como o “Líder” da resistência e do plano de invasão de sua

⁸³ Carta de Esclarecimento ao Público. CPT Nacional, 14/08/1985.

⁸⁴ Carta Aberta ao Povo Brasileiro. Tauá, Ceará, Fazenda Abóbora, 1985.

propriedade. Em carta de esclarecimento veiculado pela CPT Nacional, assinada por diferentes entidades de Tauá, como a CUT, CPT, Sindicato, Equipe Paroquial, associações dos professores e pequenos produtores, além de representantes do PT e PMDB, mostra que Amorim procurou o delegado, buscando proteção contra as calúnias e intimidações. O delegado propôs “aos acusados e acusadores uma audiência na própria comunidade onde ambos se posicionariam mediante o fato”.

Como não foi possível concretizar a denúncia os acusadores se propuseram a dizer que esta conversa era conversa de terceiros não tendo assim prova concreta do boato. Assim sendo o Delegado propôs dar por acabado o boato e as duas partes se pronunciariam publicamente através da empresa falada e escrita desfazendo assim as calúnias.⁸⁵

As associações assustavam os grandes proprietários e grileiros, porque além de compor um segmento organizado e cooperativo, modificando as formas de resistir, contribuía para o desenvolvimento da produção das roças comunitárias, desmobilizando os vínculos de dependência. Em carta enviada pelo camponês Gonçalo Fernandes ao Jornal *O Roceiro*, percebe-se como a produção da roça comum cresceu depois dos trabalhadores da parcela de São Pedro formarem uma Associação Comunitária.

A produção da roça comum deu produção de 800 arrobas de algodão da produção das roças comuns das famílias. O feijão produzido foi 80 sacos e o milho 350 sacos. Da roça comunitária a produção deu a importância de Cr\$ 9.300,00 (nove milhões e trezentos mil cruzeiros), com esse dinheiro foi formada uma cooperativa de gêneros comestivos, com 10 sacos de açúcar, 05 sacos de farinha, 10 cargas de rapadura, 02 caixas de óleo, compramos 10 enxadas, 10 chibancas e também pagamos Cr\$ 1.000.000 (um milhão) da terra que foram situadas as roças comunitárias e foi colocado cr\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros) no Banco para segurança e para pagar a terra. E ainda ter Cr\$ 900.000 (novecentos mil cruzeiros) para comprar o veneno das formigas e também o caroço de algodão, compramos também 2 Bombas de pulverizar e o veneno para rozada. Só vamos utilizar nossa cooperativa dos gêneros no tempo mais precisão que é o tempo da limpa. O nosso trabalho vai continuar neste ano próximo se Deus quiser! (Jornal *O Roceiro*, 1981, s. p.).

Portanto, as Associações e as demais estruturas coletivas, funcionavam como mecanismos de resistência camponesa, servindo como instrumento de defesa da terra, fortalecendo a proteção da principal fonte de trabalho, ao mesmo tempo em que potencializava a capacidade de produção, por meio da cooperação.

A Diocese de Crateús foi criada em 08 de agosto de 1964 para ser uma ferramenta de serviço ao pobre, sendo ele o articulador da sua própria libertação. Essa perspectiva, aliada a eclesiologia da comunhão, ajudou a formar uma comunidade de espírito comunitário, pertencentes a uma mesma classe social, de interesses comuns. Essa visão forjou o surgimento de uma diocese de serviço ao próximo, tanto na dimensão espiritual como nas necessidades

⁸⁵ Carta de Esclarecimento ao Público. CPT Nacional, 14/08/1985.

terrenas. Como a Igreja não era vista como uma estrutura de concreto, muito menos uma instituição hierárquica, mas a encarnação “em pessoas e suas lutas”, a resistência tornava-se uma confissão de fé, um aspecto mesmo da cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diocese de Crateús surgiu para ser o rosto dos sujeitos dos sertões de Crateús e Inhamuns, para pregar o evangelho do Cristo da Libertação e ser Igreja servidora e pobre. A tentativa de isolar Dom Fragoso nos rincões do Nordeste, no ano de 1964, rodeando-o de vegetação árida, composta pela caatinga, foi sufocada pela ação abnegada de um bispo que buscou florescer uma pastoral que servisse às consciências populares. A mobilização camponesa no Ceará, nas décadas subsequentes, tem muito da participação da Diocese de Crateús, sendo exemplo de luta pela terra e organização comunitária. Segundo Danielle da Silva, Dom Fragoso é apontado como o “pai” da institucionalização da CPT no Ceará, tamanho envolvimento no incentivo à resistência camponesa.

A trajetória da Diocese de Crateús se confunde com a de Dom Fragoso, que escreveu com sua fé e serviço aos pobres a parte nobre da história da Igreja na América Latina. Enquanto o Brasil iniciava os anos mais sombrios e violentos no dia 1º de abril de 1964, quatro meses depois, começaria um movimento que extrapolaria as paredes das capelas, paróquias e diocese. Caminhar nesse sentido fez nascer a marca da libertação nas comunidades. Ter essa marca significou entender que “a fé sem obras é morta”⁸⁶, como escrito na Bíblia Sagrada; que a justiça social não é opção, mas um pré-requisito; que as prostitutas precederão os hipócritas e exploradores do povo no Reino de Deus, como dito no Evangelho de Mateus, no capítulo 2.

O acolhimento das prostitutas e sua inclusão no corpo comunitário esteve entre os grandes desafios da Diocese de Crateús. Dom Fragoso, partindo da experiência que teve com a JOC em Bruxelas, na Bélgica, ainda jovem, com o movimento NID, ou NINHO no português, passou a desenvolver um projeto junto às mulheres marginalizadas, nas zonas de prostituição. Na Diocese de Crateús, logo nos momentos iniciais, resolveu visitar as casas dessas mulheres, buscando conhecê-las, entender suas necessidades, seus sonhos, seus planos de vida. Depois de vários encontros e longas conversas, as mulheres sugeriram uma escola para elas e os filhos:

Na JOC se aprendia que os jovens trabalhadores devem pisar com os seus próprios pés e não com os nossos. Por isto lhes perguntei: “*O que é que vocês podem fazer para terem uma escola?*” Uma delas respondeu: “*Eu ofereço a sala da minha casa*”. Outra disse: “*Eu trago duas cadeiras*”. Outra cedeu uma mesa. Perguntei novamente: “*E a professora?*” Uma delas, que tinha o primeiro ano ginásial, disse: “*Eu posso ser a professora*”. Estava realizada a ESCOLA!⁸⁷

⁸⁶ Tiago 2:7. Bíblia Almeida Corrida Fiel.

⁸⁷ Caderno 15: Ninho Diocesano. Alguns passos de uma trajetória. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada.

Com o tempo, o movimento foi se desenvolvendo, ganhando o voluntarismo de outros profissionais, dispostos a colocar em prática os ensinamentos de Jesus e se somar ao movimento do NINHO. Uma comissão foi até a Secretaria de Educação pedir material; um médico da cidade, Dr. José Fernandes da Silva, ofereceu parte do seu expediente para receber as mulheres. Aos poucos foi sendo formada uma grande rede de apoio, sinais da eclesiologia da comunhão. O movimento foi ganhando tanta força, a ponto de ser construído um prédio, “favorecendo, inclusive, uma aproximação entre a equipe, as mulheres e muitas pessoas da sociedade” (Gonçalves, 2005, p. 330). No prédio ocorriam aulas de alfabetização, atendimento médico, aulas de corte e costura, de artesanato, horta comunitária, entre outras atividades.

Em 1968, chegou padre Alfredinho, vindo com a missão radical de não só estar entre os pobres, como viver de forma pobre, compartilhando as dificuldades lado a lado com os sujeitos do sertão. O grupo escolhido por ele para estabelecer um laço mais profundo foram as prostitutas, escandalizando os grupos mais conservadores da região, por conta da relação de proximidade de um padre com mulheres marginalizadas. Qualquer semelhança com a atitude de Jesus em conviver com prostitutas, contrariando o costume da época, não é mera coincidência.

No mesmo ano de sua chegada, Alfredinho foi chamado a visitar Antonieta, residente na chamada zona baixa da prostituição. A mulher sofria com a tuberculose, já em estágio muito avançado, de quase morte. Ao trazer a unção para a enferma, dando assim os últimos sacramentos, viu nos olhos de Antonieta um brilho de confiança. Depois desse momento, teve a convicção que era naquele espaço que deveria oferecer sua vida. Em sua morte, os vizinhos tiveram que arrancar a porta de sua casa para improvisar uma mesa para mulher.

Da rica experiência junto às prostitutas, Alfredinho escreveu o livro “Burrinha de Balaão”, publicado pela editora Loyola, depois de um longo processo de censura no Brasil em torno dos seus escritos e sucessivas tentativas de impedir sua publicação. O livro narra um pouco da sua vida e formação religiosa; conta ainda a história de luta de mulheres dos sertões, que conviveram com a pobreza, fome, falta de oportunidade, exclusão social, passando a ver nas zonas de prostituição a única alternativa possível para vencer a morte. A analogia com a burrinha de Balaão faz referência a busca por seguir o projeto de Deus. No texto bíblico, a burrinha impede o profeta de seguir o caminho contrário ao determinado por Deus, salvando-o assim da sua ira. Para Alfredinho, as prostitutas são a burrinha de Balaão, aquelas que ajudarão no projeto de construção do Reino de Deus.

As zonas de prostituição nos municípios que rodeiam a Diocese de Crateús é um capítulo importante que não foi explorado por essa pesquisa, mas que guarda problemáticas

necessárias e candentes a serem exploradas em estudos futuros. Investigar essa relação de distanciamento e julgamento dos setores mais conservadores com as prostitutas, muito presente em lugares de forte influência católica, como são os sertões, e o conflito gerado pela prioridade empregada por padre Alfredinho e a todo o movimento do NINHO, daria um grande objeto de estudo.

Quando pensamos em “ninho”, imaginamos um lugar acolhedor, de descanso e aconchego. O movimento caminhou nessa direção, não buscando simplesmente retirar à fórceps as mulheres da prostituição. Muito menos tentou ser um instrumento de fora pra dentro, com modelos pré-concebidos. Quem pautava e fazia o NINHO eram os setores marginalizados. Aprofundar essas histórias enriqueceria muito o conhecimento em torno das contribuições da Diocese de Crateús.

A pedagogia com as classes populares seria desenvolvida nessa perspectiva, envolvendo-se radicalmente na vida das pessoas; por isso Paulo Freire foi tão importante na constituição desse projeto de Igreja Popular e construção dos movimentos de base e metodologia comunitária. Primeiro, era necessário conhecer o indivíduo, caminhar com ele, aprender com ele, para só depois forjar as alternativas junto dele. A vida deles era o balizador de tudo, sem ela nada fazia sentido. Foi acreditando que o pobre seria o sujeito histórico de sua própria libertação que a Diocese conseguiu ser uma Igreja de resistência popular.

Dessa forma, a leitura e a escrita passaram a ter um novo significado, fugindo das abstrações e alienação do texto com o contexto. A conquista da palavra esteve como composição da vida, contando o cotidiano e mobilizando resistências. A leitura precisou ser entendida na sua radicalidade, tateando assuntos que rodeassem as áreas de interesse dos trabalhadores. Esse modo de leitura influenciou muito do que iria ser a escrita popular, dando forma a poesias, cordéis e cartas, tocando em assuntos e abordagens exprimidas por eles.

O principal espaço de aprendizagem foram os movimentos de base, tendo a metodologia comunitária como norteadora. Era ali que a realidade tomava forma, nas conversas, no debate, na leitura e na escrita. A luta do companheiro nunca era vista de forma isolada, todos compartilhavam de uma mesma causa, de uma mesma classe. Por isso, a resistência deixou de ser um movimento reativo e individual para ser coletivo. Dessa forma, os conflitos nas roças, nas serras, nas vazantes e nos bolsões passou a ser fortalecido muito pela ajuda das comunidades. O espaço de ligação de todos era a Diocese de Crateús, unindo diferentes pessoas em torno de uma mesma pauta: a defesa da terra e do trabalho.

O conflito em *Várzea Boi*, a luta das famílias em permanecer na colônia e a mobilização pela demarcação de terras na serra da Ibiapaba são bons exemplos dessa força

comum. O Jornal *O Roceiro* teve um importante papel na construção desse sentimento. Por meio das cartas e a publicização nos jornais, as mais diversas comunidades conseguiam acompanhar as mais diferentes histórias das comunidades e municípios vizinhos. Foi dessa forma que Raimunda Pereira de Sousa e mais 22 famílias, da comunidade de *Barra do Riacho*, município de Crateús, conseguiram resistir à destruição da pequena roça do bolsão pelo filho do proprietário da região, Luiz Batista da Silva. Dessa maneira que Antonio Ferreira Magalhães conseguiu se ver livre do vereador e bancário, Zé Claúdio.

Por conta do sentimento e da prática comunitária que nascia da terra seca dos sertões de Crateús e Inhamuns, que a Diocese passou a ser alvo do regime militar e dos grandes proprietários. Não era interessante ter camponeses, trabalhadores e mulheres marginalizadas com consciência de classe, tendo contato com leituras que trouxessem um novo olhar para a realidade cheia de contradições do campo. Não era salutar que esses grupos transformassem em poesia seu dia a dia, denunciando a exploração e expropriação da terra. Textos como o *Grito Nordestino*, *Bíblia na Terra*, *Recato Nordestino*, de Zé Vicente, ou *Como se encontra o Nordeste*, de Francisco Marreiro, deveriam ser combatidos e censurados. A prática da escrita de cartas também poderia ser um problema.

A fundamental ameaça da Diocese de Crateús estava em conquistar o poder da palavra. Por meio dela, os camponeses foram escrevendo e lendo a vida de uma outra forma, bem como resistindo a todos que ousassem impedir essa leitura. Não por acaso José Pedândola foi expulso do país e o padre Geraldo Oliviera foi preso no aeroporto. Não é coincidência que Eliésio, Luizinha e Raimundo Freire tenham sido perseguidos e presos pelos militares, ou mesmo os casos envolvendo a invasão dos sindicatos. Os ataques aos movimentos de base e as ameaças aos camponeses não foram casos isolados. Existia um projeto de destruição da Diocese de Crateús, de difamação de Dom Fragoso, não à toa as recorrentes tentativas de torná-lo uma *persona non grata*.

Contudo, assim disse o profeta Isaías, que “não se esmagará a cana quebrada, nem apagará o pavio que fumeja”, a Diocese de Crateús resistiu às várias tentativas de aniquilamento e não se dobrou as sanhas dos poderosos. O legado da pastoral permanece até hoje, deixando marcas para a história. Esse estudo não teve a pretensão de contar tudo, principalmente pela grandeza e possibilidades de abordagens. A Diocese de Crateús carrega um vasto terreno a ser explorado, com sujeitos que entregam problemáticas fundamentais para entender a história dos sertões.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do funcionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BEOZZO, José Oscar. **Pacto das catacumbas**: por uma igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. 4^o ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nun mundo**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960- 1980). Sobral: Edições ECOA, 2014.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. Trad. Antônio de Pádua. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRITO, Lucelmo Lacerda. **Medellín e Puebla**: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. Revista de Espaço Acadêmico, [S. l.], n. 111, p. 81-89, ago. 2010.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira et al. **Igreja de Crateús (1964 – 1998)**: uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005.
- CÂMARA, Dom Helder. A Pressão Moral Libertadora. CÂMARA, Dom Helder. (org.). In: **Firmeza-Permanente**: a força da não violência. São Paulo: Edições Loyola/Vega, 1977.
- CERQUEIRA, Paulo C. L. "A Seca no Contexto Social do Nordeste". In CPT/CEPAC/IBASE. **O Genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Mandacaru, 1988.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Trad. Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CREMASCHI, Maurizio. "O Roceiro: Contando história de vida e de fé". In: **Dom Frago & Padre Alfredinho: entre nós** / Orgs. Adelaide Gonçalves, Lucas Assis, Monyse Ravena, Romário Bastos, Salete Vale. – Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FRAGOSO, Antônio Batista. **Itinerário dos passos dados**. In: FRAGOSO, Antônio Batista. (org.). **Igreja de Crateús (1964 – 1998)**: uma experiência popular e libertadora. São Paulo, Loyola, 2005.

FRAGOSO, Antônio Batista. **O Rosto de uma Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo, 1982.

GONÇALVES, Adelaide; ASSIS, Lucas; RAVENA, Monyse; BASTOS, Romário; VALE, Salete. (org.). **Dom Fragoso & Padre Alfredinho: entre nós**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. et alii. **Igreja de Crateús (1964 – 1998): uma experiência popular e libertadora**. São Paulo: Loyola, 2005.

HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Trad. Cynthia Marques Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOWY, Michael. **As esquerdas na ditadura militar: Cristianismo da Libertação**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3).

LOWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 - 1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Uma confluência pela “libertação”**: as Comunidades Eclesiais de Base na Arquidiocese do Maranhão (1967 – 1991). Maceió: s. n., 2018.

MONTENEGRO, Antonio. Arquiteto da Memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 309- 334.

NEVES, Frederico de C. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO, Márcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu Tempo (1963-1969)**. Fortaleza: UFC, 2007.

SANTOS, Odjar Barros. **“Outro gênero” de igreja: um estudo sobre a prática comunitária de Leitura Popular e Feminista da Bíblia**. São Leopoldo: EST/PPG, 2019.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, [S. l.], v. 21, n. 01, p.10-31, 2002.

SILVA, Danielle Rodrigues da. **Comissão pastoral da terra Ceará: uma geoistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. Fortaleza: UFC, 2016.

THOMÉ, Yolanda B. **Crateús: um povo, uma igreja**. São Paulo: Loyola, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Walter Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

APÊNDICE A – FONTES PARA ANÁLISES

CARTILHAS CNBB

- I. Cadernos Pastorais, nº35: Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus. Fortaleza: CNBB - SRNI, 1984.
- II - Cadernos Pastorais, Nº24: Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus. Fortaleza: CNBB – Secretariado Regional Nordeste I. Novembro, 1984.
- III. Subsídios Populares, Nº43: Reforma Agrária e o Projeto Nordeste. Fortaleza: CNBB – SRNI, 1985.
- IV - Cadernos Pastorais, nº60: Refletindo a ação pastoral – Crateús. CNBB – Secretariado Regional Nordeste I. p.3. Setembro, 1986.
- V - *Metodologia do Trabalho Popular: VER, JULGAR E AGIR*. Subsídio do IV Curso Interegional. Bloco Nordeste (PJMP), 1989.
- VI. Subsídios Pastorais, Nº2: A prática libertadora de Jesus. Fortaleza: CNBB – Secretariado Regional Nordeste I.
- VII. Cartilha de Educação Política. Conferência Nacional dos Bispos no Brasil. Regional NE_1, Fortaleza, 1982.

Localização: Acervo Plebeu Gabinete de Leitura.

CARTILHAS DIOCESE DE CRATEÚS

- I. A história do povo de Deus. Área Sul, Diocese de Crateús, 1989.
- II. Lei da renda – Estatuto da Terra. Crateús, abril de 1975.
- III. Frente Nacional do Trabalho. Cadernos de Formação. Série Leis Trabalhistas nº 2. Contrato de Trabalho, maio de 1977.

Localização: Acervo Plebeu Gabinete de Leitura.

CADERNOS DA DIOCESE DE CRATEÚS

- I. Caderno 01: 25 Anos De Caminhada. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada.

III. Caderno 03. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada. Testemunho de Amigos II, José Comblin e Clodovis Boff. Diocese de Crateús. 15 de setembro de 1972.

II. Caderno 04: Partilhando a experiência. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada.

IV. Caderno 05: Refletindo a caminhada. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada.

V. Caderno 07. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada.

Localização: Acervo Pessoal.

AUTOS DOS INQUÉRITOS:

I. Ministério Público Federal. BNM_85. Ação Penal 88/71. Apelação STM 38.974.

Localização: Banco de Dados - *Brasil: Nunca Mais*.

LIVRO DE ATAS:

I. Cópia autêntica da ata da sessão da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de maio de 1969, copiada do Livro de Atas nº 06, fls. 06 a 10.

Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará.

POESIAS E CÔRDEIS:

Francisco Marreiro. *Como se encontra o Nordeste*. In: Os poetas do Ceará e a seca. CPT Regional, Nordeste I, 3º livro, 1984.

RAIMUNDINHA. *Sobre o grande sonho*. In: Caderno 05. Coleção Refletindo a caminhada. 25 anos de caminhada. Siebra, Paco e Maurício. Diocese de Crateús. 31 de dezembro de 1988.

Raimunda Ferreira. *A seca de 83*. In: Os poetas do Ceará e a seca. CPT Regional, Nordeste I, 3º livro, 1984.

Zé Vicente. *A Terra Na Bíblia*, julho de 1981.

VICENTE, Zé. Carta aos brasileiros (em versos). 1978.

Zé Vicente. *Recato de nordestino*. In: Os poetas do Ceará e a seca. CPT Regional, Nordeste I, 3º livro, 1984.

Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará.

ACESSO DA INTERNET:

I. Godofredo Teles Junior. Carta aos brasileiros. Acesso: <https://goffredotellesjr.com.br/carta-aos-brasileiros/>

CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino)

JORNAL “O ROCEIRO”

- I. Jornal *O Roceiro*. CPT Crateús-CE, nº 4. “A luta por uma vazante”, 30/09/1984.
- II. Jornal *O Roceiro*. CPT Crateús-CE, nº 1. “Ameaça de botar fora”, 28/02/1988.
- III. Jornal *O Roceiro*. CPT Crateús-CE, nº 3. “Três anos de perseguição”, 30/06/1989.
- IV. Jornal *O Roceiro*. CPT Crateús-CE, nº2. “16 anos de luta”. 05/06/1990.
- V. Jornal *O Roceiro*. CPT Crateús-CE, nº2. “Onde está nossa justiça?”. 30/04/1988.
- VI. Jornal “*O Roceiro*. CPT Crateús-CE, nº 3, 30/06/1989.
- VII. Jornal *O Roceiro, A Chupeta da Semente*, 30/04/1988.
- VIII. Jornal *O Roceiro* FILHO DO PREFEITO ATACA POSSEIROS, nº6. Nov/Dez 1988. Crateús-CE.
- IX. Jornal “*O Roceiro*”. 800 arrobas de algodão. Nº11, Jan/Fev 1981. Crateús-CE.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

PERIÓDICOS

- I. Jornal *O São Paulo*. *Violência contra os Rurais no Ceará*. Fev/Mar, 1988. São Paulo-SP.
- II. Agência Ecumênica de Notícias (AGEN). *Aumenta Violência Contra Trabalhadores Rurais no Ceará*. Fev, 1988. Rio de Janeiro-RJ.
- III. Jornal *O São Paulo* – São Paulo pag.8 _ 13 a 20/04/1984.
- IV. Jornal *O São Paulo*. *Queremos garantia de vida*, 24 a 30 de setembro de 1982.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

JORNAIS

- I. Jornal *O Estado de São Paulo*. “*Revelado plano no Ceará para expulsar padre*”. 18/10/1977.
- II. Jornal *Folha de São Paulo*. “*Possível expulsão do padre Holmes preocupa Igreja*”. 19/07/1977.

- III. Jornal Correio do Ceará. “*Possíveis irregularidades levam deputados ao DNOCS*”, 18/10/1977.
- IV. Jornal O Estado de São Paulo. *DNOCS refuta acusação*, 17/09/1977.
- V. Jornal Brasília, Juiz nega ato ao DNOCS para tirar colonos, 14/09/1978.
- VI. Jornal Folha de São Paulo. *Trabalhadores Ocupam Terras Devolutas*, 10/06/1985.
- VII. Jornal do Brasil, “*Cearenses fazem passeata*”, 05/06/1980.
- VII. Jornal Diário da Manhã, “*Vítimas da seca pedem trabalho e alimento*”, 01/10/1982.
- IX. Jornal de Brasília, *Flagelados invadem Crateús e exigem comida da Prefeitura*, 25/11/1980.
- X. Jornal O Estado de São Paulo, *No Ceará, nova cidade é invadida*, 29/08/1981.
- XI. Jornal O POVO, *Cibrazém já perdeu 30 milhões*, 27/08/1983.
- XII. Jornal do Brasil, *O saque com enxada e foice*, 10/06/1987.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

CARTAS

- I. Carta Paroquial de Tauá. 25/08/1978
- II. Documento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Tauá, Ceará, Joaquim de Sousa Bastos. 05/06/1980.
- III. Carta dos colonos suspensos do Projeto de Irrigação “Várzea do Boi”. 16/08/1979.
- IV. A preocupação de um agricultor, 30/06/1976.
- V. Encontro com as comunidades, Tauá-CE, 30/08/1976.
- VI. Crateús, 05 de maio de 1982.
- VII. Carta Aberta ao Povo e às Autoridades. 23/03/1983.
- VIII. Denúncia da gestão do Ten. Cel. Borges nos Bolsões da Seca de Crateús – CE. 22/11/1983
- IX. Carta aberta ao povo e as autoridades (II), 27/11/1983.
- X. Carta Aberta à População Cearense. 15/01/1988.
- XI. Casa Paroquial, Tauá 16/08/1979.
- XII. Carta “*Aos amigos da Comunidade*”. Tauá, 25 de janeiro de 1978.
- XIII. Carta da Equipe Paroquial de Tauá. Tauá, 21/10/1977.
- XIV. Carta de Padre Alfredo Kunz, 10/10/1977.
- XV. Casa Paroquial de Tauá, 16/08/1979.
- XVI. Carta “*A todos os amigos e companheiros*”, Tauá, 16 de agosto de 1979.
- XVII. Carta Aberta Vitória dos colonos. Várzea do Boi, Tauá, 14 de fevereiro de 1984.

XVIII. CPT Nacional ao Exmo. Sr. Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dr. Nelson Ribeiro, Fortaleza, Ceará, 12 de setembro de 1985.

XIX. Carta ao Exmo. Sr. Luiz Gonzaga Mota, Fortaleza, Ceará, 18/06/1985.

XX. Carta ao “Caro amigo da CPT Nacional, Ceará, 17/08/1983.

XXI. Carta de Esclarecimento ao Público. CPT Nacional, 14/08/1985.

XXII. Carta Aberta ao Povo Brasileiro. Tauá, Ceará, Fazenda Abóbora, 1985.

XXIII. Carta ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, 1977.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

BOLETINS

I. Boletim Informativo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e Confederação Regional do Brasil Norte II. Belém-PA, 30/10/1977.

II. Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Grupo Ação, Justiça e Paz, 05 de junho de 1984.

III. Assembleia de planejamento das CEBs e dos grupos da Pastoral Popular de Crateús, 03 de março de 1984.

IV. Documento Frente Social Cristã, Crateús 19/03/1981.

V. Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Grupo Ação, Justiça e Paz, 06/07/1984.

VI. Notícias da Serra, Parambu, Ceará.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

DOCUMENTOS PAROQUIAIS

I. Assembleia de Planejamento, 03/03/1984.

II. Discurso proferido pelo Vigário de Tauá, Pe. Bernardo Holmes, no Tricli Clube, Tauá. Outubro, 1977.

III. Pastoral, nº 45. Dez/82. Crateús – CE.

IV. Pastoral, nº 41, dez/81, Crateús-CE.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

DEPOIMENTO POLICIAL

I. Maria Alves Pereira. PERÍMETRO IRRIGADO VÁRZEA DO BOI, 1977.

II. DEPOIMENTO DE D. MARIA GOMES DA SILVA SOBRE SUA DEMISSÃO DA CRATEÚS S/A.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

ABAIXO-ASSINADOS

I. Abaixo-assinado “*Ao Diretor da 2ª Diretoria do DNOCS, Diretor da Divisão de A. ao Perímetro e Presidente da Federação*”. VÁRZEA DO BOI, 17 DE AGOSTO DE 1977.

II. Abaixo-assinado “*Aos Exmos. Sres*”. Tauá, 9 de março de 1978.

Abaixo-assinado “*Ao Diretor da 2ª Diretoria Regional do DNOCS*”. Tauá, 25 de março de 1978.

III. Abaixo-assinado do Perímetro Irrigado Várzea do Boi – Tauá – CE., “*Ao Diretor da 2ª DR DNOCS*” – FORTALEZA-CE. Tauá, 1980.

IV. Abaixo-assinado “*Trabalhadores de Crateús exigem seus direitos*”. Crateús-CE, 25 de abril de 1985.

Localização: Acervo Comissão Pastoral da Terra. CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino).

ANEXO A – DOCUMENTOS PARA ANÁLISE

Cratins. CE. Saus do
Ricocho
TE - Aande Poção.

"A LUTA POR UMA VAZANTE" - Ibiapaba (Cratins)

Amigos Companheiros. Paz e Justiça!



Estou escrevendo para conhecerem os acontecidos e invasões que se deu com 22 famílias de nossa comunidade.

Quando há 8 dias atrás iniciemos uma pequena horta na vazante do açude do Bolção, em apenas 50 braças de terra. Tudo ocorria muito bem. São não estava toda plantada porque não pudemos comprar um restante das sementes. Pedimos bastante ajuda e conseguimos.

Ontem pelas 18 horas chega um carro-tombelra com 9 homens armados de foíce e um filho do proprietário Luiz Batista da Silva e invade nossos trabalhos cortando toda a cerca de arame e danificando as plantas.

Os trabalhadores uns estão tímidos, outros encorajando. Por enquanto são mulher está permanecendo no local (horta). Pedimos oração, visita, palavras que deem coragem. Pedimos publicar esta carta aos demais grupos para os companheiros das CEBs.

(Raimunda Pereira de Sales)

Notícia de última hora: hoje, dia 20, acabamos de saber que o número de famílias que entrou nesta luta já chega a 18. A situação está bastante tensa e os advogados estão acompanhando dos dois lados. Vamos rezar por eles e apoiar com visitas ou cartas!

O Roceiro
nº 4 - Set. 84
Cratins - CE

Carta de Raimunda Pereira de Sales ao Jornal "O Roceiro".

VÁRZEA DO BOI - TAUÁ - CE VITÓRIA DOS COLONOS

CARTA ABERTA dos colonos suspensos do projeto irrigado

Várzea do boi a todos que lutam por melhores dias, por uma renda justa, por terra para trabalhar, pelos direitos humanos e etc.

A questão contra os 11 colonos do Várzea do boi iniciado quando os trabalhadores disseram que tinham vendido o nosso feijão a Cr\$ 13,00 (treze cruzeiros) o kilo.

Quando saiu a folha de prestação de contas para o colono foi de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o kilo. Já faz muito tempo desde 1977 houve muitas agressões, prisões e com isso 7 dos nossos companheiros saíram com medo. Agora depois de 6 anos quando a seca já vai passando para o sexto ano. A justiça julga o processo a favor dos 4 (quatro) que resistiram: Antonio Ferreira, Francisco Correia de Oliveira, Gilberto Juvenal de Souza e Luiz Gonçalves de Lima (vulgo-caldinho). Sendo o DNOCS condenado a prestar contas com os colonos e pagar o nosso advogado um valor de 20% do valor da causa. Não foram os 4 colonos que ganharam a causa, digo a questão, foram aqueles que ajudaram que contribuíram com 1 kilo de farinha, 1 kilo de feijão, arroz etc.

Agora diante desta vitória nós queremos agradecer a todos os companheiros pela ajuda recebida.

Atenciosamente,

Os colonos:

Antonio Totó Ferreira
Francisco Correia de Oliveira
Gilberto Juvenal de Souza
Luiz Gonçalves de Lima

Tauá 14 de fevereiro de 1984

Carta Aberta dos colonos expulsos de Várzea do Boi.

Do Perímetro Irrigado Várzea do Boi-Tauá - CE.,^{8.2}
 Ao Diretor da 2ª DR DNOCS - Fortaleza-Ce.,
 Assunto: Comunicação - FAZ -

✓ 11/06/80

Senhor Diretor.

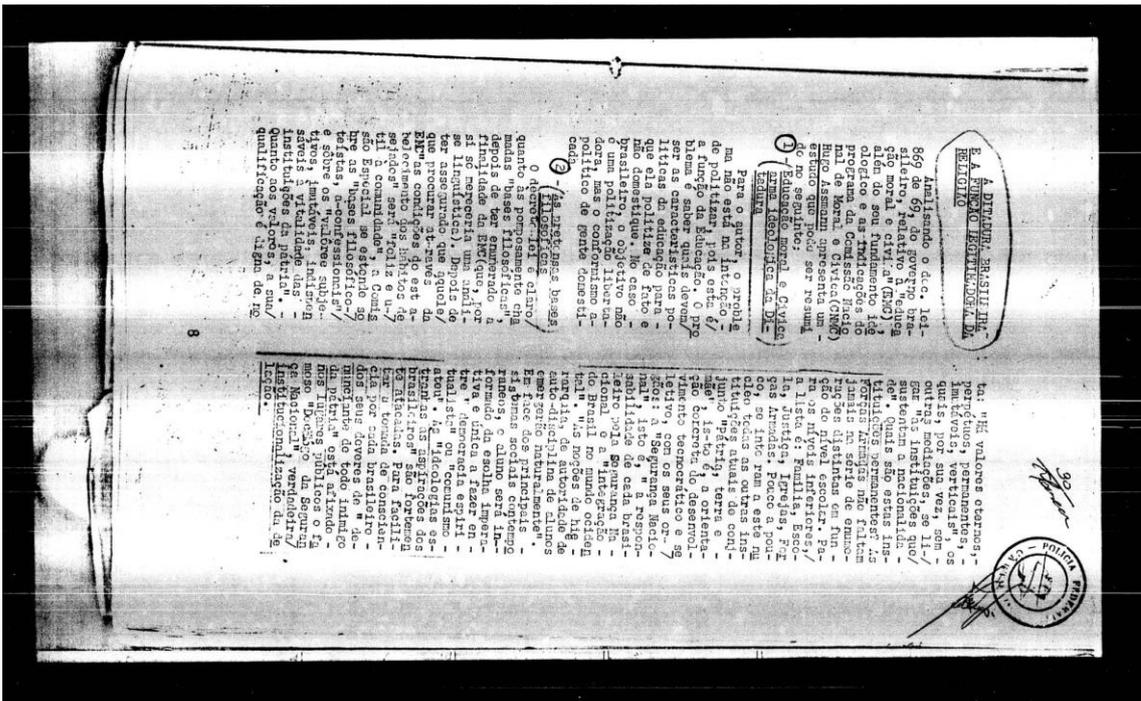
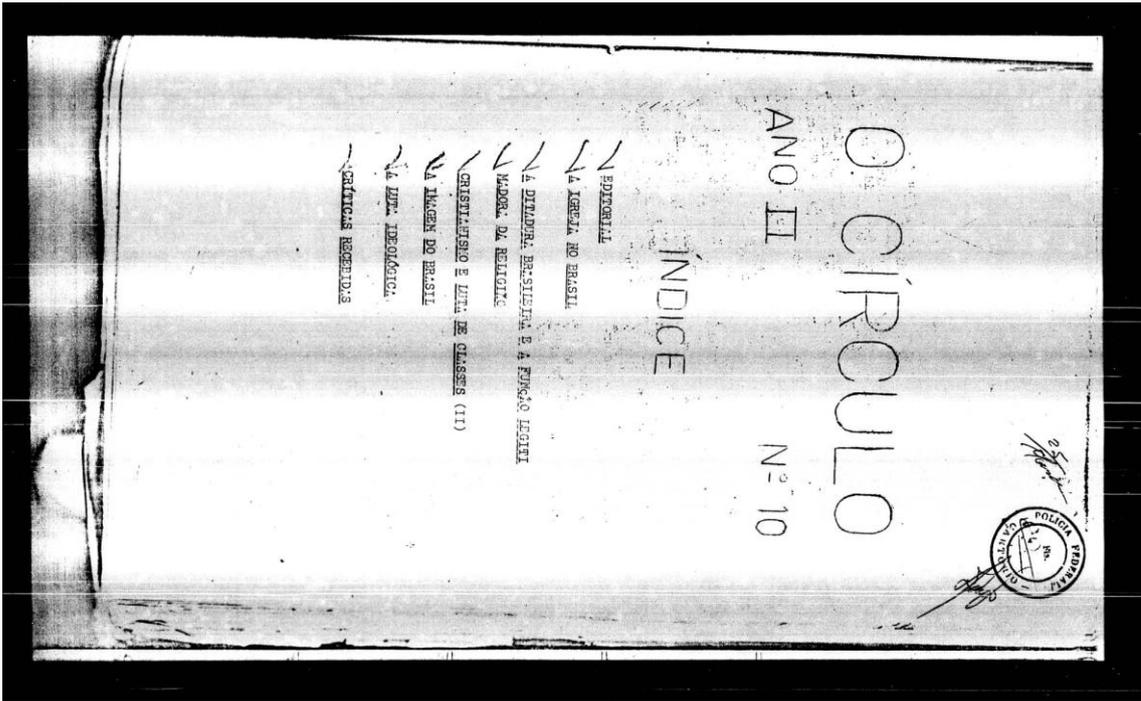
Nós os abaixo-assinados estamos levando ao conhecimento de V.S., o sofrimento que ora estamos passando.

Quando chegamos aqui no Projeto Irrigado Várzea do Boi, fomos informados que iríamos receber 14 vacas; 1 burro; 1 (uma) carroça; 1 cultivador; 1 (uma) máscara; 1 bujão de 20 litros; 1 balde de 10 litros; 1 (uma) cela e cabeçada; 1 (uma) roupa de couro; 30 metros de mangueira; 1 (uma) chibanca; 1 (uma) enxada e um carrinho de mão.

Assinamos empréstimo para a compra de animais e objetos acima citado, no valor de Cr\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos) cruzeiros. Recebemos apenas 3 cabeças de gado, quando teve colono que recebeu apenas uma cabeça de gado no valor de Cr\$ 1.700,00 (mil e setecentos) cruzeiros.

Veja Sr. Diretor! a diferença e o prejuízo que levamos na compra do nosso gado. Agora lhe fazemos a seguinte pergunta: De quanto seria o valor da nossa produção? em 1.977 assinamos empréstimos para plantio de palma; depois veio novos empréstimos com o total de Cr\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três) mil cruzeiros, para compramos vacas, ovelhas, farrageira, torta, milho e medicamentos veterinários. Deste empréstimo recebemos 4 vacas no valor de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil) cruzeiros, e outros receberam apenas 3 no mesmo valor de Cr\$ 14.000,00. As ovelhas custaram Cr\$ 1.769,38 (mil setecentos sessenta e nove cruzeiros e trinta e oito centavos), tendo no meio delas narranzinha pelo mesmo preço de uma grande. Tinha também um reprodutor que custou Cr\$ 6.000,00. Veja só, as ovelhas que os Administradores do Projeto compraram para esses colonos. Acusaram ainda o colono Pedro Guedes, de criar 20 cabeças de ovelhas alheias, nas estas foram comprada pelo dito Sr. no valor de Cr\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos) cruzeiros. O Sr. Pedro Guedes falou com o Dr. Antonio Ribeiro Araque Tupinambá- Médico Veterinário do Projeto e um outro membro da comissão que fazia a compra das ovelhas, para receber o saldo

Abaixo-assinado escrito pelos colonos expulsos de Várzea do Boi.



Capa do Boletim *O Círculo*, ano II, apreendido com Geraldo Oliveira, vigário da Diocese de Crateús e página 8.

5. Sai fevereiro e entra março
 E a multidão suplicando
 Jesus, Maria e José
 Não pareciam escutando
 Chegou o mês de abril
 E a chuva ninguém viu
 Tudo ia piorando

6. Mas Deus sabe que se deixa
 Por conta dos poderosos
 Pouco muda para os pobres
 Que já vivem tão chorosos
 Manda, então uma chuvaada
 Fazendo água e ramada
 Nos deixando esperançosos

7. Mesmo assim a precisão
 Começou logo a surgir
 Forçando os pais de família
 Até mesmo invadir
 Armazéns de cereais
 Nos centros comerciais
 Prá poderem resistir

8. Invadiram a COBAL
 Em algumas das cidades
 Procurando alimento
 Prá suas necessidades
 Ai os ricos gritaram
 Contra os pobres inventaram
 Até mesmo falsidades

GRITO NORDESTINO

SECA DE 79



AUTOR: ZÉ VICENTE

Grito Nordestino: seca de 1979, de Zé Vicente.

OS POETAS DO CEARÁ E A SECA



C. P. T. REGIONAL
NORDESTE I.

MAIO - 1984
3º LIVRO

A SECA DE 83
Raimunda Ferreira
— Jucas — Nova Russas
23/10/83

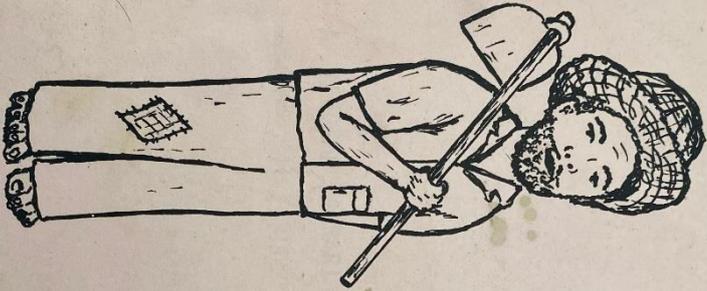
1. Inspirada pelo Espírito
Vor escrever desta vez
Denunciar as Injustiças
Do ano oitenta e três
Como vivem os nordestinos
Sem direito desta vez
2. Agora estamos enfrentando
O quinto ano de seca
Dos quatro que já se passaram
Esta foi de arrazar
Pois foi a pior de todas
Que houve no Ceará
3. Este plano de emergência
Que veio prá os flagelados
Não atende a vontade
Do povo necessitado
Pois não empregaram todos
Passou pouco da metade
4. Primeiro empregaram os homens
Neste plano oitenta e três
FIGARAM POBRES MULHERES
Sem poder ter sua vez
O ganho de seus maridos
Prá comer não dá um mês

Os poetas do Ceará e a Seca e trecho do poema A Seca de 1983.

*Sociedade Pastoral
Terra*

8

REFORMA AGRÁRIA NA VISÃO DA IGREJA



3.

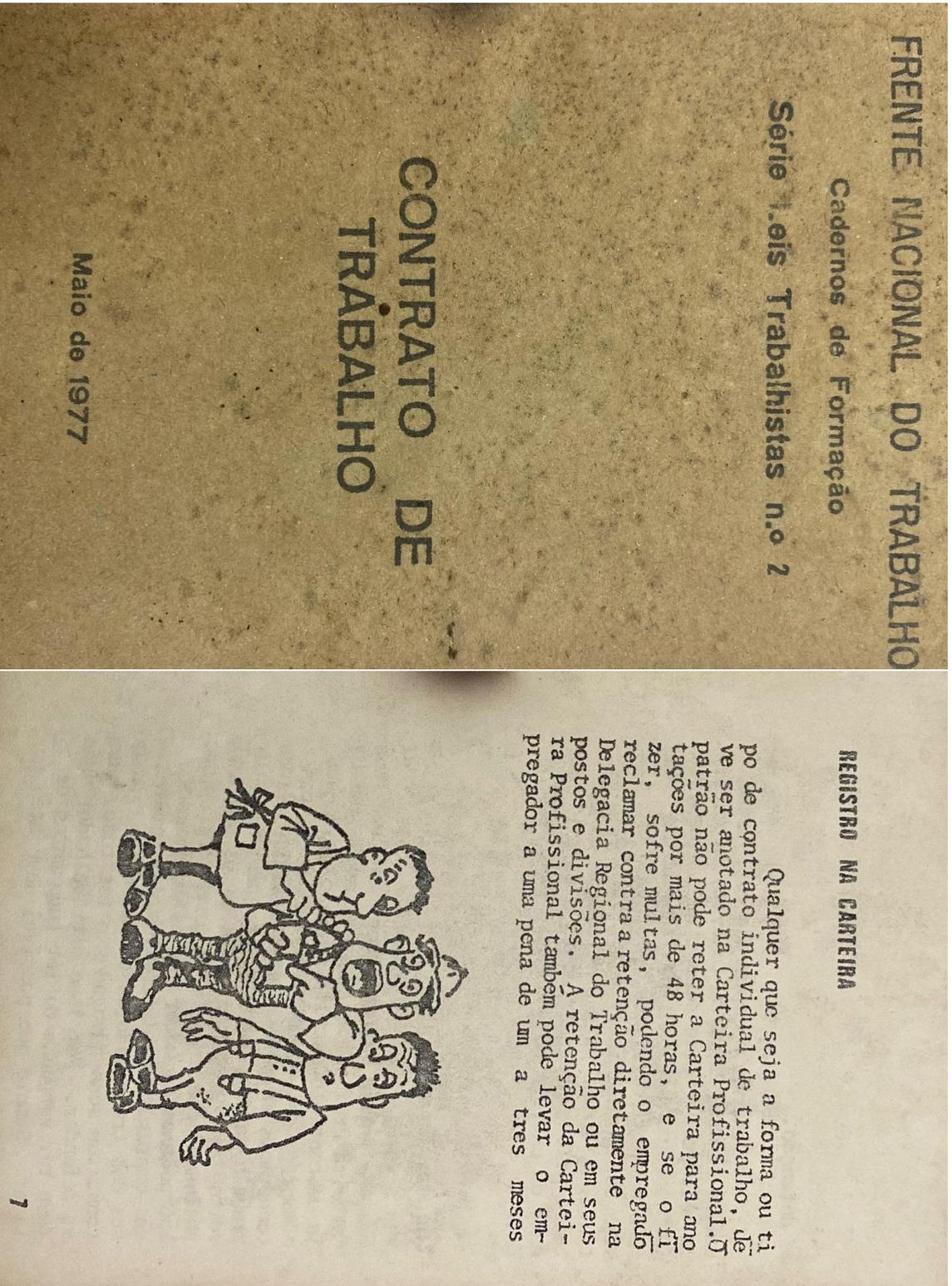
problemas sócio-políticos do País, na medida mesma em que essas problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética. (Reflexões Cristãs sobre a Conjuntura Política, nº 2).

Quando escrevem, os Bispos fazem questão de afirmar que falam a partir da Fé, da Revelação. Na sua Carta Pastoral sobre os Problemas de Terra na Arquidiocese de Fortaleza, Dom Aloísio afirma que pretende orientar em matéria de Fé e de moral, em nome de Cristo, não como técnico em agricultura, nem como jurbista, mas como Pastor, Mestre e Educador da Fé, em comunhão com o Papa e os outros Bispos do Brasil.

2. O método, normalmente usado pelo Episcopado para tratar do Nordeste ou outros problemas sociais, é o do VER-JULGAR-AGIR.

O VER consiste na observação e análise da realidade. O JULGAR projeta a luz da Palavra de Deus sobre a realidade, confrontando os dados dessa realidade com os valores do Reino de Deus. O AGIR decorre deste confronto e procura realizar o projeto de Deus na realidade social. Poderíamos indicar alguns textos que exprimem muito bem o sentido deste método: o nº 71 do documento *Nordeste, Desafio à Missão da Igreja no Brasil*, diz: *maior inserção hoje, no contexto social em que vivemos tem-nos permitido perceber mais facilmente, certos apelos do Evangelho que nos leva a adotar uma ação pastoral incentivadora de solidariedade na luta pela auto-promoção do povo, mais do que atitude de resignação e passividade.* O nº 7 do documento *Reflexões sobre a Conjuntura*

CADERNOS
PASTORAIS
46



Contrato de Trabalho. Frente Nacional do Trabalho. Cadernos de Formação. Série Leis Trabalhistas, nº 2.